

Rev.

V.

res 30

119

ATLANTIDA

MENSARIO ARTISTICO,
LITERARIO E SOCIAL
PARA
PORTUGAL E BRAZIL



ANO II

Nº 19

ATLANTIDA

DIRECTORES :

NO BRASIL — João do Rio

EM PORTUGAL — João de Barros

SECRETÁRIO : Elísio de Campos — EDITOR : Pedro Berdalo Pinheiro

N.º 19

15 de Maio de 1917

SUMÁRIO

<i>Guerra Junqueiro</i>	<i>Guerra Junqueiro</i>
<i>O verbo cantar</i>	João Grave
<i>Guerra Junqueiro</i>	Teixeira de Pascoaes
<i>Londres</i>	Sousa Costa
<i>Para a história do Brasil</i>	Lúcio dos Santos
<i>As relações luso-brasileiras</i>	José Augusto de Castro
<i>Na hora da partida</i>	Fernando de Vasconcelos
<i>Alimentação pública. A intensificação das culturas cerealíferas em Portugal</i>	Julio Dantas
<i>Contos a uma rapariga loira</i>	Virgílio Correia
<i>Azulejos de Arraiólos</i>	Lopes de Oliveira
<i>Ouvindo Guerra Junqueiro</i>	

REVISTA DO MÊS

<i>Nilo Peçanha</i>	
<i>Portugal na grande guerra</i>	
<i>Embaixada espiritual</i>	Joaquim Leitão
<i>O mês artístico</i>	Aquilino Ribeiro
<i>Homenagem a Rio Branco</i>	Augusto Gil

Desenhos de: Alberto de Souza, Raul Lino, Santos Silva e João da Silva

NO PRÓXIMO NÚMERO :

A federação luso-brasileira, entrevista com o ilustre homem de ciência Dr. Betencourt Rodrigues. — *Carlos Malheiro Dias* por Aquilino Ribeiro. — *O autor oculto do Crisfal* por Patrocínio Ribeiro. — *Marinha tropical* por Celso Vieira.

CONDIÇÕES DE ASSINATURA

PORTUGAL, ILHAS E COLÓNIAS

Um ano (12 números)	3\$50
Seis meses	1\$80

PAÍSES DA UNIÃO POSTAL

Um ano (12 números)	Frs. 15
---------------------------	---------

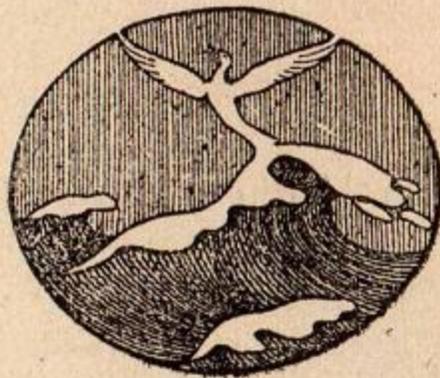
Número avulso em Portugal \$30

REDACÇÃO: Rua Antonio Maria Cardoso, 26 } LISBOA
ADMINISTRAÇÃO: Largo do Conde Barão, 49 }

ATLANTIDA

MENSARIO ARTISTICO.
LITERARIO E SOCIAL
PARA
PORTUGAL E BRAZIL

SOB O ALTO PATROCINIO DE S. EX.^{AS}
OS MINISTROS DAS RELAÇÕES EXTERIORES
DO BRAZIL
E DOS EXTRANGEIROS E FOMENTO
DE PORTUGAL



VOLUME V

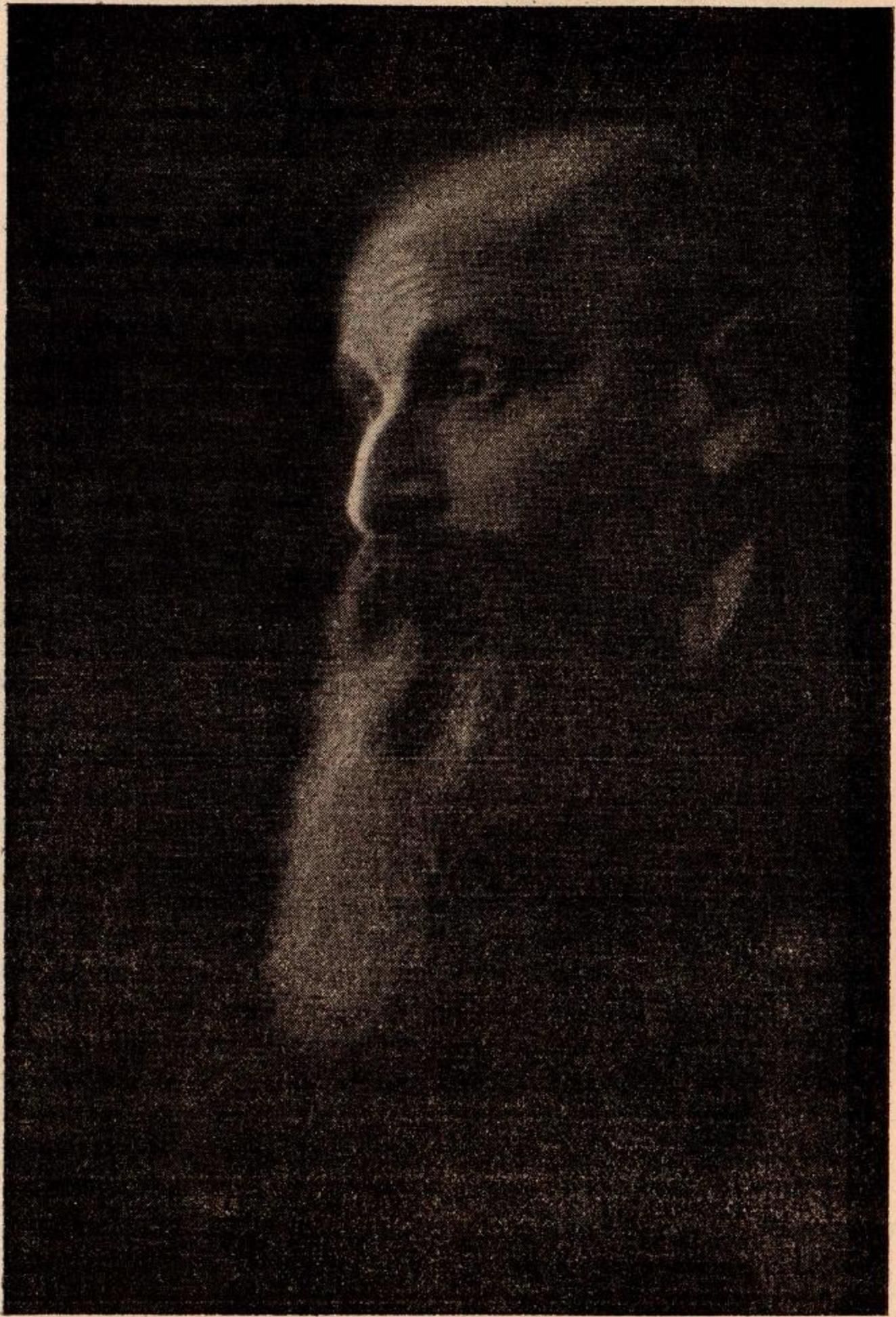
DIRECTORES:

João do Rio e João de Barros

EDITOR: Pedro Bordalo Pinheiro

REDACÇÃO: Rua António Maria Cardoso, 27

IMPrensa LIBANIO DA SILVA, Travessa do Fala-Só, 24 — LISBOA



GUERRA JUNQUEIRO



Guerra Junqueiro

Êste número da *Atlantida* é, em parte, dedicado à obra de Guerra Junqueiro. Obra admirável, obra que, nunca deixando de ser lírica e filosófica, vive e viverá sempre, também, pela sua alta e nobre inspiração patriótica, — é justo consagrá-la mais uma vez nesta hora de supremo sacrifício e de suprema glória para Portugal. Poeta épico e poeta cívico, Junqueiro foi o intérprete da alma nacional nas crises mais graves que temos atravessado há cinquenta anos para cá. E à sua poesia eloquente e profunda deve a República uma das fôrças guiadoras da sua alma de justiça e de liberdade, deve a Pátria uma das mais altas expressões do seu sentimento e das suas aspirações íntimas.

A *Atlantida* saúda o mestre eminente; e agradece a Guerra Junqueiro a honra da colaboração que lhe deu, em duas páginas de génio, tão vibrantes de exaltação metafísica, como fulgurantes de beleza e enternecidas de carinho e de graça.

O verbo cantar

(ALGUNS APONTAMENTOS PARA A SUA BIOGRAFIA)

O verbo cantar é um dos filhos radiantes do verbo supremo, do verbo eterno, do verbo divino e criador, que é o verbo amar.

Cantar é pôr os sons em harmonia, torná-los amigos, parentes próximos, irmãos devotados e inseparáveis. Cantar é moralizar o som. Os sons discordes significam egoísmos, desuniões, lutas, violências, ódios, hostilidades. Os sons acordes realizam paz, aliança, carinho, virtude, abnegação, amor. Quando os sons recíprocamente se estimam, dizemos que se casam. É a verdade.

O piano, o violino, o órgão. No piano as notas são articuladas, há um salto de nota para nota. Há contigüidade, não continuidade. De nota a nota há um interstício, uma lacuna. Cada uma delas não perdeu por completo a sua autonomia, o seu egoísmo. No órgão ou na rabeça as notas são contínuas, fundem-se, convivem mais, porque cada uma delas, sacrifica, por amor à outra, uma parte do seu individualismo, o seu limite; sentimo-las diferentes, mas não sabemos onde acaba uma e onde começa a outra.

A palavra falada, a palavra cantada. No canto há mais amor entre as palavras, socializam mais, fraternizam mais. O grito inarticulado é a primeira língua do animal. A palavra articulada é música entre as sílabas. Há palavras mais amorosas e menos amorosas. O verso é mais belo do que a prosa, porque estabelece entre as palavras uma amizade mais estreita. Um verso errado é um delito.

Os gemidos e os ais são harmónicos. Tanto mais harmónicos quanto mais intensa e amorosa a dor profunda que os produz. Êsses ais são o espectro sonoro do sofrimento, como as côres são o espectro da luz.

A luz é música. O prisma é um instrumento de música. Faz da luz uma orquestra, um hino de côres. O prisma revela a música dos átomos.

Há linhas e côres que fazem cantar, porque são já música sem voz. O canto tradu-las apenas, dá-lhes língua.

A desarmonia é um pecado. Ou antes, a desarmonia é o pecado.

O cristal é o canto lírico dos átomos. O carbone, cristaliza de três formas, canta de três maneiras. O diamante é o seu hino mais puro.

Não há dois cristais de neve que sejam idênticos; em cada floco de neve há milhões de cristais, milhões de estrofes silenciosas: Nevar é água a cantar.

A flor é o canto da raiz. As plantas cantam na primavera. Os campos em Abril rezam os seus poemas.

O éter não ouve, não é amigo do som. O som nasceu muito depois do éter. Os gases conduzem mal o som. Os líquidos conduzem-no quatro vezes melhor e os corpos sólidos doze vezes melhor. Porquê? Porque o gás é mais egoísta do que o líquido, e o líquido mais egoísta do que o sólido.

Os metais que não vibram, os metais mudos, são os metais moles, estanho, chumbo, mercúrio, cujas moléculas teem entre si menos coesão, menos amizade. Pelo contrário, os metais mais sonoros são os metais mais amorosos, os metais mais rígidos, cujas moléculas se apertam e unem por um amor mais íntimo. O estado mais amoroso num metal é o mais rígido, o estado cristalino. Por isso os metais mais vibrantes e de melhor timbre são o ouro, a prata, por exemplo, isto é os metais que cristalizam naturalmente.

Um carro de madeira em achas vale meia libra. Um kilo de madeira num violino chega a pagar-se por muitos kilos de ouro. Um violino maravilhoso, um Stradivarius, é uma acção esplêndida. E fazê-lo gemer e chorar divinamente é uma acção de bemaventurado. O que há num violino? Madeira sêca e tripas mortas. Com o cadáver do plátano e os intestinos do porco, criar uma voz que extasia o anjos! Uma bela harpa, suspirando, evangeliza. É um

sermão. O inventor do órgão deveria ser canonizado. O órgão é a voz profunda da catedral.

Toda a juventude e graça da natureza, em manhãs de glória, cantam na voz da cotovia. Milagre da música! Todo o deslumbramento do universo no cândido gorjeio de um passarinho!

Os cegos teem um ouvido prodigioso, e adoram a música. Os mendigos cegos pedem esmola, cantando. Acumulam no ouvido o poder amoroso que se reparte pelos olhos. Por isso cantam continuamente.

A canção é a flor dos lábios. As bôcas dos civilizados bestiais comem, devoram, mentem, blasfemam, escarnecem, mas não cantam. Os ricos, geralmente, não cantam. Ouvem cantar à noite, para auxiliar a digestão. O jornaleiro, lavrando e ceifando, canta. O burguês, atarefado em negócios, calcula, questiona, grita, roga pragas. Os banqueiros, que se nutrem de oiro, teem a alma de chumbo. Os mendigos cegos, que vivem de esmolas, teem harpas no coração.

Os hinos nacionais. As marchas guerreiras. Os homens, cantando, caminham impávidos para a morte. A Marselhesa é heroísmo sonoro, é vitória em música.

Só o povo canta as canções que choram e fazem chorar, porque trabalha e sofre com resignação e com amor.

O criminoso que canta, arrependido, vale mais que o juiz que lhe deu a sentença. O povo, mesmo nas cadeias, canta. Nos tribunais invectiva-se.

O povo é o maior poeta. O cancionero popular é uma bíblia em música.

Na casa onde se não canta, berra-se. O ouvido sem canções é um ouvido às escuras.

Certas estrofes sublimes, passando continuamente por certas bôcas, divinizam-nas. O beijo da bôca que canta é um beijo celeste que sabe a música.

Grande parte da misantropia de Byron veio-lhe de uma falta musical, de uma perna sem música. Coxeava, isto é, caminhava no globo desarmónicamente, negando a música. De aí a tortura e o sofrimento para o seu génio musical. Byron arrastou durante a vida, como grilheta de condenado, uma perna manca, um verso côxo, a que faltavam sílabas.

Os berços sem canções são berços que não teem mãe. A crian-

cinha que não fala só entende o que lhe cantam, o que se lhe diz por música.

Quem canta toda a vida, traduz a vida em harmonia, angeliza a vida. S. Francisco de Assis morreu a cantar.

Cantar é amar. O cântico religioso é a oração perfeita. A língua dos anjos é música espiritual. A síntese do universo, o cântico absoluto, é o absoluto Amor! É Deus.

Barca d'Alva, 1902.

GUERRA JUNQUEIRO

Guerra Junqueiro

O poeta épico da *Pátria* e o lírico admirável dos *Simplex* — a expressão mais pura e mais luminosamente bela da poesia portuguesa contemporânea — não é ainda bem conhecido na sua complexa individualidade artística e científica. Existe, é certo, um Junqueiro que se tem revelado com nitidez à crítica, nos seus versos em que ao ouro da forma se alia íntimamente a profundidade da inspiração e a eloquência do estro e que são dos mais notáveis de quantos o génio da raça modernamente tem produzido; mas há um outro Junqueiro, o que entreviu claramente a perspectiva dos Séculos e da História e definiu uma teoria antitética do progresso e da quédia, que é quasi desconhecido do seu país e do estrangeiro. Esse, está fechado em duas malas que encerram milhares de páginas manuscritas e que representam o fecundo trabalho do seu cérebro durante vinte longos anos de meditação, de experiências, de análises e de observações.

Há quanto tempo eu amava o primeiro, que é um *representativeman*, a figura simbólica da aspiração de todo um povo no seu ideal de beleza; que forjou sátiras fulgurantes com o bronze ígneo dos «Castigos» e deu à Musa lírica nacional uma voz que ela nunca teve — uma voz que ressoa, maravilhosa e profética, no cume da alta montanha sagrada onde sorriem aos seres transitórios as scismadoras frentes dos Deuses eternos! O segundo, porém, apenas se mostrou aos meus olhos deslumbrados por uma destas frias e pálidas tardes dos princípios da primavera, em horas de espiritual convívio, que nunca mais es-

quecerei: e é do filósofo e não do cantor da nacionalidade — dos seus heróis, dos seus amores, das suas grandezas, dos seus idealismos, das suas tristezas elegíacas e divinas — que eu hoje quero falar.

Emquanto vivava em moldes duradouros e perfeitos os seus poemas, Junqueiro entregava-se com ardor e fé aos estudos científicos e filosóficos, às grandes construções especulativas, conduzido por uma subtil, penetrante indução. Como diria Taine, êle foi sempre um pensador e um homem. Tem uma biografia, tem originalidades e tem paixões. Latino pelo sangue e pela educação, dispõe dum estilo. Tudo o que diz, tudo o que escreve, se caracteriza por um acento individual. As suas cóleras, os seus entusiasmos, as suas exaltações, derivam em raciocínios. Concebeu e realizou uma teoria única, a *Unidade do Ser*, que se completa pelos *Ensaio Espirituais*, ainda inéditos. Se os sábios, desdenhosos e sêcos, asseveram irónicamente que os filósofos dissipam em sonhos mais ou menos engenhosos as suas nobres horas de cogitação, os críticos inteligentes formulam opinião contrária porque, quando êsses filósofos nada acrescentassem às sciências positivas, enriqueceriam muito o espírito da Humanidade.

As suas faculdades e o seu método são as do verdadeiro cientista. Junqueiro é um analista profundo, um minucioso anatomista da alma, dissecando com precisão e delicadeza todos os fenómenos mentais, seguindo-os até aos seus elementos mais remotos para os recompor com exactidão e para os classificar por ordem das suas afinidades naturais. É por isso mesmo que as suas doutrinas se confirmam sempre quando passam para o campo experimental.

Guerra Junqueiro tem vivido para criar beleza e para pensar. Venerando de todo o coração a verdade, procura-a incessantemente, pesquisa-a pela razão com a ânsia com que um mineiro explora um filão de metais preciosos. Compondo poemas que teem a grandeza dos hinos védicos, como a *Oração ao Pão* e a *Oração à Luz*, pretende também expor um sistema: — e, dos manuscritos ciumentamente guardados como a sublimação da sua obra excelsa, êsse sistema surgirá, resplandecente. Não se confinou dentro do seu lirismo incomparável, que é ritmo, som, graça, claridade, esplendor. Com uma prontidão divinatória surpreendente, abraçou a extensão do movimento científico,

notou perspicazmente as aquisições e as lacunas, alcançando vistas de conjunto sôbre a natureza e o homem.

Falei no sistema filosófico de Junqueiro. Qual é êle? Uma nova monadologia em que todas as deficiências e contradições da teoria de Leibnitz desaparecem inteiramente.

— «Eu venho continuar e completar Leibnitz!» — disse-me o filósofo na tarde que com êle passei no silêncio do seu gabinete, enquanto as suas mãos nervosas revolviam maços de manuscritos que comprovam a elevação excepcional do seu génio.

* * *

Não era sem uma viva comoção que eu, diante de Junqueiro e isolado do tumulto exterior, ia pensando na sua vida permanente de meditação, sonhando perfeição e formosura, sonhando infinito. Êle falava-me numa linguagem como eu nunca tinha ouvido; o seu verbo, que é o mais belo e harmonioso de todos os verbos, adquiria uma potência expressional inconfundível. Em três traços incisivos fazia o retrato animado duma personalidade ou um juízo crítico flagrante sôbre uma obra de arte.

Diante de nós, em cima duma larga mesa, estavam alguns volumes por Junqueiro anotados concisamente. Lembro-me da «Gênese dos Instintos», de Hachet Souplet. Enquanto observava as anotações, feria-me a facilidade com que Junqueiro escreve sciência — sem uma rasura, sem uma hesitação, amplamente, como um cérebro privilegiado que, tudo conhecendo, tudo julga num simples golpe de vista.

Como se o preocupasse a certeza da morte próxima, está pondo em ordem os seus papéis sôltos, com recomendações especiais aos herdeiros. O que considera definitivo, será publicado integralmente, se a sua mão augusta paralisar antes de reduzir, condensar em dois ou três grossos volumes, todo o seu labor intelectual.

— Eu preciso, meu amigo, de dois anos de clausura e de paz; preciso de entrar em religião, para ordenar, codificar, sistematizar em páginas consistentes tudo quanto aqui tenho disperso. Peço a Deus que me não leve antes disso. No entanto, quero estar prevenido para todas as vicissitudes.

E ante mim vão desfilando os capítulos da sua filosofia — tocando os problemas capitais da vida — sôbre física, química, biologia, psicologia, estética, moral, religiões, etc. Conjuntamente,

Junqueiro, que tem um fulgor estranho nos olhos de vidente, explica-me que até 1890 viveu sobretudo emotivamente, realizando a sua obra de arte. Daí em diante iniciou o seu trabalho científico, organizando uma filosofia que estava concluída sôbre bases irreduzíveis em 1910.

A esta filosofia consagrará os dias que lhe restam para viver.

Pensou em dar-lhe corpo e forma na Suíça, para onde foi como ministro de Portugal, depois de proclamada a República; mas em Berne, onde encontraria uma atmosfera propícia, os negócios e cuidados diplomáticos absorveram-no a tal ponto que nem sequer chegou a folhear os seus manuscritos. O novo régimen encontrava lá fóra, nos primeiros tempos do seu advento, uma certa desconfiança. Era necessário transformar as hostilidades em simpatias pela evolução dum povo cansado de sofrer, e Junqueiro não hesitou, em face da obrigação patriótica. Agora, liberto de responsabilidades e de obstáculos, isolando-se mais dos homens para se concentrar, reentra na clareira de serenidade e de luz de que nunca deveria ter-se desviado um só instante, e tentará recuperar os dias perdidos. Junqueiro deteve um momento o curso das suas revelações, para me dizer :

— Quanto eu daria para voltar ao passado, às horas divinas da criação poética! Deixei de realizar o *Caminho do Céu*, poema que completaria os *Simples* e de que apenas rimei alguns fragmentos. Era, com certeza, o meu melhor livro e um dos mais belos da literatura moderna pela inspiração e pela pureza plástica. A dramatização está urdida, sem lhe faltar o mínimo detalhe, desde 1895. Procurarei escrevê-lo em prosa ou em verso branco, porque sinto que me seria impossível escrevê-lo em verso rimado com o esplendor, a luz, a emoção que eu desejava comunicar a cada estrofe.

Nesse poema está condensado, antecipadamente, todo o meu sistema filosófico. Adivinhei pela intuição estética, o que só daí a alguns anos descobri, directamente, pelo raciocínio e pelo estudo.

O *Caminho do Céu* e o *Prometeu Libertado* são o complemento essencial de toda a minha obra. Tanto dum como doutro tenho apenas, em verso, algumas passagens. Tenciono, como disse, escrevê-los em prosa. O enredo, a fabulação do *Prometeu* estão completos e são anteriores a 1890. O esboço geral do poema nasceu com a *Morte de D. João*...

Calou-se durante alguns minutos, reavivando talvez o que deixara para trás, na sua longa jornada pelo mundo ; mas a pausa foi curta e em breve reatávamos o diálogo interrompido.

* * *

A certa altura veio à discussão um volume notável de Léon Daudet, *L'Hérédo*, recentemente publicado, sôbre o poli-psi-quismo, e Guerra Junqueiro animou-se extraordinariamente. Com efeito, a teoria de Daudet, que é exacta, tinha sido anunciada por Junqueiro há muitos anos, como provarei. A essência do célebre tômo do escritor francês gira à volta dêste nódulo :

Primeiro : — O homem herda as almas dos seus antepassados. Essas almas, de valor moral muito diverso, vivendo juntas no mesmo organismo, ora se penetram e se assimilam, ora divergem e se combatem : — e a alma superior é pelas outras muitas vezes vencida ou diminuída.

Segundo : — O homem, pela vontade livre da sua alma superior, pode subordinar ou anular as suas almas malélicas ancestrais.

Terceiro : — A maior parte dos grandes artistas traduzem, involuntariamente, na sua obra, todas ou quási todas as almas, as boas e as más, as luminosas e as tenebrosas.

Ora, já em 1896, Guerra Junqueiro escrevia, no *In Memoriam*, dedicado a Antero do Quental, estas palavras nítidas :

«A personalidade de Antero, inicialmente, desdobra-se da seguinte fôrma: Consciência de justo, cristalina, límpida, inalterável. Razão metafísica, ardentemente buscando o segrêdo do ser, o enigma da existência, o destino do homem.

Vontade impetuosa e carácter inflexo, levando, pelo cumprimento do dever, ao heroísmo e à santidade. E, emfim, um princípio mórbido, (almas inferiores) no organismo ligado às três modalidades supremas, e, ora adormecido ou vencido, deixando-as expandir livremente, ora rebelde e venenoso, intoxicando a vontade, agonizando a razão, mas nunca obscurecendo, um instante que fôsse, o brilho virginal e perene da consciência e do carácter.

A vida de Antero, desenrolando-se harmónica e luminosa, no jôgo acorde e fecundo das três virtualidades capitais, sem que o elemento mórbido, por crises, lhe houvesse nunca dificultado ou modificado a trajectória, dar-nos-ia, de certo, não talvez um grande poeta, mas antes um grande herói, ou um santo...»

E mais abaixo :

«... Em Antero, o senso moral não desfalece, nem hesita. Pertence à raça dum Spinoza ou dum Loyola, cujas idéas, mal se geram, se traduzem em actos. Nessas criaturas, o Espírito, a alma divina, subjuga as infinitas almas embrionárias, que constituem a animalidade de todos nós. Pensar é executar, conceber é realizar. E dominando-se, dominam o mundo.

E porque não foi Antero um desses homens? Por duas causas: A influência deletéria do elemento mórbido e a disparidade contínua da consciência e da razão, ante o problema metafísico...»

«... Daí a ausência daquela unidade psicológica, característica dos grandes heróis e dos grandes santos, daí a terrível batalha espiritual, que fez de Antero um homem de génio, por fazer d'ele um extraordinário desgraçado...»

Esta teoria, plenamente confirmada no livro de Léon Daudet, mais se desenvolve e clarifica no prefácio dos *Pobres*, de Raul Brandão. Reproduzirei alguns trechos justificativos:

«O seu livro — escreve Junqueiro — é a história patética duma alma. Qual? A do Gebo, a de Lufsa, a de Sofia, a da Mouca, a dos Pobres, enfim? Não. A sua. Histórias diversas que se resumem numa história única: a da sua alma transitando almas, a da sua vida, percorrendo vidas...»

«O seu livro é uma confissão clamorosa...»

«No drama dos *Pobres* há dúzias de actores e um só personagem: o dramaturgo...»

«Almas inúmeras se agrupam na alma sintética e central. Há em cada alma infinidades de almas. E umas são tão horríveis e loucas que as escondemos para que as não vejam, e outras tão inconscientes e profundas que, habitando connosco, as não chegamos sequer a conhecer. O poeta dos *Pobres* conheceu-as e confessou-as todas. Desde a mais clara à mais crepuscular e tenebrosa, irradiou-as todas plenamente, no estado nascente, ingênuas e vivas, sem ocultar uma única...»

«O seu poema é a história da escalada trágica do seu calvário. Mil vezes o meu amigo tomou nos ombros a cruz da dor e da paixão, e outras tantas a deixou cair, exausto, com ais de desânimo, ou a sacudiu exasperado, cuspiendo invectivas no lenho duro do resgate. Mas por fim, sangrando e chorando, galgou a montanha do êrro e do sofrimento. Chegou a Deus, e em Deus fica-

ram imóveis e serenos os olhos tristes da sua alma. Polarizou-se em Deus, de vez e de vontade. Livre, enfim! Libertou-se.

«Não volte à servidão, à escravidão negra e demoníaca. Mantendo-se liberto, a obra de hoje, patética, mas angustiosa e desigual, a obras futuras, vastas, claras e radiantes, servirá de entrada e de prefácio. . . »

A substância do trabalho de Daudet está nitidamente sintetizada nas belas páginas de Junqueiro que acabo de transcrever. Por essas páginas se prova: — a diversidade das almas existentes nos homens; os combates que se dão entre si; a projecção dessas almas na obra dos artistas e o poder que tem o homem de se libertar, pela vontade livre, das suas almas inferiores. Guerra Junqueiro afirmou-me que não leu ainda o livro de Daudet, nem o quer ler antes de publicar a sua filosofia. Conhece, porém, o essencial de *L'Hérédo*, por alguns fragmentos e referências lançados à publicidade na «Action Française», de que é assinante.

A teoria psicológica, na obra inédita de Junqueiro, a *Unidade do Ser*, é em muitos pontos idêntica à de Daudet. O filósofo illustre deduziu dessa sua teoria, com rigor matemático, a mesma conclusão estética de *L'Hérédo*, isto é, que os grandes artistas emotivos confessam na sua obra todas as suas almas. O trecho do prefácio dos *Pobres*, aparecido em 1902, já assim o exprime com irrefutável clareza. Junqueiro, na sua obra filosófica, limita-se a formular essa conclusão, demonstrando-a apenas com dois exemplos típicos perfeitos: — Goya e Fra Angélico.

— Em Goya — diz-me êle — existiam as almas inferiores dos seus antepassados, violentas e sensuais, e confessou-as integralmente nos *Caprichos* e nos desastres da guerra. Em Fra Angélico foram eliminadas todas as almas inferiores, subsistindo, victoriosa e luminosa, a alma superior. Fra Angelico é, como S. Francisco de Assis, um super-homem. Está liberto do mal tão profundamente, tão radicalmente, que lhe seria impossível traduzi-lo em imagens, na sua obra. Fra Angélico pinta com êxtase e com o céu; e, antes de pintar, ajoelha e reza. . .

Encerrarei êste artigo apresentando algumas passagens, em forma de apontamentos rápidos, mnemónicos, copiados por mim dos manuscritos de Junqueiro e que datam de 1904 a 1905:

— «Grandes artistas, actores, pintores, músicos, etc., são indivíduos com a faculdade de se polarizarem no sentido das suas

diferentes almas e reproduzirem, assim, todas as paixões, vícios e vontades humanas. Esses homens são, em geral, bons e maus, capazes de virtudes e cheios de vícios, etc.»

— «A obra de arte é confissão plena, é a única confissão plena que existe. Toda a arte na essência é lírica. A arte revela tão fundo o nosso ser que nos faz conhecer melhor a nós mesmos do que nos conhecemos pela inteligência e pela consciência.

A arte é o nosso retrato integral. Dá tudo: — consciente e inconsciente, físico, biológico e espiritual, numa síntese profunda, exaustiva. Sómente, muitas das nossas qualidades, na obra de arte, atribuímo-las aos outros. O que há em nós de monstruoso tirâmo-lo de nós e dêmo-lo aos monstros que aparecem na obra de arte.»

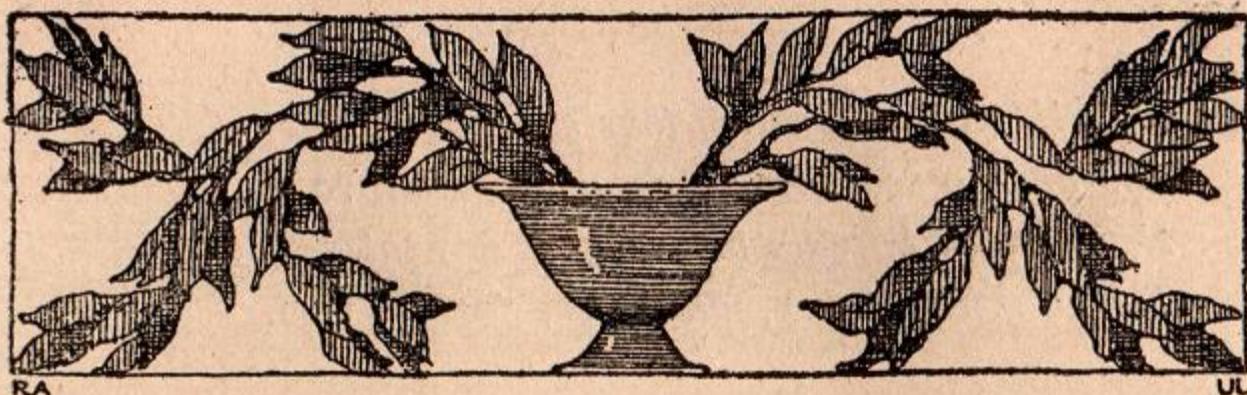
— «As larvas, os monstros e os fantasmas de Goya são belos; os santos de Goya são horríveis. Porquê? Porque as larvas, os monstros e os fantasmas de Goya estavam quâsi todos dentro da sua alma, eram êle próprio: e, com o seu génio, transformou-os em obras de arte. Os santos de Goya são horríveis, porque a espiritualidade de Goya era muito inferior. Goya era incapaz de idear um santo e de o traduzir em arte.»

*
* *

Foi nestas páginas lapidares que Junqueiro condensou a teoria de Léon Daudet com antecendência de muitos anos. Tal é o poder profético do génio! . . .

Mencionei os *Ensaioes Espirituais* de Junqueiro. O que são êles? Anotações estéticas, morais, artísticas, críticas, escritas à margem da sua filosofia. O poeta leu-me alguns capítulos admiráveis dêste livro, que é vasto como pensamento e incomparável como fórmula. Que Deus, para quem vai a alma do puro crente que é Guerra Junqueiro, lhe dê ainda a vida necessária para êle concluir uma obra que é a história estupenda do seu génio!

JOÃO GRAVE.



Londres

A Aubrey Bell

*Cidade fabulosa, imensa Babilónia,
Londres! com mais judeus que as terras da Judeia;
Mais polacos talvez que os campos da Polónia,
Mais sombras que Herculano e Tebas e Pompeia...*

*Mais segredos que, ao sol, a Esfinge no deserto;
Mais neve do que um cêrro altivo de montanha;
Mais bruma que a manhã futura do Encoberto,
Mais lendas que, ao luar, os bosques da Bretanha...*

*Mais nautas que a Fenícia e audazes mercadores;
Mais bruxas do que Endor, mais múmias do que o Egipto...
Imensa exposição de sonhos e de dôres;
Fantástica cidade à sombra do Infinito!*

*Imagem do tumulto em névoa e pedra erguida
Na noite embriagada e rubra e toda acêsa
De desejos sem nome e, ao longe, escurecida,
Tendo no rôsto negro uns olhos de tristeza.*

*O' gélida atmosfera em tons encandescentes,
Chorando o seu silêncio escuro e primitivo . . .
Negros céus boreais brumosos e gementes,
Trevas gritando luz, nuvens em sangue vivo.*

*Vozes sôltas na luz, ruídos, movimentos!
Como sofres, ó noite, e em sonhos maus te perdes!
Visagens palpitando, aspirações, tormentos,
Electricos fugindo entre faíscas verdes.*

*Vitrines, onde a luz multicolor se exalta,
Com as gótas da chuva em danças de loucura;
Doida iluminação que as trevas sobressalta
E rèclames de fogo a rir na névoa escura.*

*Cidade que o nevoeiro embriaga e espectraliza.
Tôrres e chaminés, no ar, desconjuntadas.
O' palácios de sonho, ó pontes do Tamisa,
Formas que o vento esculpe em névoas desvairadas.*

*Ruidosa escuridão noturna . . . Pesadêlo
Que se esvai, quando a aurora, ao longe, arrefecida,
Sôbre casas sem fim entorna o seu cabelo
Grisalho, de velhinha e virgem consumida.*

*Na bruma vejo erguer-se histórica, espectral,
A Tawer que um terror lendário em nós derrama.
E na explanada, à chuva e ao vento glacial,
Corvos do rei Artur pingando spleen e lama.*

*O' docas junto ao rio em ondas amarelas;
Guindastres a gemer, homens a trabalhar.
Paquetes fumegando, hiates de brancas velas;
Uns atracam ao cais, vão outros para o mar.*

*Mistress French falando às Miss feministas.
Trafalgar é um jardim de rosas que são almas.
Vêde em róstos de neve auroras imprevistas
E em revoadas de som há frenesis de palmas!*

*Westminster que sobe em flexas para os céus,
Meus olhos, por acaso, extáticos, alcançam.
Grande templo desnudo, onde é invisível Deus,
E onde junto a um altar há Poetas que descansam.*

*Hide Park, jardim com águas estagnadas,
Velhas árvores de luto, em lágrimas, absortas...
Campinas de verdura em brumas esfumadas,
Onde o vento ao passar semeia fôlhas mortas.*

*O vento que ao passar nas árvores suspira,
E parece levar, nas mãos, desfeita em choro,
O' Schelley da tristeza, a tua eterna lira
Que tem ao dar-lhe o sol líquidas cordas de ouro!*

*Grandes arvores gemendo em parques lacrimosos...
Casas marmorizando a fluida e etérea bruma.
Transeúntes que têm perfís misteriosos;
Estes falam, sorrindo; aquele scisma e fuma.*

*Andam sonhos na névoa, angústias, nem eu sei!...
A imensa procissão de gente não tem fim!
O' vultos de esplendor que nunca mais verei,
Estrangeiros, como eu, passando ao pé de mim.*

*E via-me perdido a errar, pobre estrangeiro,
Naquela multidão fantástica de gente,
A que só me prendia acaso, vagamente,
Idêntica impressão de frio e nevoeiro...*

*Pois entre a minha alma e a dêles, que distância!
Nunca em vida senti mais trágico abandonô!
A não ser nesse dia antigo (era no outono)
Em que me faleceu nos braços minha infância!*

*Anjinho que repousa em mim, porque eu não sou
Mais que um túmulo exposto às grandes tempestades.
É feito o nosso sêr de tudo o que passou;
Somos sombras a errar de mortas Divindades.*

*Sei que sou neste mundo a lápide funérea
Com estranho epitáfio em letras misteriosas,
E a cinza que uma Flama anímica e sidérea,
Ao consumir-se vai deixando sôbre as coisas.*

*Tudo é saüdade . . . E aqui, debaixo dêste Azul
Que a tristeza em feições fantásticas dilata,
Evoco dolorido o meu País do sul,
Lá, onde é oiro o sol que, neste céu, é prata.*

*E olho em volta, abismado . . . O' Londres da Grandeza!
E imagino abranger num quadro nunca visto,
Essa imensa expansão da potestade inglesa
Por todo o vasto mundo e todo o mar de Cristo!*

*O' Povo semi-deus! A Fôrça e a Formosura!
Vultos de rosa e lírio, estátuas de elegância!
Não terá mais perfeita origem, por ventura,
Este Povo a emanar uma perpétua infância?*

*E esta minha saüdade oculta em que me abraço,
Toda se exalta ao ver, de súbito, passar
Virgem d'olhos azuis que só, por um acaso,
Projecta sôbre mim a luz do seu olhar.*

*Miss cheias de graça e pressa, esvoaçando,
Nos grandes boulevards, ao frio da manhã...
Perfis de rosa em flôr a névoa iluminando,
Sob um Azul de cinza e versos de Ossian.*

*E n'elas me disperso e vou com elas, sim,
Como que dividido em sonhos e desejos...
E d'elas qualquer cousa etérea fica em mim...
Trocamos sem querer misteriosos beijos.*

*E fico-me encantado, em êxtasi, sorrindo...
Que branda aleluia eu vejo amanhecendo...
É uma rosa de luz as pétalas abrindo
Na noite em que meu sêr se perde intimamente.*

*E fico-me a sonhar no sentimento dôce
Que prende a minha vida às almas que eu contemplo.
Ouço vozes cantando em mim, como se eu fôsse
Iluminado altar n'um tenebroso templo...*

*Formas puras do Amor, alvorecendo àlêm,
Lá, onde é criadora a humana criatura...
A ignota comunhão das almas que provêm
De termos dentro em nós a sombra da Natura.*

*Medito e sonho absôrto em mim... mas logo acordo.
É o brou-há-há da rua imensa que na bruma
Tem um relêvo duro, hostil, em desacôrdo,
Como arestas de fraga em seios de alva espuma.*

*Vou na onda também fantástica e sem nome,
Onde Deus, pescador antigo, lança a rêde.
Vê-se Ugolino dando as mãos á sua fome,
E Tântalo febril beijando a sua sêde!*

*Sôbre Londres, Carlyle é aspiração divina.
Manfredo observa a noite, imenso abismo, horror!
Ofélia paira em luar na rosa matutina
E Hamlet fala só nas brumas do sol-pôr.*

*Nelson, n'um pedestal tão alto, á luz dos sóis,
Parece repetir às nuvens e a quem passa:
«O meu corpo queimai quando eu morrer; depois
Lançai-lhe a cinza ao mar que é o Deus da minha raça!»*

*Quimérica cidade! Ó Londres fabulosa!
Streets de pesadêlo e squares espectrais!
O' cidade de sonho e trevas, misteriosa,
Com deuses, com heróis, fantasmas, tórres, cais!*

*Com noites d'um luar remoto, àlêm das casas...
Um luar de luar, cinza de cinza fria,
Sem relêvo marmóreo e vôo de brancas asas,
Sem contactos de sêda e de melancolia.*

*E com manhãs de glória em fluidos tons de gaze:
Imagens glaciais pintadas pela brisa...
E poentes côr de rosa imperceptiveis quáse,
Entre árvores de negro, ao longo do Tamisa.*

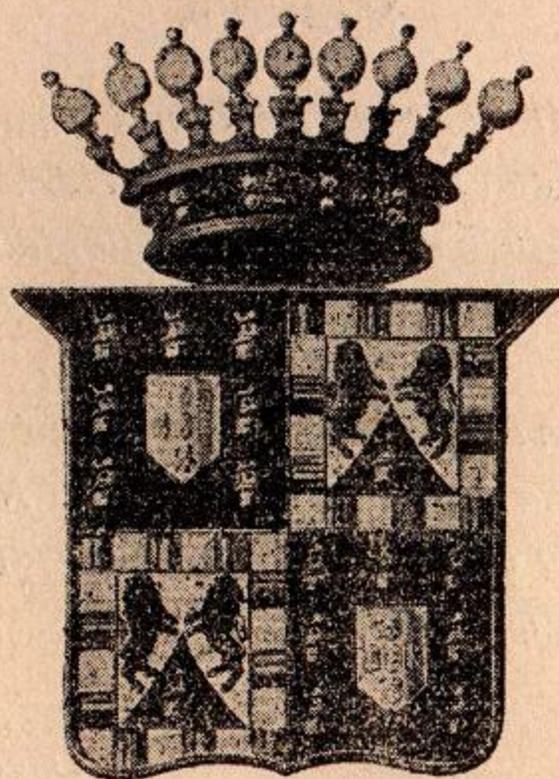
*Fantástica cidade em mil aspectos vários,
Que da minha emoção, a custo, desenterro.
Grande Jerusalém no meio de calvários,
Drama de Shakspeare em pedra, névoa e ferro!*

*Fantástica cidade, eu te pertenço. Adoro
Tua poesia estranha e sobrenatural.
Quantas vezes, sofrendo, a sós, contigo choro,
Quantas vezes, te invoco ao sol de Portugal.*

*Pois a mesma tristeza em Deus, nos irmanou :
A elegia, a oração mais íntima da Vida.
Di-lo a nossa canção por Byron traduzida
E os sonetos de amor que a Browning deixou.*

*Somos irmãos na Lenda e na Elegia, ao luar . . .
Sonhamos a Ilha de oiro e as terras do Nascente.
Olhai Sebastião e o rei Artur . . . E o mar
Em Byron e Camões ecôa eternamente.*

TEIXEIRA DE PASCOAES.



Para a história do Brasil

(CONDE DOS ARCOS)

Tenho sôbre a minha banca de trabalho, neste momento, o catálogo duma das nossas melhores colecções de manuscritos àcêrca do Brasil. É o catálogo da colecção dos senhores condes de S. Miguel, herdeiros do conde dos Arcos — capitão-general da Baía, Vice-Rei do Brasil no período da máxima efervescência separatista da grande nação sul-americana.

Eu conhecia êsses manuscritos de os ter visto no palácio do Largo do Salvador. Folheara mesmo, com curiosa avidez, alguns dêles — que são muitos. Por isso, ao encontrar no *Século*, transmitida pela *Americana*, a notícia de que o sr. Armando Prado, director do museu de S. Paulo, ia enviar uma circular às velhas famílias portuguesas possuidoras de documentos antigos, de interesse directo para o seu país, manifestando o desejo de os reúnir naquele museu, logo me lembrei da preciosa colecção Conde dos Arcos — e da necessidade de a indicar ao funcionário ilustre.

De facto, ela é preciosa, ela tem o maior valor histórico, pela época a que se refere, e pela categoria do seu organizador. É o documento animado, palpitante de lialdade, porque não nasceu com a preocupação de pousar diante do futuro, da vida social dum povo nas vésperas de assinar o alvará da sua maioridade

política. E é, simultaneamente, o retrato fiel, porque não foi traçado para frontespício duma obra destinada ao grande público, dum dos capitães lusitanos que mais de perto sentiram o desabrochar da alma brasileira.

Para que melhor se avalie do seu significado histórico e político, não deixa de vir a propósito recordar a figura histórica e política do conde dos Arcos — tão conhecida no Brasil, tão ignorada em Portugal.

Representava, e isto poucos o desconhecem, uma das mais nobres famílias da nossa terra. Descendia, por seu pai, da casa do Marquês de Marialva — do faustoso Marquês de que nos fala Belford na «correspondência da côrte de D. Maria I», descrevendo a sua situação de privilégio perante os reis, descrevendo a opulência do seu viver, a prodigalidade do seu erário, que alimentava uma multidão de músicos, poetas, toureiros, lacaios, macacos, anões e crianças de ambos os sexos. Era neto do Marquês de Marialva e filho do Conde dos Arcos — daquele Conde dos Arcos que o foi por ter casado com a condessa do mesmo título, D. Juliana de Noronha e Brito, daquele Conde dos Arcos que morreu de morte trágica na última corrida de touros riais em Salvaterra — episódio de luto, sangue e dor que Rebêlo da Silva pintou num quadro digno de Tácito. E assim, o brasão da casa de D. Marcos de Noronha é dos mais tradicionalmente heráldicos e dos mais nobremente evocativos. Assenta sôbre um escudo esquartelado. No primeiro quartel tem as armas de Portugal. No segundo, mantelado de prata, as armas de Castela. E dois leões de púrpura batalhantes arremetem dentre a sua bordadura de oiro e veiros de côr azul.

Foi muito novo tenente-general do exército, e gentil-homem da câmara de D. Maria I. Foi muito cedo agraciado com a Grã-Cruz da Ordem de Avis e da Tôrre e Espada. Era quási um rapaz, estava nos 32 anos, quando, em 1803, o nomearam governador e capitão-general do Grão Pará e do Rio Negro. E logo em 1805, certamente pelas qualidades reveladas no exercício dessas comissões difíceis, nos aparece Vice-Rei do Brasil — pelo que se estabelece no Rio, onde procede à construção do palácio do govêrno em que hoje funciona o Senado brasileiro, e que conserva ainda a tradição do seu nome.

É na regência do vice-reinado de D. Marcos que sôbre a terra portuguesa bate e se desdobra a asa da águia napoleónica.

D. João VI, então Regente do reino, amolecido pelo sibaritismo dos reais paços e pelo cantochão de Mafra, apavora-se e foge. Leva atrás de si D. Maria I, em gritos de louca, em atitudes de



possessa, gritos e atitudes em que há o arrepio profético duma personagem de Shakspeare. Consigo arrasta a sua côrte de devotos e de medrosos, a mesma côrte que Becford havia aguarelado com tintas que ressumam luz e fremem de ironia, mostrando-

no-la a servir os reis de joelhos, a aprender a estar à janela, a acompanhar as procissões tocando campainha, a curvar-se servilmente às brutalidades do confessor da Rainha, ex-sargento do exército e Inquisidor-Mór do reino. São quinze mil pessoas, quinze mil palacianos, desvairados de terror, que partem de súbito — e que de súbito desembarcam no Rio. D. Marcos, em frente do facto inesperado, sem alojamento para toda essa gente espavorida, mostra a decisão pronta dum organizador e dum homem de vontade. E embora um pouco à custa do sacrifício dos que estão, consegue alojar os que chegam, habituados aos confortos da Ajuda, aos brandos regalos de Belém e Queluz, com relativa comodidade.

Com a transferência da côrte para o Rio a idea separatista desenvolve-se, intensifica-se, cresce como uma onda e alastra como uma torrente. E bastante no intuito de a sufocar, e porque a sua estada na capital, agora, o reduz a uma categoria subalterna, D. João VI, em 1810, nomeia D. Marcos para a capitania da Baía — a cidade brasileira por excelência, no conceito de Silvío Romero. É aí, inteiramente senhor dos segredos do govêrno, que a sua acção política, administrativa e militar se destaca e personaliza.

Não se limita ao papel de vestir uma farda vistosa, de empunhar a vara do poder, ameahando as correspondentes temporalidades. Não procura fazer face à onda que cresce, à torrente que alastra com o critério simplista e brutal da fôrça. Em vez de lhe opôr uma muralha de baionetas, tenta enfraquecê-la abrindo-lhe o campo vasto das concessões. Fomenta a vida local e alarga-lhe os horizontes. Dota a Baía com a sua primeira officina litográfica. Rasga na espessura dos seus hábitos seculares uma janela assoalhada para os costumes novos — dando-lhe um jornal, a *Idade de Ouro*. A 13 de Maio de 1811 inaugura, com luzida solenidade, uma biblioteca pública. Querendo mostrar que o seu interêsse pelo desenvolvimento intelectual da província se equilibra com o desejo do seu progresso económico, funda a Associação Comercial que ainda vive, e que na prosperidade de hoje afirma o forte impulso criador de ontem. E só ao estalar a revolução de Pernambuco, em 1817, decide lutar com armas contra armas. Procede então com vigor e severidade. Organiza tropas e lança-as sôbre os revoltosos. Sufoca o movimento. E prende, e executa um padre que interpreta, no ardor da luta, prègando, evangelizando, a voz anunciadora do *Tiradentes*, o már-

tir fecundo da independência, — padre que é um seu filho espiritual no apostolado e um seu irmão mais novo no martírio.

No regresso de D. João VI à metrópole D. Marcos ficou na presidência do govêrno de D. Pedro. Pouco depois era demittido — por imposição da corrente separatista que dominava na capital. Voltou ao seu país. O rei nomeou-o membro da Regência que devia dirigir os destinos da pátria portuguesa em seguida à sua morte. E outorgada a Carta Constitucional, D. Pedro pôs-lhe aos ombros os arminhos do pariato — morrendo ao florir das primeiras rosas de maio de 28.

São dêste homem de acção, do portugês illustre que tão íntimamente auscultou e sentiu o alvorecer da pátria brasileira, os documentos que motivaram estas notas ligeiras. Era dêle, ou organizada sob as suas vistas, a crónica larga, minuciosa, curiosíssima de todo êsse período agitado de aspirações emancipadoras.

Compreende toda a correspondência official trocada entre Portugal e o Brasil, entre a capital do Brasil e as diversas capitánias durante o seu govêrno. Abrange vinte anos de vida administrativa e política, em que o rei, os vice-reis, os capitães dizem de si e do país o que sabem e o que ignoram, o que querem e o que não querem. Reflecte toda a acção e reacção das províncias do Pará, do Rio, da Baía, de Pernambuco, de Vila Boa de Goiaz através dos derradeiros anos da sua dependência nacional. E àlêm disso, em volumes separados, compreende legislação vária e vários regimentos riais desde 1560 em diante; cartas régias assinadas desde 1642 até à sua saída do Brasil; inúmeros subsídios para a história brasileira anteriormente ao govêrno de D. Marcos.

Tudo isto, que forma quási uma biblioteca, está metodizado, recolhido e encadernado em solenes volumes, tipo *in-fólio*, com fortes revestiduras de carneira. E em breve, um outro volume poisará nas estantes do palácio do Salvador — êste leve e amável, impresso e illustrado. Procede actualmente à sua factura a Sr^a. Condessa de S. Miguel. Será constituído pelas cartas particulares do conde dos Arcos. E assim, o homem histórico e político, retratado naqueles documentos, apparecer-nos-há dentro em pouco na sua face de homem da sociedade, no auto-medalhão daquelas cartas.

As relações luso-brasileiras

QUESTÕES DE ENSINO

(*Conclusão*)

ENSINO SECUNDÁRIO E SUPERIOR

Et peut-être verrait-on les générations qui viennent, délivrées de la camisole de force de leurs devancières, prodiguer largement à l'humanité les trésors d'une intelligence qu'on aurait laissé librement s'épanouir.

C. A. LAISANT.

A aquisição directa dos conhecimentos não deve ser substituída pelo recheio de frases feitas, de regras e definições tiradas dos livros. Semelhante processo é ainda do tempo em que uma certa seita política, que tinha o propósito de dissimular as verdades de ordem experimental, mostrava na admirável adaptação dos métodos a êsse fim uma inteligência superior, como outra infelizmente se não revelou depois ao serviço do espírito de liberdade definitivamente vitorioso. Ainda hoje se submetem a uma «disciplina mental por meio da gramática» crianças de Portugal! ¹ É bem certo que são os mortos que governam. As verdades novas sempre levam tempo a enraizar-se. Só as crianças, com a sua inspiração «nativa, vital, directa, interior aflorando à superfície», como a definiu Leonardo Coimbra em «A Alegria, a Dôr e a Graça», é que podem dar-lhes vida e razão, se a escola lhes não contrariar e destruir êsse poder maravilhoso. Ora, infelizmente, é essa quasi sempre a acção imediata do ensino primário e dos cursos elementares. Em França, já o ilustre professor Laisant soltou o grito de alarme na esperança de que as futuras gerações, inteligente e carinhosamente instruídas, possam enfim fornecer à humanidade os tesouros de uma inteligência livremente desenvolvida. Aqui, ainda agora a República está esperando que os

¹ Da confissão do culpado, numa conferência pedagógica da série organizada, em 1915, pelo Ministério da Instrução.

seus servidores a realizem integralmente promovendo pelas escolas a formação de homens livres, de cultura moderna.

Lembram-nos a propósito estas palavras de Firmin Roz em «*L'énergie américaine*»: *Ce n'est donc pas parce qu'ils sont en démocratie que les Etats Unis ont la force dont nous les voyons doués et qu'ils ont pu accomplir les grandes choses dont nous leur envions la gloire: c'est parce qu'ils étaient capables de cette œuvre qu'ils ont pu réaliser une démocratie.*

Se assim o entendessem, cedo nos haveríamos de valorizar. Há que compreender que esta guerra tanto nos obriga, pelo menos, a criar novos valores, como a fazer prova definitiva de que ainda conservamos os que já num passado de glórias foram brilhantemente experimentados. O problema é tanto económico como militar; é natural e legítimo, mesmo indispensável, que se pergunte aos que conduzem a guerra quais são os seus princípios económicos, o que fizeram para reparar os erros do passado, sempre presentes, o que contam fazer para intensificar a produção nacional, desenvolver o comércio, organizar a marinha mercante, utilizar os preciosos recursos do solo e do subsolo.

Não é possível continuarmos como até aqui, iludidos com o que temos. Em matéria de instrução é tempo de pensar que a ideia de tudo resolver abrindo escolas é verdadeiramente duma simplicidade exagerada. Algumas melhor seria que fechassem; especialmente aquelas que, dentro das medidas dum orçamento irrisório, teem multiplicado últimamente um número importante de focos de depressão intelectual, desenvolvendo a mentalidade a que poderia convir a designação de «analfabetismo primário do 2.º grau». Grande dificuldade não é habilitar a ler alguns milhões de portugueses, mas prepará-los para o trabalho como êle deve ser entendido numa sociedade inteligentemente organizada. O defeito é da qualidade do ensino primário. Só dos professores dos liceus é ainda possível esperar a fixação em Portugal da mentalidade da Europa moderna. Do esforço que nesse sentido se tentasse resultariam para o ensino primário vantagens de alto preço. Ter-se-ia tornado possível, a curto prazo, o recrutamento de professores bem habilitados a dirigir pequenos trabalhos agrícolas e industriais, em campos e oficinas anexos à escola primária e que, desenvolvendo o movimento associativo e creditário nas suas regiões, promovessem a formação dos quadros duma nova organização social. Continuando como está, com o tra-

balho desorganizado, desorientada e sem valor a opinião pública, Portugal não contará jámais no número das nações modernas, quaisquer que sejam as vantagens de momento que para a nação possam advir das artes dos seus políticos. Com efeito, que esperanças pode haver? Que tem produzido, senão explicadores,¹ tantas organizações do ensino, em vez dos homens que nos outros países dirigem o trabalho com iniciativa e inteligência?

A EDUCAÇÃO NA ESCOLA

Chaque fois aujourd'hui que l'on approche le peuple de France on se sent devenir humble, tellement il paraît sublime.

ALBERT THOMAS.

Payot, exigindo na escola a acção educativa dos mestres, afirma que a lição prestada aos filhos serve aos pais igualmente. Payot escreveu para a amável França, a pátria da cortesia e do sorriso, a primeira onde a vida e o trabalho tiveram um sentido humano, de aperfeiçoamento e elevação moral. Nós, vamos de mal a pior, em grosseria de palavras e maneiras, sem que pareçam preocupar-se com isso os dirigentes que vão abandonando, por incapacidade, a defesa dos mais altos princípios que representam. Nem a guerra logrou inspirar-lhes a ideia dum grande movimento de educação que começasse nas escolas.

A quando da declaração alemã, houve professores que tomaram a iniciativa de substituir as lições do dia por conferências com aquele tema. Mas o que devia ter sido levado a efeito com a maior solenidade foi-o assim em deficientes condições educativas. Nem o exemplo dos outros países nos tem servido, o da Inglaterra e da França, especialmente, onde se faz prova do mais alto espírito pelo cuidado de formar a opinião da mocidade sobre o sentido de sacrifício desta guerra.

A notícia duma sessão solene para distribuição de prémios aos alunos dos liceus franceses de Longchamps e Gaspard-Philippe deu-nos a ideia de desenvolver perante os nossos alunos o assunto duma conferência com este título: «Os nossos motivos de legítima esperança e os deveres austeros que nos imporá a vitória.» Esperámos que essas conferências fôsem organizadas pelo Minis-

¹ Indivíduos que oferecem dar explicações de tudo, a toda a gente. Alguns há que até explicam aos alunos das escolas do govêrno as lições dos seus mestres!

tério da Instrução Pública. Não foram. E afinal às crianças é que devem aproveitar as lições desta hora. Só elas teem inspiração e desinterêsse bastante para poderem atingir a essencial e grandiosa simplicidade do drama: a França defendendo o seu ideal eterno, de direito e liberdade humana, contra a raça que reivindica para si sómente o direito de viver, e de viver da substância de todas as outras. Teoria pretendidamente científica que bastaria para justificar o ódio à sciência, se não fôsse fácil distinguir, como é, entre a sciência e certos sábios. A França não quer e não pode perecer, já porque o seu exemplo é condição indispensável de civilização, já porque ela contrafu para com a humanidade o dever de se perpetuar e de ser a doce França até ao fim, mãe carinhosa, tendo vertido o sangue de todos os martírios e heroicidades, bebido todo o fel das sublimes paixões, prolongado a ansiedade criadora até à conquista do supremo título de honra com que se afirma a dignidade humana: a Liberdade.

Êste nos parece que é o mais alto pensamento da hora presente e que nêle deviam ser educados os filhos dos soldados do século em que as provas finais estão a ponto de se decidir.

Mas outra lição nos impressiona: é a necessidade de estirpar por uma vez da nossa sociedade um flagelo particularmente fecundo em lutas estéreis ou funestas, a intolerância em matéria religiosa e política. Não sómente é claro que nos ataques à consciência são objectos imaginários ou inacessíveis que consomem fôrças aproveitáveis que a pátria reclama para defender a sua própria existência, como escrevia Emílio Boutroux, mas, ainda, os acontecimentos provaram que, em face do dever comum, os diferentes povos, apesar dos hábitos de política sectarista, puderam criar um único pensamento, um só coração e uma vontade de todos. A colaboração é o dever que se impõe. Tal será o benefício das dedicações sem limites, dos imensos sacrifícios e dos esforços sôbre-humanos que tantos povos juntaram fraternalmente aos valores imortais da alma colectiva da França em cuja fé se extinguiu o luminoso espírito de Mirbeau, esperando que todos trariam dos campos de batalha, instruídos pela experiência heróica, o gôsto austero da vida, e proclamando com exaltada ansiedade: «Que mes anciens et chers compagnons de lutte ne s'y méprennent pas; l'humanité s'améliorera, si nous savons sauvegarder la position morale que la France occupe dans l'Univers. Ce que nous demandions autrefois à un parti, nous le trouvons dans un

pays. Mais, pour cela, il faut qu'on découvre, comme je l'ai découvert moi-même, que la patrie est une réalité.»

O MÉTODO

Uma vez estabelecido que o ensino primário não corresponde aos seus fins e que só os professores dos liceus o podem melhorar, o problema da reforma do ensino secundário toma entre nós um aspecto particular. Nunca o veremos resolvido pela adaptação a Portugal de regimes estrangeiros.

Impõe-se, de princípio, a necessidade de reduzir por algum tempo os estudos primários aos do programa do 1.º grau, que ficariam servindo de preparação para um exame de admissão aos liceus. Desta forma passariam para estes estabelecimentos, e para escolas especiais, as grandes responsabilidades do ensino de iniciação (primário e primário superior) que, com ligeiras esclarecimentos e acrescentamentos aos programas actuais das três primeiras classes, seria possível ministrar, desde que se fixassem os métodos que a experiência tem modernamente aperfeiçoado e cujos princípios se encontram assim resumidos num livro de C. A. Laisant :

«L'enseignement doit être absolument concret et ne s'appliquer qu'à la contemplation d'objets extérieurs ; il doit se présenter d'une façon continue sous forme de jeu et non sous forme d'étude. Mettre des faits sous les yeux d'un enfant ne suffit pas ; il faut d'abord lui apprendre à voir. Il faut arriver à isoler les phénomènes, à créer un mode d'expérimentation qui fasse tellement prédominer le phénomène principal qu'on a en vue, que tous les autres passent inaperçus ; c'est, dans le domaine de l'expérience, une opération un peu analogue à celle de l'abstraction mathématique. On doit éviter les définitions abstraites, les règles édictées sous prétexte d'une bonne direction pratique et que l'enfant n'applique, tant bien que mal, qu'à grand renfort de mémoire.

«L'éducation rationnelle, l'abstraction mathématique ne viendront que plus tard. Les théories n'auraient plus alors pour objet que de préciser l'idée de la loi physique entrevue souvent d'instinct. Les expériences n'auront pas perdu de leur intérêt, parce qu'on y retrouvera des choses déjà vues autrefois, maintenant mieux expliquées et plus complètement comprises.»

A luta estabelece-se em definitivo entre estas ideias fecundas

e as daqueles que redigem ou aprovam uma espécie de catecismos das sciências de que é exemplo, entre todos, o livrinho cujo recheio se resume nesta sua primeira linha, igual, perfeitamente igual a todas as outras: «que é matéria? é tudo que impressiona os nossos sentidos».

No espírito dos autores seguir-se-ia provavelmente um interrogatório nestes termos: «Vamos, diga. Pois o menino não sabe *ainda* o que é matéria?!»

Num país em que se escolhessem os homens para certos lugares há muito que os tais livrinhos teriam deixado de fazer, por conta da República, a obra de embrutecimento que a todos nos envergonha. Ou, se o bom rei D. Dinis pudesse voltar, e com êle a cultura do povo, seguramente que uma revolução haveria de conquistar para os nossos filhos o direito de cultivarem nas escolas, àlêm do carácter, a inteligência e as aptidões.

Tendo-nos parecido susceptíveis de desenvolvimentos originaes os métodos de iniciação do illustre examinador de admissão à «École Polytechnique», procurámos estendê-los ao estudo elementar das sciências, da matemática particularmente, no nosso *Manual do Professor de Matemáticas Elementares*, ainda em preparação.

As instruções pedagógicas não podem ter por objecto impor ao professor os processos que deve seguir limitando-lhe a iniciativa. Devem, sim, fixar uma orientação, a do método que caracteriza a época actual e distingue dos velhos mestres do alfarrábio e da sebenta os verdadeiros professores, que, para o ensino elementar, em boa verdade, só começaram aparecendo com os primeiros alvôres do espírito moderno. Exclui-se o ensino superior porque êsse sempre foi servido, em todos os países, por alguns homens de talento e de saber, quanto basta, tratando-se de Universidades, para dar brilho e merecido renome aos cursos aí professados.

Mas, pois que o mesmo não succede com o ensino elementar geral e técnico, onde as competências se avaliam tanto pelo saber como pelo senso pedagógico e resultados práticos obtidos, como admitir sem protesto que a cómica admiração dos políticos pela sua dignidade doutoral continue subordinando aos pontos de vista universitários, necessariamente exclusivistas e absolutos, a resolução dos variados problemas que a cada passo se apresentam aos professores do ensino elementar?

Nesta matéria os ensinamentos das Universidades e dos seus mestres, que nos teem governado, ou terão de ser animados pelo espírito duma superior vocação profissional — o que jãmais se logrará conseguir por milagre do diploma duma Escola Normal — ou terão que ser corrigidos, difficilmente, pelas lições duma experiência pessoal longa e bem dirigida. É a prática do ensino que forma professores. Só deviam reger cursos os que na situação de assistentes já tivessem revelado qualidades aproveitáveis. Para efeitos de nomeação definitiva estava então perfeitamente bem que certos diplomas de cursos especiais fôssem considerados como condição de preferência. Pelo menos durante o período de reorganização a Inspeccção Escolar teria que ser confiada a homens dum valor indiscutível, verdadeiras figuras nacionais como Duarte Leite e Basílio Teles.

O método, longe de ser uma colecção de receitas cujo segredo as escolas possam revelar, é simplesmente a definição duma atitude do espírito; em vez de estabelecer regras e processos, condena pelo contrário, abertamente, o critério de regulamentação em geral, mesmo quando as instruções pedagógicas dos regulamentos não sejam, como são, uma verdadeira vergonha. (1) O modo expositivo usual que procede por prelecções e chamadas sucessivas, não deixando aos alunos, considerados em grupo como auditório favorável, nenhuma participação efectiva no desenvolvimento da lição, é a cópia infeliz do que se pratica nas Univer-

(1) *Exemplos:* «Nenhuma disciplina do plano dos Liceus é independente. Todas são meios ligados entre si pelo princípio duma intenção comum: a aquisição dos fins do ensino secundário. Este ensino, pois, longe de realizar-se ao acaso ou por indiferença, faz-se com ordenada distribuição de matérias, por sistema de classes, e de modo que os alunos que as frequentam possam compartilhar da instrução das disciplinas que as constituem». (!)

«A fórmula do ensino por meio de pergunta e resposta dirige-se de preferência à actividade mental reprodutiva e consagra-se à averiguação da firmeza e exactidão dos conhecimentos adquiridos pelo aluno e também a completar estes conhecimentos ou a ligar-lhes novas noções. No primeiro caso tem relação, antes de tudo, com a memória; no segundo, antes de tudo, com o entendimento; em ambos se estabelece utilíssimo comércio de ideias. (!) (do Regulamento de 1895, por uma comissão de «explicadores» de pedagogia)».

Estas instruções, que dão a imagem do movimento vertiginoso duma rêsca de parafuso, vieram reproduzidas no Regulamento de 1905 e encontram-se ainda agora no projecto para o novo regulamento que deve ser publicado brevemente.

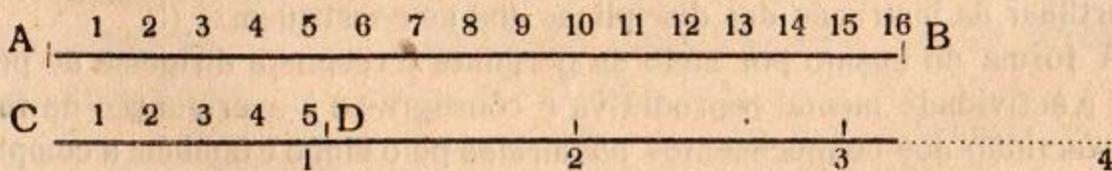
sidades e que, mesmo nesses cursos, não tem efectivamente valor algum de método.

O estudo da química pode-se fazer nos livros; mas entre estudar e aprender vai uma diferença considerável e o único meio de aprender química é ainda, e será sempre, a prática das manipulações. Mostrar um aparelho de longe ou acertar na presença do curso uma experiência cuidadosamente preparada não é suficiente; é preciso que os próprios alunos trabalhem com os aparelhos, preparem e efectuem a experiência, que se habituem a observar e a não julgar antes de terem visto. A lição oral, a maior parte das vezes, não deixa nos seus curiosos espíritos desinquietos mais que uma marca fugitiva. Regras e definições são a bagagem do bacharel formado. Os alunos que tomarem as suas notas a propósito de cada manipulação e das causas dos insucessos de algumas experiências irão criando gosto pelo trabalho pessoal e desenvolvendo o espírito de iniciativa. Se juntarem croquis complementares, equações representativas das reacções efectuadas e a resolução de alguns exercícios numéricos, melhor fixarão as noções adquiridas, fazendo ao mesmo tempo uma revisão interessante e proveitosa dos fenómenos estudados. «Ils se pénètrent, enfin, de cet esprit scientifique plus utile peut-être que la science elle-même et prennent l'habitude précieuse du soin, de l'ordre et de la méthode».

E não se diga que o mesmo não é possível no ensino das sciências matemáticas.

A divisão, por exemplo, resolve-se *experimentalmente* com duas réguas graduadas:

Seja a divisão de 16 por 5, por exemplo:



AB é o triplo de CD mais $\frac{1}{5}$ de CD

$$AB = 3 \times CD + \frac{1}{5} \times CD$$

ou:

$$AB : CD = 3 \frac{1}{5} = 3 \frac{2}{10} = 3,2$$

O nosso *Manual do Professor de Matemáticas Elementares* pretende mostrar que da mesma fórma se pode ensinar todo o programa de matemática do curso geral dos liceus.

E o caso é que, não se fazendo assim, logo se cai no êrro tradicional duma abstracção excessivamente prolongada, que faz perder de vista a própria realidade que há o propósito de estudar e analisar.

Nas primeiras classes só os trabalhos individuais ⁽¹⁾, na aula, sob a direcção do professor, conseguem revelar a espíritos infantis as noções exactas que, por esforço directo de memória, através duma definição, não chegam nunca a ser apreendidas.

Os exercícios de matemática, de princípio, devem ser resolvidos pelo método gráfico, desenhando as figuras em papel quadriculado, até que, com o fim de darem mais rápidamente com a solução, os próprios alunos comecem descobrindo, pouco a pouco, as regras de cálculo numérico.

Para as lições de física e química cada carteira devia poder transformar-se numa pequena mesa de oficina. Na construção de aparelhos de demonstração e outros trabalhos manuais um carpinteiro e um serralheiro ajudariam o professor.

Nas classes 4.^a e 5.^a, por isso que nos deixámos atrasar de muitas dezenas de anos em relação aos países de organização progressiva, afigura-se-nos que seria preciso ter especialmente em vista a aquisição da técnica das manipulações e dos trabalhos de oficina e o conhecimento elementar das aplicações da sciência. Anexos aos cursos de iniciação das três primeiras classes, as oficinas e os campos agrícolas serviriam para instrução dos alunos

(1) Os autores de leis e regulamentos é que o não entendem assim. Em 1914 criaram-se os trabalhos individuais de laboratório, mas para as classes 6.^o e 7.^o simplesmente. E o decreto lá «explicava»:

«Não devem estes trabalhos práticos ter a feição de mera execução de receitas de observação e experiência. Devem antes ter o carácter de problemas de investigação que interessem o aluno e lhe permitam, por si, descobrir e redescobrir».

Capazes de ir por mar às Índias, estes alegres «redescobridores» de reformas! Alma de Pombal teem êles, o Terramoto é que tem falhado. . .

Para que precisam os pequenos estudantes de trabalhar em oficinas e laboratórios? Que continuem «vendo» nos livros o bico de Bunsen e o tubo de ensaio; assim irão aprendendo a falar, com ar entendido, do que nunca viram e não conhecem, e um dia virá em que serão também «explicadores», como toda a gente.

dos liceus, transformando-se a outras horas do dia em escolas profissionais obrigatórias para os aprendizes da indústria. Na Bélgica havia, em 1911, 26 escolas agrícolas anexas aos colégios e escolas secundárias, não incluindo neste número os cursos de ensino agrícola que funcionavam nos próprios liceus como cursos de aplicação das sciências físico-químico-naturais.

* * *

Os que nos quiserem acusar de ter desprezado a cultura geral do espírito nestas vistas de relance sôbre uma possível reforma, que vejam com imparcialidade o exemplo da França, onde a notável difusão do ensino secundário se presta admiravelmente à «mise au point» de certas opiniões ligeiramente formadas. Lá porque um francês de classe média, tendo passado pelo colégio, ouviu falar duma série de coisas, vá de concluir que o nosso homem tem luzes sôbre todos os assuntos. Não é nada assim.

Na realidade houve um único momento da sua vida em que teve alguns conhecimentos de compêndio: nomes e datas. Um «university man», inglês ou americano, pelo contrário, tendo feito até aos 22 anos, pouco mais ou menos, estudos desinteressados, possui uma cultura geral incomparavelmente mais elevada que um aluno das escolas francesas de direito ou de medicina. O «university man» vive num meio especial que nenhuma cidade universitária francesa consegue reproduzir; é verdadeiramente camarada dos seus contemporâneos, vive com êles numa sociedade de escolha onde se agitam os mais variados problemas, não se isola no círculo restrito de um certo número de amigos, companheiros de café. Por isso o «university man» conservará para sempre a marca distintiva da sua passagem pela universidade, qualquer que seja a profissão que depois vier a seguir. Como há poucos anos dizia um publicista francês: *il restera, par rapport aux autres ce qu'était un «honnête homme» du dix-septième siècle vis-à-vis de ses contemporains; son humanité aura été élargie et élevée. Voilà qui donne à réfléchir sur la nécessité de réformer en France et d'adapter aux conditions modernes de la vie l'enseignement supérieur d'ordre général auquel nos qualités nationales nous rendent si éminemment propres.* Já um professor americano, Barrett Wendell, da Universidade de Harvard, tinha escrito: «*assim como à vida do estudante francês faltam as qualidades de humanidade que bastam para justificar a brevidade dos estudos na*

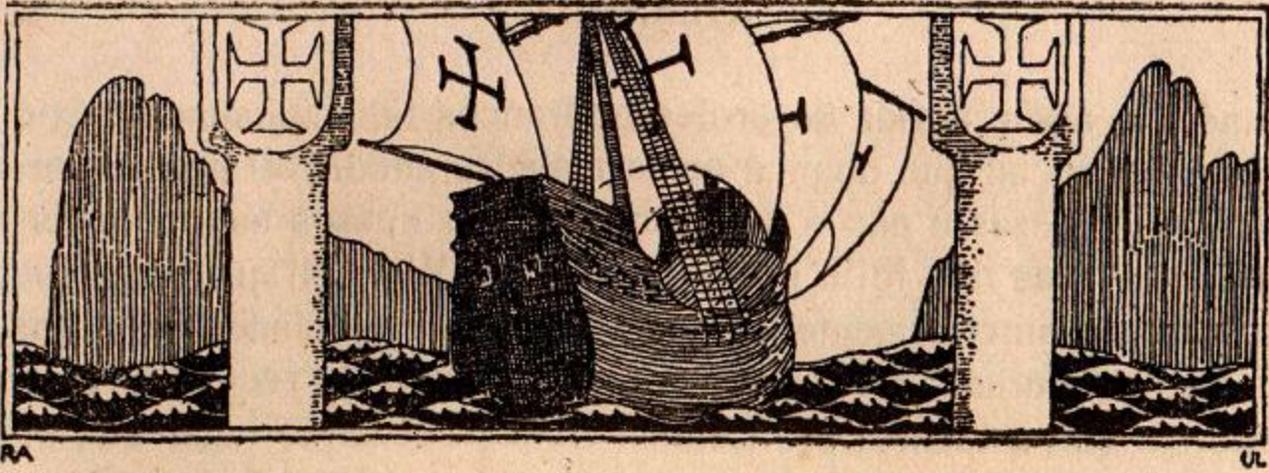
América, assim à vida do professor francês falta igualmente este elemento social que domina duma maneira admirável nas universidades inglêsas e não é desconhecido nos nossos meios universitários». Mas não foi o professor Barrett Wendell quem revelou o mal; já anteriormente os mestres das universidades francesas tinham procurado dar-lhe remédio, inspirando as recentes reformas em que a técnica profissional começa cedendo lugar aos interesses de cultura geral nos estudos das universidades. O ensino superior, assim entendido, é que deve fornecer os elementos próprios duma completa ilustração. Mas é claro que nada impede que se levante o nível dos estudos secundários. Pelo contrário. Justificada, como tentámos fazê-lo, a necessidade de dotar o ensino elementar de métodos próprios, o reformador podia mesmo aproveitar o auxílio desses métodos para desenvolver os programas de sciências e de letras do curso geral.

Podia também aumentar de um ano, se assim o entendesse, o curso complementar, desenvolvendo os estudos de humanidades em cadeiras distintas, como seria feito para a matemática e para cada uma das sciências em particular, usando-se já nessa altura o método clássico de ensino, e podendo ser que os exercícios de laboratório tomassem assim o carácter de trabalhos pessoais de investigação.

Emfim, os mestres de conferências, estabelecendo a necessária ligação entre os estudos das diferentes disciplinas, viriam melhorar duma maneira apreciável as condições de funcionamento do regímen de classe.

Lisboa, Março de 1917.

LÚCIO DOS SANTOS.



Na hora da partida

*Pátria, que tenho amado, com ternura,
desde que da razão meu uso faço
e ilumino da luz mais clara e pura . . .*

*Desde que no papel, em versos, traço
hinos e cantos, poemas de vitória
que sobem, harmoniosos, pelo espaço . . .*

*Desde que comecei a ler a história,
donde, por cada página, se eleva
um resplendor de sonhos e de glória . . .*

*Pátria, — por quem, por mais que diga e escreva,
jâmais escrevo e digo o que desejo . . .
— claridade que sempre julgo treva! —*

*És para mim como a mulher que beijo
nos transportes do amor, que encerram quanto
de belo e de sagrado escuto e vejo!*

*Pátria, terra bemdita, onde o meu pranto
caiu primeiro e foi brenha florida,
como o daquele Infante que foi santo . . .*

*Como o de muitos Mártires, que a vida
por tua vida e amor sacrificaram,
— alma de fogo para o céu erguida . . . —*

*De quantos, pelos mares, dilataram
o teu domínio, o teu poder, a fama
dos que venceram, dos que naufragaram, —*

*Olhos em ânsia, o coração em chama
contra a fúria das ondas . . . naus rangendo
ao potente esgarrão que açoita e brama!*

*Pátria, chamo-te sempre, ouvindo e vendo
um sorriso d'amor que te ilumina ;
uma afectuosa voz me respondendo!*

*Vejo-te, — como a criança pequenina
mas com mais fôrça que um gigante, pela
graça que a veste duma luz divina!*

*Vejo-te, — misteriosa como a estrêla, —
na alma o receio que, p'la vida fóra,
tu deixes de ser grande e de ser bela!*

*Quero que nem um dia, nem uma hora
passe, em que aos olhos da minh'alma passe
a tua imagem sem que a cubra a aurora . . .*

*A aurora que da crença esplende e nasce,
a que sempre brilhou à minha vista,
a que a Jesus iluminou a face . . .*

*A que os Mares abriu para a Conquista
de novas Terras e de novos Mundos . . .
— não existindo nós sem que ela exista! —*

*A que por sôbre os pélagos mais fundos
fez passar em triunfo as caravelas
e fez heróis dum Povo, sem segundos!*

*Ó chama dos Lusíadas! O velas
que o vento enfuna e voais, como asas d'almas
cobertas d'ouro d'auroras e d'estrelas . . .*

*Asas no azul do céu longínquo espalmas . . .
Noites de lua cheia, — a lua abrindo
esteiras brancas sôbre as ondas calmas . . .*

*E o Tenebroso feito em lago lindo
sob arcos triunfais . . . bandeiras santas . . .
Santelmos para a fé tremeluzindo . . .*

*Sonho, que te realizas, e levantas
das ondas, em visão, em resplendores,
tantas riquezas, tantas terras, tantas! . . .*

*E acabam agonias, ânsias, dores, —
e Sagres surge, ao longe, e a Pátria amada
mais bela agora para mais amores!*

*A Pátria, a amante sempre desejada . . . —
às vezes ante a história erguendo o dorso
esquelético, triste e desgraçada . . .*

*Às vezes . . . — Mas em breve, do remorso
presa, de novo os músculos distende,
cheia de heroísmo, em vigoroso esforço.*

*E passa, e luta, — a fé e a crença acende
com fogo mais intenso e duradouro,
e uma nova conquista sonha e empreende!*

*Vejo-a de novo, revestida d'ouro,
pronta a partir — porque o dever a anime
e a chamem vozes num imenso côro!*

*Chama-a a Justiça, contra o maior crime,
para que o esforço mais ardente leve
e leve o sacrifício mais sublime!*

*A minha Pátria vai . . . Nunca ela teve
alma e crença mais nobres, revestidas
da candura dos lírios e da neve!*

*Nunca foram assim oferecidas
em altar mais divino e mais sagrado
humanas ilusões, humanas vidas!*

*E enche o presente a glória do passado: —
Rubra rosa do sonho em vosso peito,
Nun' Álvares, Camões, o Decepado . . .*

*Infante D. Henrique, em pé, no estreito
Promontório, scismando: — Indias distantes,
como buscá-las sem caminho feito?! —*

*E como então, agora são instantes
de scisma e d'ansiedade, ante esta luta
de monstros, de chacais e de gigantes!*

*A mesma voz heróica, no ar, se escuta!
A mesma voz presaga do Restelo,
no mesmo velho d'alva barba e hirsuta!*

*Sente-se o frio suor do pesadelo! . . .
— Porém mais alta, e pura, e nobre, e santa —
Fé donde pode ouvi-la o Sete-estrêlo,*

*Vai esta voz que na nossa alma canta . . .
Que a nossa Pátria, como uma hóstia sôbre
o altar florido, em ânsia e amor levanta!*

*E diz: — Vamos partir! A guerra é nobre
quando defende a vida, a honra, a glória!
— Bandeira verde-rubra, as almas cobre
da crença e da esperança na vitória!*

JOSÉ AUGUSTO DE CASTRO.

ALIMENTAÇÃO PÚBLICA

A intensificação das culturas cerealíferas em Portugal

CONFERÊNCIA DO SR. DR. FERNANDO DE VASCONCELOS
NO ATENEU COMERCIAL

(Conclusão)

Nas bases 3.^a, 4.^a e 5.^a pede-se que o Estado facilite novos auxílios relativos a adubos, sementes, transportes e crédito agrícola, concretizados como nelas se indica.

As bases 6.^a e 7.^a do projecto referem-se aos preços das tabelas de cereais e ao preço do pão. Entende a Liga Económica Nacional que a sua justificação está plenamente feita nos considerandos do projecto (11, 12, 13, 14).

Nas bases 8.^a a 14.^a estabelecem-se princípios de interesse geral do Estado e justos princípios de defesa dos particulares.

Como se reconhece do enunciado do projecto da Liga Económica Nacional, propõe esta resolver o problema do barateamento do pão com o estabelecimento de medidas tendentes a obter abundantes colheitas cerealíferas. Com efeito, considera a Liga que a falta de produção suficiente de cereais no nosso país, tornando-nos tributários da produção cerealífera estrangeira tem já produzido e continuará a produzir lamentáveis consequências de ordem financeira e económica, fazendo com que o tesouro público e a economia nacional estejam sujeitos a encargos considerabilíssimos, sem que porêem deixe de haver fundadas reclamações sobre o preço do pão que, tendo por base, como tem actualmente, preço bastante superior a \$12(5) para o quilograma de trigo exótico importado, dá um custo muito elevado; enquanto

que pelo projecto, a base para o preço do pão torna-se inferior a pelo menos \$03 em relação a êsse preço de \$12(5), e muito inferior será em relação ao preço actual, cuja base foi estabelecida partindo de preços de trigo muito acima daquela quantia de \$12(5).

Pondera mais a Liga que os resultados que ela procura só serão possíveis se forem estabelecidas desde já as condições com que os produtores podem contar quando venha o momento de ser lançado no mercado o produto das suas culturas, pois reconhece que as surpresas, por vezes bem desagradáveis, que teem aparecido quando tentam vender os cereais que das suas propriedades conseguem recolher, só podem levá-los a retrair as suas iniciativas, como de facto está sucedendo ; e só pela confiança na acção do Estado pode o produtor aumentar as suas sementeiras, sendo por isso necessário que êle antecipadamente saiba que a lei que vai encontrar quando das suas colheitas, lhe não traz surpresas, nem vexames inúteis e escusados, que só teem produzido dificuldades propícias para os especuladores sem escrúpulos, e para a indústria da moagem de trigos exóticos.

A grande moagem, com efeito, em condições normais de comércio, sem a guerra, tem o seu interêsse ligado à incultura cerealífera e livre importação de trigo, que lhe traz uma margem de grandes lucros. Durante a guerra, da variadíssima legislação decretada, tem essa indústria colhido lucros muito excepcionais.

A protecção ao produtor impõe-se, porque é êste que constitui o grande consumidor e a grande massa da população do país ; mais de 60 % dessa população vive da agricultura, conforme o último censo publicado.

Essa protecção pode trazer durante algum tempo, depois da guerra, um certo ónus a todos os consumidores ? Sem dúvida ; mas àlêm das vantagens de ordem económica, notemos que é fácil a correcção, pelo aumento de salários, e até pelo estabelecimento do salário mínimo nas indústrias que disto carecerem.

Sem essa protecção porêm, a agricultura, que é a grande fonte de riqueza pública, terá de succumbir, abandonando a cultura ou emigrando, com grave prejuízo da organização social, e até da autonomia nacional.

Como já tive a honra de dizer, reconheço-me como o menos competente para tratar assunto de tanta importância, como êste da intensificação das culturas cerealíferas, nem tenho a preten-

ção de apresentar factos novos a tão illustre assemblea ; como esclarecimento porêm lembrarei que nos países em guerra, Inglaterra à frente, não se ouve grito que tão forte sôe, como o que manda semear, cultivar e tratar das terras.

Os bons exemplos e incitamentos de fóra devem servir-nos para que os imitemos no que êles se possam adaptar ao nosso país.

Ora em Itália, por exemplo, o ministro da Agricultura determinou em decreto de 15 de Fevereiro último, que as Cátedras Ambulantes de Agricultura e outros organismos agrários usem de todos os meios possíveis para que em todo o reino se aumentem as sementeiras de trigo tremês ou de primavera, recomendando que se prefiram as variedades canadienses, e de entre estas, a conhecida com o nome *Iroquês*.

Concedem-se prémios em dinheiro aos agricultores que com os citados trigos cultivem terrenos, que não tendo sido semeados no inverno, o sejam agora com trigos de primavera, dispondo que para solicitar os ditos prémios devem os agricultores apresentar os seus pedidos às autoridades locais, indicando as superfícies semeadas, para que se possam fazer imediatamente as devidas comprovações, e devendo o Ministério da Fazenda tornar efectivo o pagamento dos prémios.

Em França foi estabelecida uma tabela de preços do trigo, de 33 francos por quintal de trigo colhido durante o tempo da guerra e no ano immediato que se seguir à paz ; êste preço corresponde próximamente a \$95 para o quilograma de trigo ! Além disso, estabeleceu-se um prémio de 3 francos por quintal de trigo colhido em 1917, ou seja mais \$0(9) por quilograma ; e mais um prémio de 20 francos, ou seja perto de 6\$00, por cada hectare de terreno semeado a mais em relação ao ano precedente.

Como se lê num notabilíssimo artigo publicado num dos nossos jornais de propaganda de conhecimentos agrícolas, o sábio ministro das Finanças de França, Sr. Ribot, hesitou em dar o seu voto a esta medida de fomento agrícola, pois podia elevar a despesa do tesouro acima de 200 milhões de francos, ou sejam 56:000 contos ; tendo por fim acedido o velho financeiro, atendendo a que se torna necessário êste estímulo à lavoura, para obter a melhoria do câmbio e evitar a redução actual das sementeiras.

Como se vê, as aspirações da Liga Económica Nacional quanto

a incitamentos à lavoura portuguesa, são bem mais modestos que aqueles que se preconizam em países incomparavelmente melhor apetrechados para a cultura agrícola, como a Itália e a França; não ignora porém a Liga as dificuldades do tesouro público e principalmente a orientação, nem sempre feliz, dos nossos governos no assunto em questão, e por isso modestamente propõe uma melhoria necessária da tabela de cereais em relação à actual, e simples empréstimos para o alargamento da área cultural.

Para vermos ainda os cuidados que merecem a povos melhor orientados que o nosso, as questões de fomento agrícola, notemos que apesar de ter o seu território invadido, conseguiu o govêrno francês, para que não falte a mão de obra agrícola, que o general em chefe permitisse que muitos milhares de soldados, por ocasião das sementeiras e das colheitas, fôsem licenciados para fazerem os trabalhos urgentes do campo.

Passando à nossa vizinha Espanha vemos que a produção em trigo foi neste ano de 41 milhões de quintais, ou seja mais 3 milhões que no ano anterior; e verificamos que a sua política financeira e económica tem sido conduzida por forma, que o excedente das suas exportações sobre as importações subiu no último ano, a 225 milhões de pesetas, aproximadamente 76:500 contos, tendo obtido uma valorização para a sua moeda, que encontra a devida explicação sabendo-se que ao findar o ano de 1916 possuía o Banco de Espanha ouro em barra e moedas num total de 1:991.000.000 de pesetas ou seja 676.940 contos.

E em Portugal? Sem uma política definida de govêrno no sentido de fomentar a riqueza pública; tendo-se tirado sucessivamente à Direcção Geral de Agricultura e aos técnicos competentes grande número das suas principais funções de coordenação e de orientação que, pela sua natureza lhe competem junto da lavoura nacional; com o Estado em conflito permanente com os agricultores pelo sistema das requisições por processos vexatórios e violentos, e a preços inferiores aos que o mesmo Estado antes estabeleceu, como se viu no caso do milho, em que, tendo-se marcado oficialmente em 15 de Agosto de 1916 o preço de 1\$20 para o pagamento de foros, rendas e pensões, se fizeram requisições recentemente a \$95 os 20 litros; com uma lavoura que se não solidariza eficazmente para a justa defesa dos seus direitos e dos seus interesses, e com uma população rural indisciplinada; sem maquinaria suficiente, sem sementes seleccionadas, sem adu-

bos, com tarifas opressivas e sem organização comercial da venda dos produtos agrícolas, chegámos à situação em que todo o nosso esforço será pouco para pagarmos em ouro ao estrangeiro, o nosso *déficit* em produtos alimentícios e outros, podendo-se desde já avaliar o nosso descalabro económico pelo que o ágio do ouro indica; sendo êste de 80 por cento, segue-se que a nossa moeda vale hoje apenas 55 por cento do seu nominal.

No entanto, todos compreendemos a necessidade de se fazer obra de govêrno a favor dêste povo extraordinário, que é o povo português, a favor dos nossos valentes soldados que hoje lutam no campo de batalha, e que amanhã ao voltarem cobertos de glória ao amanho dos campos ou ao labor das fábricas, precisam encontrar removidas as dificuldades que se opõem a que tenhamos abundância de géneros alimentícios, e sobretudo do pão de que carecem para se manterem, e às suas famílias, com todo o vigor, que será a garantia do nosso futuro como raça, e o fiador único da autonomia nacional.

Tenho dito.

Reconhece-se, pelos princípios expostos no projecto da L. E. N. e na conferência elucidativa do Ateneu Comercial, princípios aceites e calorosamente applaudidos pela assistência, que se entende que é possível obter no nosso país uma completa autonomia alimentar, ou pelo menos uma situação que dela se aproxime, aumentando a cultura dos cereais, especialmente do trigo.

Com efeito, Portugal durante a primeira metade do século 19^o produziu não só os cereais necessários à sua alimentação, como ainda os exportou. De 1838 a 1855, sob o regímen proteccionista que começou a vigorar em 1821, foi de 305 contos o valor médio da exportação anual de trigo. E com êste regímen protector foram também muito beneficiados os consumidores, pois o preço médio do trigo baixou a 576 réis e o do milho a 386 réis, cada alqueire, em Lisboa, e a preço inferior nas províncias.

Este regímen teve assim os mais benéficos efeitos na economia nacional, pois que produziu o aumento da riqueza pública pela valorização dos terrenos agricultados e pela maior circulação interna dos capitais móveis, pelo ouro estrangeiro obtido em troca dos cereais exportados, e conseguiu, além disso, que houvesse pão barato.

Porém, a partir de 1855, a adopção das ideas livre-cambistas, importadas da Inglaterra, que em Portugal vigoraram até 1888, arruinaram sucessivamente a lavoura nacional.

Grave erro foi o abandono da cultura de cereais e outros géneros à livre concorrência da América, da Austrália e da Índia. Em breve se produziu uma temerosa crise económica, que sucessivamente foi compelindo as nações ocidentais da Europa, e até a própria Inglaterra, o país clássico do livre-câmbio e da abundância de capitais baratos, a adoptar novamente o proteccionismo, como o único remédio para a vencer e debelar, ao mesmo tempo que a sciência, ao serviço da boa causa, se empenhou inteligente e eficazmente, em aperfeiçoar o fabrico e a cultura, e reduzir o custo dos productos agrícolas.

Tendo-se reconhecido a necessidade económica de acudir à cultura cerealífera, foi publicada em 19 de Julho de 1888, a primeira lei protectora; tendo a partir de então, a lavoura nacional, principalmente à sombra do regímen estabelecido pela lei de 14 de Julho de 1899, alargado consideravelmente a área cultural e intensificado a cultura cerealífera, a ponto de ter já o país produzido à sombra desse regímen, em anos prósperos, todo o trigo indispensável para o consumo. De 1900 a 1911 foi possível prescindir em dois anos cerealíferos diferentes da importação de trigo estrangeiro e nos outros anos diminuiu também muito a importação.

Ainda sob a acção desse regímen pôde a indústria da moagem transformar-se, aperfeiçoar-se, alargar e desenvolver-se, empregando os mais modernos e aperfeiçoados maquinismos que lhe permitem fabricar farinhas, que exporta em competência com as melhores do estrangeiro.

Mostra-se que o número de fábricas matriculadas subiu de 37 a 69 desde 5 de Abril de 1892 a 31 de Maio de 1897; e o successivo exame da tabela de rateio, confirma a tendência da moagem em aumentar o numero das suas fábricas e melhorar os maquinismos.

E, assim, verifica-se que a moagem, apesar das suas constantes reclamações, encontrou dentro do regímen cerealífero proteccionista o estímulo necessário para concorrer na compra dos trigos nacionais, por preços superiores ao da tabela, melhorando consideravelmente as suas instalações fabris, e alargando a sua capacidade de laboração.

A indústria de padaria tirou idênticos benefícios, podendo obter lucros compensadores e melhorando extraordinariamente as suas instalações, que em Lisboa e no Pôrto rivalizam por vezes com as melhores da Europa.

Também à sombra da lei de 1899 melhorou a situação do consumidor, pelo barateamento do preço do pão e das farinhas. O preço da farinha, que fôra sucessivamente subindo até 1898 em que chegou a 110 réis, deu o encarecimento sucessivo do preço do pão. Como consequência da lei baixou imediatamente o preço das farinhas para 80, 90 e 100 réis, conforme as qualidades, e fixaram-se-lhes os tipos. Resultou de aí portanto, o barateamento do pão, para o qual foi estabelecido um máximo preço, 80 réis para o pão de quilograma, ao mesmo tempo que, com a devida fiscalização, se fixaram tipos, pesos e qualidades que até então não havia. E o abaixamento do preço do pão foi mais sensível a partir de 1903 em que a concorrência estabelecida dentro da padaria fez com que esta indústria desse uma percentagem de 5 a 10 por cento nas vendas ao consumidor ao balcão, ao mesmo tempo que fabricou um tipo de pão de trigo vendido a 70 réis o quilograma.

Depois da guerra, e até agora os nossos estadistas teem tido quasi que exclusivamente a sua atenção e energias postas ao serviço duma participação intensa e eficaz de Portugal na grande conflagração, descurando completamente os problemas de fomento.

No sentido do fomento, e pelo que respeita ao período da guerra, a acção do Estado português tem sido no seu conjunto, à parte uma ou outra acção isolada, verdadeiramente negativa, faltando por parte dos dirigentes a unidade de vistas e a persistência na acção indispensável para resolver os problemas, que importam ao sustento da população portuguesa; sendo certo também que as chamadas fôrças vivas, e principalmente a lavoura, teem permanecido numa quasi indiferença perante uma causa que a todos tanto interessa, não se explicando a falta que tem havido duma acção colectiva, orientadora e defensiva, no sentido de encontrar a necessária solução ao presente estado de coisas.

Pelo que se refere às subsistências, os governos teem-se limitado quasi que exclusivamente ao estabelecimento de tabelas para a fixação de preços de géneros, tabelas em que parece pretender-se forçar as leis naturais que regem os fenómenos de or-

dem económica, as quais, conforme se lê no interessantíssimo livro de Gustave Le Bon, *Premières Conséquences de la Guerre*, os detentores do poder obstinadamente pretendem sempre violar.

E acrescenta :

«Semelhantes tentativas não teem faltado durante a guerra, tanto em França como na própria Alemanha, especialmente a propósito da fixação de preços de géneros alimentícios.

Essas tentativas mostram porêm que em matéria de economia política e social, as experiências mais categóricas nunca se apresentam suficientemente demonstrativas.

Como na época da Revolução, os poderes ditatoriais da França e da Alemanha, pretenderam fixar preços às mercadorias, impedir os açambarcamentos, etc.

Mas, agora como então, estas medidas tiveram como consequência, ou fazer desaparecer completamente êsses géneros, ou a elevação do seu preço. E o resultado final foi a paralização do comércio e da indústria.

Julgando-se toda poderosa, a Convenção francesa também requisitou e fixou preço aos géneros de primeira necessidade, perseguiu os açambarcadores, estabeleceu depósitos de fornecimentos, etc.

Apenas conseguiu, como reconheceu um dos membros da Convenção : «tornar o povo mais furioso, os mercados menos abastecidos, os trigos ainda mais caros. Não é poder de qualquer autoridade humana, mesmo da Convenção, fixar por uma palavra o valor das coisas.»

A Convenção, persuadida, como os nossos legisladores modernos, que a elevação dos preços resultava do açambarcamento, decretou a pena de morte contra os açambarcadores. As mercadorias desapareceram então imediatamente. Nunca ninguém viu melhor demonstrada a impotência dos legisladores quando êles querem lutar *contra as leis naturais*.

Os valores, dizia o Convencional Latouche, teem a sua base numa multidão infinita de causas variáveis que a lei não pode abranger nem dominar.

A própria Convenção acabou por reconhecer o seu êrro, encarregando o *Comité* de Salvação Pública e das Finanças, de redigir um relatório sôbre os inconvenientes da fixação do *preço máximo*.

O relator Gérard demonstrou que estas leis tinham aniquilado a agricultura, sufocado o comércio, destruído toda a espécie de indústria e arruinado as municipalidades. E concluiu dizendo: se se deixar subsistir o sistema de fixação de preços, uma grande parte das terras ficarão bem depressa sem cultura.

A assemblea imediatamente decretou a suspensão completa da lei do «máximo». E dirigindo-se ao povo, acrescentava:

«Uma escassez absoluta e completa seria o resultado necessário desta lei, se a Convenção, ao conhecer as suas funestas consequências, não tivesse quebrado os grilhões à indústria. É à indústria e ao comércio livres de entraves, que compete multiplicar as nossas riquezas. Os aprovisionamentos da República são confiados à concorrência e à liberdade, *únicas bases do comércio e da agricultura.*»

Um outro membro da Convenção observava justamente a este propósito. É um princípio que infelizmente tarde aprendemos a conhecer à nossa custa: se o govêrno se intromete no comércio, acaba forçosamente por o aniquilar.

Se bem que este princípio esteja sólidamente comprovado pela experiência, os nossos governantes actuais não o compreenderam ainda e obstinadamente formulam leis para fixar os preços dos géneros.

Em tempos normais este preço é determinado pela grande lei da oferta e da procura, que estabelece às diferentes coisas o seu verdadeiro valor.

Esta lei foi naturalmente paralizada pelo sistema das requisições, que permite ao Estado apoderar-se dos objectos que lhe pareçam úteis para a defesa nacional, pagando-os pelo preço corrente.

Mas como os intermediários sabendo aquilo de que o Estado mais necessitava, faziam subir êsses preços, açambarcando essas mercadorias, o maquinismo da oferta e da procura encontrou-se inteiramente falseado.

Os factos revelados à Câmara Francesa mostraram que a maior parte das matérias compradas pelo Estado tinham sido pagas por preços extravagantes. Todos julgavam até então que o Estado espoliava, quando em realidade quem estava espoliado era o próprio Estado, e, portanto, e como consequência, o grande público.

Apesar de todas as evidentes demonstrações do presente e do

passado, o govêrno não tem cessado de intervir no preço dos géneros alimentícios, e acabou por fazer votar as leis do *máximo*.

O resultado destas medidas foi a obrigação para o Estado de se improvisar comerciante.

Compreende-se que o Estado em determinado momento comprasse todo o trigo disponível para o revender depois com perda, a fim de impedir a alta de preço sôbre géneros de primeira necessidade. Mas seguir idêntico procedimento com referência a outros géneros seria condenar o Estado a tornar-se o único comerciante.

Isto fê-lo notar com energia um grande jornal, a propósito de muito imprudentes fixações votadas pelas Câmaras.

«Um dos resultados mais a recear das fixações de preços e das requisições, é a paralização do comércio livre, colocado na impossibilidade de continuar o aprovisionamento do país com o auxílio das compras no estrangeiro».

«As cotações, sôbre os mercados estrangeiros, são tais que muitas vezes os preços fixados para novas requisições correm a possibilidade de lhes serem inferiores; portanto as importações livres cessaram. Porê m como o aprovisionamento do país tem de continuar da mesma forma, o Estado fica obrigado a efectuá-lo êle mesmo. E assim o Estado torna-se o importador de todos os géneros de alimentação e matérias primas necessárias, e por consequência, tem de se colocar de forma a efectuar todos os pagamentos correspondentes. Mas com que recursos?»

A escassez do açúcar foi um novo exemplo da influência das fixações de preços e intervenções do Estado.

«O açúcar falta, escrevia «Le Temps», porque a administração, prejudicando o comércio, não fez todavia as importações necessárias em tempo próprio. É necessário deixar exercer-se o comércio livre. A crise actual tinha-se evitado, se, pelas suas ameaças de requisição a 75 francos, em Novembro último, quando o açúcar americano valia de 80 a 85 francos, o govêrno não tivesse colocado o comércio na impossibilidade de o importar».

Apesar de todas as suas pretensões de sábia organização, o govêrno alemão caiu também nas lutas autocráticas contra as leis naturais. Isto ocasionou, como era inevitável, aumentar ainda mais a rarefacção das poucas mercadorias produzida por um meio bloqueio, do que resultaram numerosos tumultos.

Veja-se como se exprime a êste propósito o jornal alemão *Lokal Anzeiger*, em Maio de 1916.

«Que absurdos disparates temos sido forçados a suportar! A população julgava que o govêrno, graças ao seu grande serviço de estatística, graças à sua organização administrativa, graças à sciência dos seus altos funcionários, estava absolutamente conhecedor e informado sôbre os aprovisionamentos do país. Mas o govêrno mostrou-se o menos conhecedor possível do assunto e não manifestou medidas de previdência. Logo no comêço da guerra ordenou o grande massacre dos porcos! Pretendia-se assim economizar as batatas; mas essas batatas apodreciam nos celeiros em grande quantidade na primavera de 1915, e a falta da carne de que tanto se sofre presentemente resulta em grande parte, como consequência desta medida. O govêrno preconizou o consumo exagerado do açúcar: com a sua aprovação alimentaram-se de açúcar cavalos, vacas e porcos. Hoje as nossas mulheres ficam horas de pé em longas filas, defronte dos estabelecimentos, esperando que lhe cedam uma insignificante porção. Veja-se o que se conseguiu fazer na Alemanha, o país que anteriormente fornecia de açúcar metade do mundo!»

«No inverno passado o govêrno tranqüilamente ordenou que se abatesse todo o gado e se guardasse a carne pelo sistema das conservas. Actualmente, é quasi impossível encontrar no mercado de Berlim um pedaço de carne de vaca».

Os protestos dos jornais alemães foram unânimes. Entre a regulamentação actual e a do Comité de Salvação Pública de 1793, encontra-se espantosa semelhança.

Ora uma das grandes lições da guerra será certamente ter ensinado aos povos e aos seus guias e orientadores, duma maneira, se não definitiva pelo menos duradoura, que certas leis naturais dominam a vontade dos mais poderosos déspotas.

Esta incapacidade geral em compreender a fôrça das leis naturais provêm sem dúvida de que elas não actuam senão no fim de certo tempo, ao passo que as medidas ditatoriais parecem ter efeitos imediatos.

Os resultados imediatos visíveis occultam as funestas consequências que se hão-de sentir mais tarde, mas implacavelmente.

Todas as desordens assim enumeradas resultantes dos poderes excepcionais assumidos pelos governos, teem sido aceites como necessárias à defesa nacional.

As dificuldades que de aí surgiram porêm, foram tais que os governos viram-se forçados a apelar para o concurso dos parlamentos e das chamadas «fôrças vivas», muito tempo evitadas.

Tão sugestiva pintura feita por Le Bon sôbre os desastrosos resultados colhidos pela acção do poder, exercendo-se sôbre uma compressão de preços que nada justifica, deve ser devidamente meditada pelos nossos homens públicos, a quem corre a iniludível obrigação de resolver o problema das subsistências, que é o da economia nacional, resolução que tem de fazer-se não por simples e falazes paliativos de aplicação empírica e ocasional, mas prescrutando o mal na sua profundidade, averiguando as causas que o determinam e iniciando resolutamente o tratamento salutar e profícuo; sem esquecer que a guerra, que produz a desolação e a ruína nos territórios das operações, determina em países afastados das hostilidades, condições especiais que favorecem o aparecimento de novas riquezas pelo aproveitamento de recursos até então inexplorados.

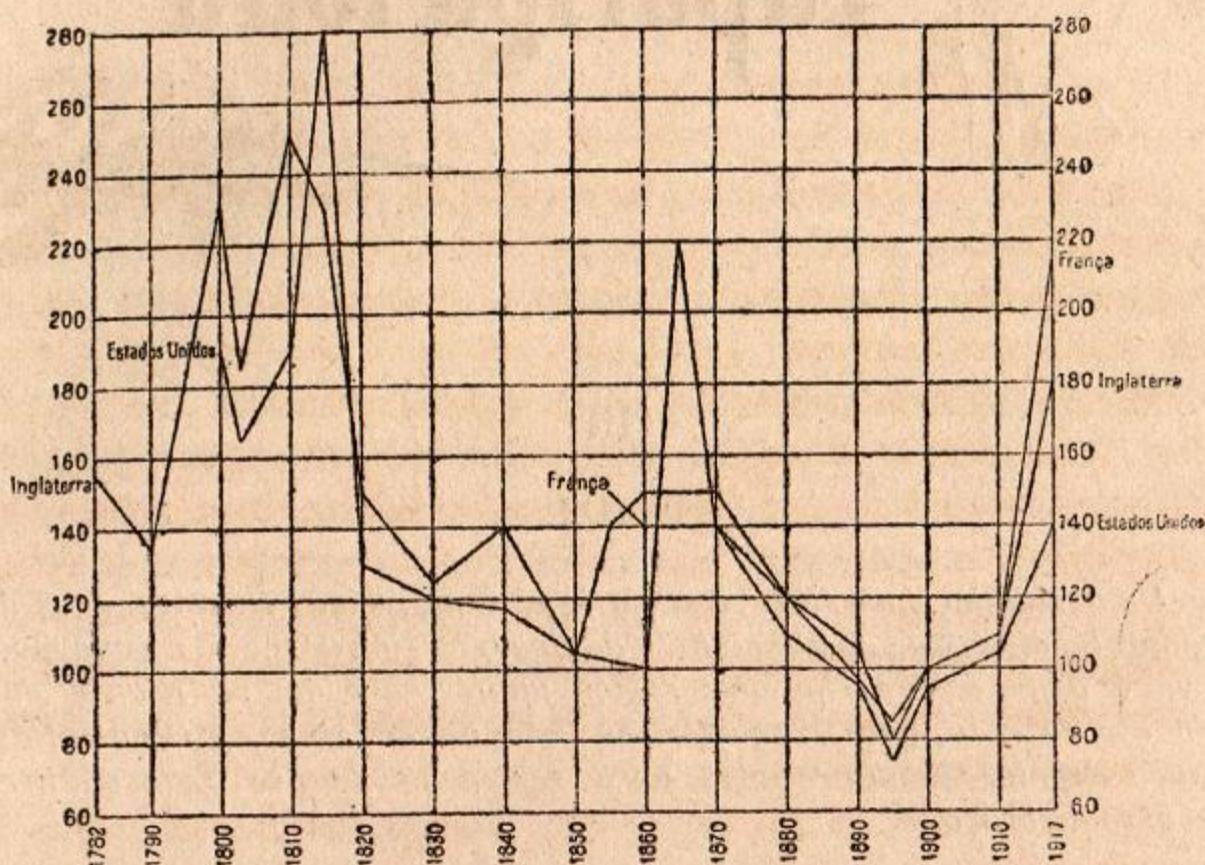
Tal é o caso da Espanha, dos Estados Unidos, do Japão, da Rússia boreal e outros; tal pode ser o caso do nosso país, se à frente da administração forem colocados os técnicos competentes e os estadistas verdadeiramente dignos dêste nome, que se apresentem sem hesitação, nem desânimo, na patriótica política de fomento que trará a prosperidade da economia nacional, fazendo baratear sucessivamente os géneros de que necessitam as classes menos abastadas, principalmente o pão, alimento de primeira necessidade e de consumo universal.

Para terminar êste estudo, seria de toda a conveniência fazer a comparação entre as variações dos preços das mercadorias causadas pelo estado de guerra nos diversos países beligerantes durante um prazo de tempo suficientemente grande, a fim de se conhecer a influência e a importância das diferentes guerras no custo da vida, as oscilações correspondentes em tempo de paz, e conhecer-se de algum modo o limite da resistência dos estados durante os grandes períodos de crise.

À falta de elementos suficientes para estudo tão interessante, limitamo-nos a dar a conhecer alguns dos resultados a que chegou M. Lucien March no último boletim da Estatística Geral da França, sôbre o movimento dos preços na França, na Inglaterra

e nos Estados Unidos durante o período que decorre desde 1782 até 1917, e tomando 100 como preço de base.

MOVIMENTO DE PREÇOS



Como se reconhece, as crises económicas correspondentes a cada guerra: guerras da Revolução e do Império, guerra da Secessão, guerra de 1870, guerra actual, marcam bruscas ascensões de preços, traduzindo-se por uma descida os períodos de tranqüilidade. Também o acréscimo rápido do *stock* de metais preciosos dá origem a uma elevação do custo da vida.

Também se verifica que tanto para a França, como para a Inglaterra e para os Estados-Unidos existem nas mesmas ocasiões, fora o excepcional momento da guerra da Secessão para os Estados-Unidos, variações da mesma ordem nos índices relativos ao custo da vida.

Março, 1917.



Contos a uma rapariga loira



III

PETIZES

Uma salinha Luis XV. LENA, a irmã mais velha, 18 anos, ares de mamã, lê, absorvida, o último livro de Bourget. Entra GUIDA, a irmã mais nova, 8 anos, saia curta, olhos pretos, muitos caracóis, um grande chapéu cor de rosa, uma «raquette» na mão, um cãozinho «griffon» atrás. Pouco depois, PEDRO, 9 anos, loiro, sentencioso, grave. Traz um livro debaixo do braço.

GUIDA. — Lena!

LENA, *sem levantar os olhos do livro.* — Que é?

GUIDA. — Posso ir passear com o primo?

LENA. — Aonde?

PEDRO. — No jardim.

LENA. — Não.

GUIDA. — Porquê?

LENA. — Só se fôr com *Miss Margaret*.

GUIDA. — *Miss Margaret* está deitada. Doi-lhe a cabeça.

LENA. — Sem *Miss Margaret* não vão.

PEDRO. — Eu tomo conta na Guida. Vamos jogar o *tennis*.

LENA. — Está muito sol.

GUIDA. — Levo o chapéu.

LENA, *voltando a ler, impaciente.* — Então vão. Deixem-me.
— Mas não os quero no *tennis*.

GUIDA. — Vamos com muito juízo.

PEDRO. — Vamos ler.

LENA. — Que livro é êsse?

PEDRO. — *Mitologia*. Trouxe da estante do papá.

GUIDA. — Êste rapaz sempre lê coisas mais exquisitas!

LENA. — *Miss Margaret* que te dê a sombrinha encarnada.
— Toma conta nela, Pedro. — Não andem ao sol.

Saem os dois, correndo. O «griffon» segue-os, como uma bola de neve. LENA continua a ler Bourget.

No jardim. Um banco de pedra, à sombra. Aryoredos doirados. Uma mancha róxa de olaias em flor. GUIDA e PEDRO, sentados no banco, muito juntos, lêem. A sombrinha encarnada flameja ao sol. O «griffon» dorme.

PEDRO, *lendo*. — «E depois, quando Leda desfaleceu, Júpiter cingiu-a nos braços e beijou-a amorosamente na bôca. . . .»

GUIDA. — Depois?

PEDRO. — Depois. . . (*fechando o livro*) Nada.

GUIDA. — Lê mais.

PEDRO. — Não.

GUIDA. — Porque não lêes?

PEDRO, *sentencioso*. — Meninas não podem ler certas coisas.

GUIDA. — E tu, podes?

PEDRO. — Eu sou um homem.

GUIDA. — E eu sou uma mulher.

PEDRO, *rindo*. — Tu?

GUIDA. — É por falar em beijos que tu não me deixas ler?

PEDRO. — Vamos jogar o *tennis*.

GUIDA. — Está sol. A Lena não quer.

PEDRO. — Vamos brincar com o cão.

GUIDA. — Então um beijo é alguma coisa má?

PEDRO. — Não sei.

GUIDA. — A Lena dá-me beijos.

PEDRO. — Isso não faz mal.

GUIDA. — E as irmãs do *Sacré Cœur* também me davam beijos.

PEDRO. — É outra coisa.

GUIDA. — Então que diferença faz?

PEDRO. — Não são homens.

GUIDA. — Então os beijos dos homens é que fazem mal?

PEDRO, *embaraçado*. — Sei lá! (*mudando de conversa*)
Trouxeste a *raquette*?

GUIDA. — Está aqui. (*Insistindo*). E para que foi que Júpiter beijou Leda?

PEDRO. — Porque gostava dela. (*Chamando o cão*). *Boy!*
Anda cá.

GUIDA. — Deixa o cão. — E porque é que os homens beijam
as mulheres de que gostam?

PEDRO. — Porque se usa.

GUIDA. — E é bom?

PEDRO. — É.

GUIDA. — Tu já beijaste alguma rapariga?

PEDRO. — Já.

GUIDA. — Que é que se sente?

PEDRO. — O papá não te beijava?

GUIDA. — O papá morreu antes de eu nascer.

PEDRO. — É verdade.

GUIDA, *depois dum silêncio*. — Dá cá um beijo para ver
como é.

PEDRO. — Não.

GUIDA. — Tens medo?

PEDRO. — De quê?

GUIDA. — Então, dá cá.

PEDRO. — Pois dou.

GUIDA, *depois de PEDRO a beijar*. — Não se sente nada.

PEDRO. — Por que foi na testa.

GUIDA. — É exquisito.

PEDRO. — É exquisito, é.

GUIDA. — Como é que diz o livro?

PEDRO. — Lê tu.

GUIDA, *lendo*. — «E depois, quando Leda desfaleceu, Júpiter
cingiu-a nos braços . . .»

PEDRO, *cingindo* GUIDA. — Assim.

GUIDA. — « . . . e beijou-a amorosamente na bôca . . . »

PEDRO, *beijando-a*. — Assim.

GUIDA. — Sentiste alguma coisa?

PEDRO. — Não.

GUIDA. — Nem eu. — E que foi que aconteceu depois dêles
se terem beijado?

PEDRO. — Não sei.

GUIDA, *dando-lhe o livro*. — Lê tu, agora.

PEDRO, *continuando a ler*. — « . . . e beijou-a amorosamente
na bôca. Dêsse beijo nasceram a Leda dois filhos . . . »

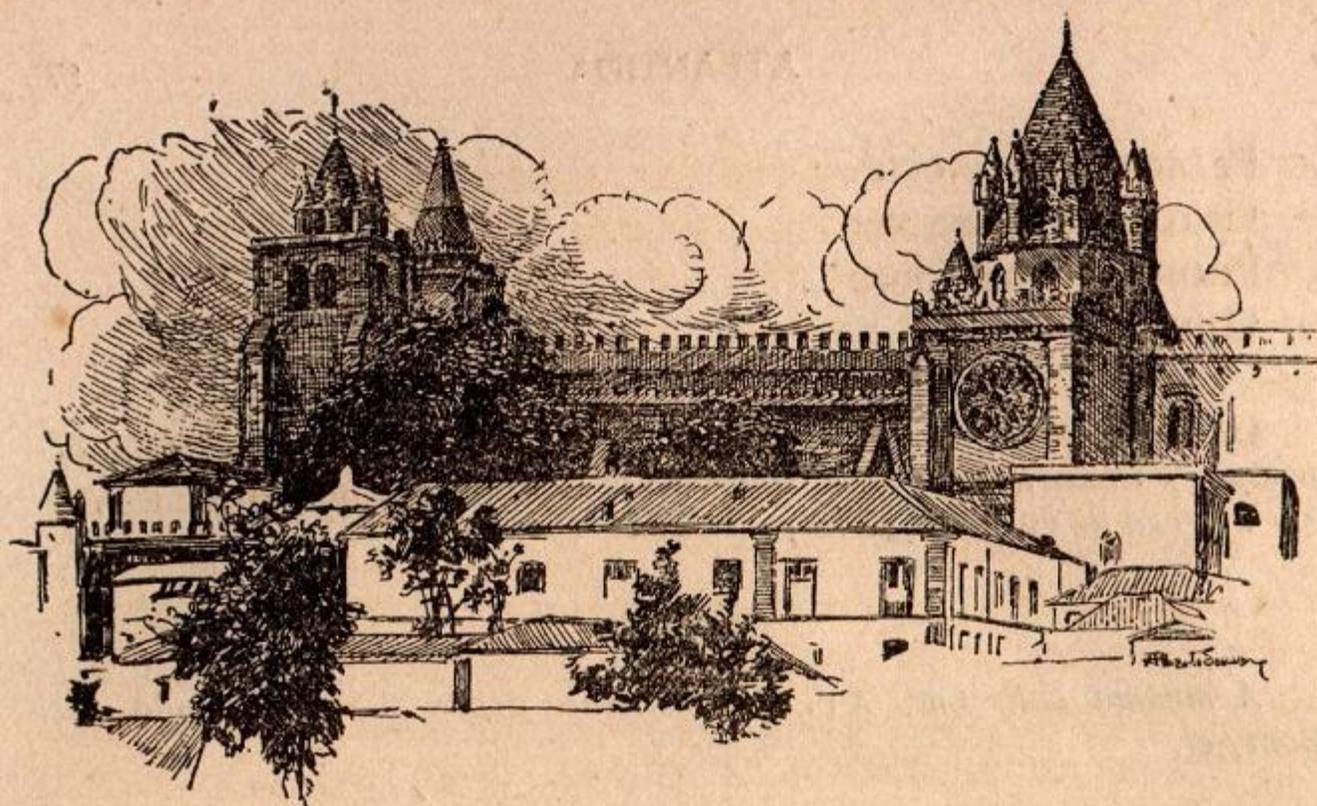
GUIDA, *interrompendo*. — Está lá isso?

PEDRO. — Pois está.
GUIDA. — Deixa ver.
PEDRO. — Dois filhos . . .
GUIDA. — Ah!

GUIDA *deita a correr pelo jardim. O «griffon» corre atrás dela, ladrando. PEDRO, imóvel, sem compreender, segue com os olhos o chapéu cor de rosa de GUIDA, que se perde entre o arvoredo.*

A mesma sala Luís XV. Um momento depois. LENA continua a ler Bourget.

GUIDA, *entrando, ofegante.* — Lena!
LENA. — Que é que tu tens?
GUIDA. — Estou cansada. Vim a correr.
LENA. — Apanhaste sol?
GUIDA. — Não.
LENA. — O Pedro?
GUIDA. — Ficou no jardim.
LENA. — Deixaste-o sozinho?
GUIDA. — Deixei.
LENA. — Porquê?
GUIDA. — Não quero mais estar ao pé d'ele.
LENA. — Fez-te mal?
GUIDA, *depois dum silêncio.* — Quero dizer-te um segredo.
LENA. — Tu tens segredos?
GUIDA. — Tenho.
LENA. — Aos 8 anos?
GUIDA. — Um segredo muito grande.
LENA. — Então que é?
GUIDA. — Juras que não dizes a ninguém?
LENA. — Não.
GUIDA. — Nem a *Miss Margaret*?
LENA. — Não.
GUIDA. — Sabes o que é?
LENA. — ?
GUIDA. — Vou ser mamã.



Azulejos de Arraiólos

OS LÓIOS — 1700

Arraiólos, «a dos tapetes», assim denominada por motivos identicos aos que levaram a chamar, a Alcaçovas, «a dos chocálhos», a Estremoz, «a dos marmores», a Borba, «a do vinho loiro», e ao Redondo, «a da louça grossa e do mel», é uma das terras mais interessantes, típicas, e fundamentalmente alentejanas da região feracissima e pouco variada de «antre Tejo e Odiana».

Deixada á margem pelo labor industrial moderno, subida no seu alto cabeça, em cujo tópo o castelo meio esboroadado e par-dacento é uma nota irregular e colorida a contrastar violentamente com a alvura uniforme do casario adjacente, a Vila, afogada de herdades, prossegue na sua vida apagada de povoação rural, que sempre foi, perdido ainda, por mofina sorte, o amparo economico da sua industria tapeceira, tão celebrisada no seculo VXIII e que só agora, muito tenuemente, recomeça a brilhar.

Para quem olha de algum miradôr afeiçoado pelo tempo na espessura das muralhas da fortaleza medieval, ou de junto da velha igrejinha de nervuras em ogiva, que se aconchega ao abrigo do manto rôto dos muros, e que, segundo a tradição, foi outrora matriz, desenrola-se, a perder de vista, uma paisagem confusa e sem balisas, sombria e dilatada, de montados chãos e desdobrados. Toda a vasta extensão, onde as irregularidades do solo mal enformam, e em que o olhar não consegue quasi pren-

der-se, aparece, no misterio do afastamento, ora alvadia, ora verdusca, ora avermelhada, segundo o fundo dos terrenos ou a nodoa vegetal do mato e do arvoredos. Nos longes, povoações raras riscam de branco, com o casario estirado, a mancha sombria do azinhal, do sôbro ou do esteval.

Do horisonte, os olhos, numa espiral que a cada volta se recolhe e afunda mais, vão poisando cada vez mais perto. A nossos pés, emergindo da cesta de ferragias que envolve toda a povoação alentejana, em massa densa e clara, eriçada de chaminés graciosas, a Vila immobilisa-se sob a caricia tepida do sol. Para o nascente, mais fundo, os Lóios aparecem no seu aglomerado branco de construções regulares, como um regato de cal escorrido do casario e empoçado ali, no remanso de uma quinta, á orla do montado.

Tudo parece dormir no edificio; tudo respira tranquilidade nos arredóres. O convento gósa a sua sésta secular. Não sei como, vem-me á memoria o aspeto do Carmo, o velho cenobio colarejo, aconchegado de pomares, olhado do alto do Penedo, no aspero caminho do Peninha e do *fim do mundo*. Mas que differença entre a Serra de Sintra, mitologica e fresca, ainda escorrendo da agua báltimal do Oceano, de cujo fundo irromperam os seus granitos terciarios, e estas colinas requeimadas e fendidas, lambidas quasi sempre de um sol implacavel!

Sóbe da terra um silencio recolhido e solene, que nem um cantar de carro desmonotonisa, nem uma canção de moça interrompe ou acentua . . .

*
* *

Conta já alguns seculos de historia este edificio religioso hoje transformado em Quinta, mas a quem o seu proprietario, nobremente, soube conservar todo o primitivo e tipico aspecto. Não é muito para mutações materiais rapidas, felizmente para o archeologo e para o etnografo, esta grave, ancestralmente vagarosa e conservadora terra do Alentejo!

Rezam antigas memorias que o convento foi fundado por João Garcês, fidalgo e lavradôr rico, na sua quinta de Vale Formoso, lugar, segundo o proprio nome o indica, já então, como hoje, ameno de clima e mimoso de aguas e produtos, muito de estimar-se nesta sedenta Arraiólos, vila desprovida de agua, no dizer dos autores setecentistas.

Ainda agora no jardim da quinta-convento, encantador de arcaísmo, perdura, coberto do seu baldaquino sustentado por colunas, as bordas junto ao chão, um velho poço que foi talvez dos religiosos, e, antes deles, decerto da propriedade medieval, pois que a agua é, aqui e em todo o Alentejo, um dom precioso que as gerações se transmitem religiosamente, como a mais sagrada das heranças.

Certos pòços de herdade teem visto debruçar-se sobre as suas aguas ensombradas, vultos de todas as raças desaparecidas; sentido mergulhar na toalha quieta e espelhenta da superficie desde a tosca gamela preistórica, de pau ou de barro, á caçoila arabica lavrada de sentenças, ou ao moderno caldeiro de cobre, das Alcaçovas, ou de ferro, de Montemór.

O gesto de baldeio, rapido, ondulado, sacudido, com que se lança esse recipiente qualquer na agua, estilizado com o uso secular, deve ter chegado até nós na sua pureza originaria, como chegáram movimentos, entoações e palavras, que foram de sempre e nunca mudarão. E como este, igualmente cheio de ritmo e de unção, aquele outro geito semelhante do enlear com graça e arte o cólo de uma infusa de Viana, ou Redondo ou Beringel, que para isso o tem alongado e forte, e do precipita-la á fundura do liquido, do esperar que encha e do soergue-la vagarosamente, enquanto a agua escorre, e pingoleja, e canta, como caindo de um alcatruz de nóra!

Atravesso o jardinsinho de alegretes protegidos de tijolo e bancos muraes caiádos, e eis-me junto do antigo convento de N.ª S.ª da Assumpção dos conegos seculares de S. João Evangelista.

*
*
*

O edificio consta de uma igreja, balisada em derredór de gigantes de secção circular e tópes em cone, tão vulgares na construção religiosa alentejana, semelhantes aos que rodeiam S. Braz, de Evora, as matrizes de Viana e de Pavia, S. Sebastião de Alvito, Santo André, de Beja, etc., de um cláustro de dois andares, e de vários outros casarões onde antigamente habitavam os religiosos e em que agora se acomodam os gados e as alfaias agricolas.

A igreja é ainda, estruturalmente, o templo construido em estilo manuelino, cuja primeira pedra foi lançada em 1527. Con-

serva o portal primitivo, de gôsto e decoração bastante modestas, e o seu telhado cobre ainda as abóbadas da fundação, aguentadas em nervuras estreladas, de traçado singelo no côrpo, de frondoso bracejar na capela-mór. Tem uma só nave, com dois vãos na capela-mór e tres no côrpo.

As paredes estão vestidas, até as ogivas, de um estupendo revestimento de azulejo em que se descrevem passos importantes da história da Ordem e se celebram os seus luminares. Em baixo corre um rodapé pouco elevado, que é a coisa mais graciosa de toda a decoração. Meninos nús, desenvoltos como os da casa dos Vettii, brincam, cabriolam, formam cortejos; uns, transportam cestadas de flôres, outros tocam tambores, guitarras, tubas e ferrinhos: — toda uma pequena festa pagã que parece transportada para o azulejo das vinhetas de um livro da Renascença. Por sôbre este rodapé, que se prolonga pela capela-mór, erguem-se então, em andares sobrepostos, inúmeras figuras de santos, bemaventurados e simples cónegos de S. João Evangelista. Figuras, letreiros e ornatos, enchem por completo a superfície brilhante do azulejo, acumulam-se, cruzam-se e atropelam-se numa confusão cheia de pitoresco e de arte, que honra o afastado decorador.

Na capela-mór, do lado direito, há figuras do «Novo Testamento»: ao pé do altar-mór — *S. Pedro*; mais para junto do arco, em baixo — *S. João Baptista*, em cima — *Maria Madalena*. Do lado esquerdo, quatro figuras de dimensões idênticas: perto do altar, — *S. João Evangelista*; junto do arco, em baixo — *S. Tiago Maior*, em cima — *Maria Jacob* e — *Maria Salomé*.

No lado esquerdo do côrpo, a meia altura das paredes, apparecem — *S. Eduardus. Rex. Inglaterra*, com as insignias da realza, — *S. Eutichio*, caminhando para o fogo, e — *S. Ignatius B.* entre leões. Por cima dêstes, várias passagens da vida de santos. No alto, alguns luminares da Ordem: — o *Veneravel conego G. Roiz*; — o *Veneravel conego Vasquo Rodrigues*; — o *Veneravel conego Bernardo do S.^{to} P.*; — o *Beneravel conego Martim Lorenço*; — o *V. P. Ju(anes d) anaza^{re}*; — o *B. P. An.^o da Conceição*.

No lado direito, em cima, há vários personagens estrangeiros, entre os quais — *Gregorio 12* e — *Eugenio IV*, papas, e, em baixo, — *S. Hierominus*, — *S. Pulicarpus B.*, a — *Verefigie de S. Lorenço Giustiniano*, etc.

Nas paredes do fundo, que separam o côro conventual, da igreja, em lugar de honra, portanto, aparecem dois outros retratos: do lado direito, o de — *D. Joannes Episcopis Viseinsius L^{us} Fundator congregationis S.^{ti} Joani Evang.^{et}*; do esquerdo, o de — *D. Alfonsus Noguierius Archiepiscopus ulisiponensis. unus e primis fundatoribus congregationis Sp^t Juannis Evâg.*

Sôbre a verga da porta principal, que estabelece a comunicação entre a igreja e o adro coberto em que assenta o côro atrás mencionado — obra posterior a fundação manuelina —, lê-se sôbre o próprio azulejo, a seguinte notícia, em quatro linhas: ESTA OBRA SE FES SENDO R^{TOR} O CONIGO BER.^{DO} DE S. HIERONIM^O 1700.

Temos, portanto, à nossa disposição a data do fabrico do azulejo, um elemento importantíssimo para o estudo deste extraordinario revestimento em que, se outro merecimento não houvesse, bastaria para o notabilizar a reprodução de tantos retratos de homens célebres de uma Ordem considerada das mais ilustradas.

Não fica por aqui, porém, a nossa boa sorte. Além da data dos azulejos, conhecemos o seu autor, que deixou a assinatura por baixo da figura de S. Pedro, na capela-mór (Fig. 1). Chama-se êsse autor, — *Gabriel del Barco*.



Fig. 1

Este nome não é desconhecido na história da pintura do azulejo. Gabriel Pereira, o erudito arqueólogo alentejano, apontou a existência da sua assinatura na igreja de S. Tiago, em Evora (Figura 2). Lá está, de facto, ainda, acompanhada do cronograma 1699.

Vê-se que Barco, cujo apelido mostra claramente a sua ori-

gem espanhola, caiu nas boas graças da gente alentejana, pois que em dois anos seguidos, a olaria onde trabalhava ou de que era proprietário, recebeu, de Evora e Arraiólos, duas encomendas importantíssimas.

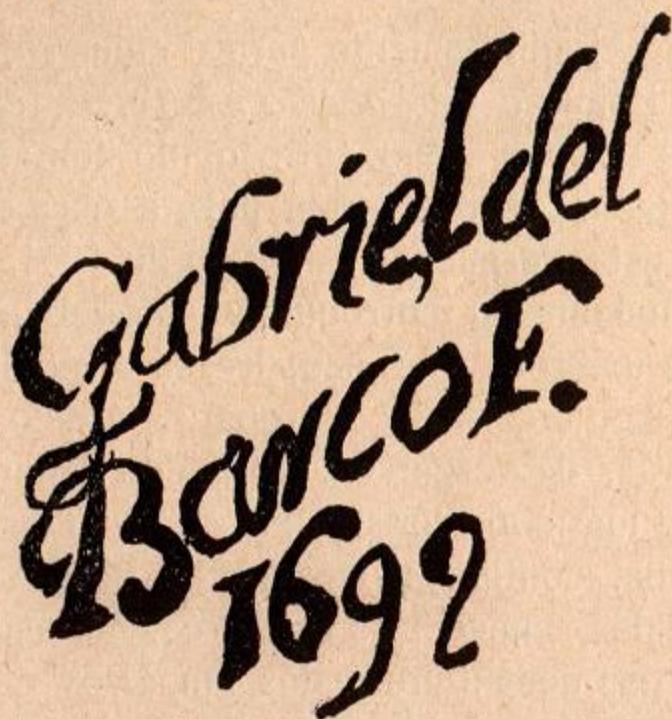
A handwritten signature in black ink, written in a cursive style. The text reads "Gabriel del Barco E." followed by "1692" on a new line. The signature is slanted to the right.

Fig. 2 — (*)

O ser o artista espanhol, não indica que o azulejo o fôsse. Barco era, possivelmente, um talaverense ou sevilhano vindo para Lisboa a exercer a sua profissão. Ao findar do século XVIII é êle um dos mais distintos mestres pintores de azulejo que trabalham entre nós, ombreando com o célebre António de Oliveira, de quem, logo no começo do século XVIII, se diziam maravilhas.

Começava então, em Lisboa, a desenvolver-se a grande escola portuguesa de pintura de azulejo, da primeira metade do século de setecentos. As fábricas espanholas decaíam quando as nossas iniciavam a sua era de grandeza. E nós, que havíamos sido, por séculos, os discípulos servís dos artistas de Talavera e Sevilha, fomos, emancipados, levar a arte do azulejo a uma altura onde ninguém nos acompanhou.

Os trabalhos de Barco, a que podemos, talvez, ajuntar o revestimento do corpo da igreja da Madre de Deos, são todos de um subido efeito decorativo, embora o desenho, às vezes, fraqueje um tanto. O seu azul toma já todas as graduações, sob um

(*) Devo à muita amabilidade do Sr. Luiz Keil, conservador do Museu Nacional de Arte Antiga, o decalque desta assinatura de Barco.

esmalte claro e puro. Está para chegar a época em que o emprego ilimitado do azul nos vae tornar incomparáveis durante mais de meio século.

*
* *

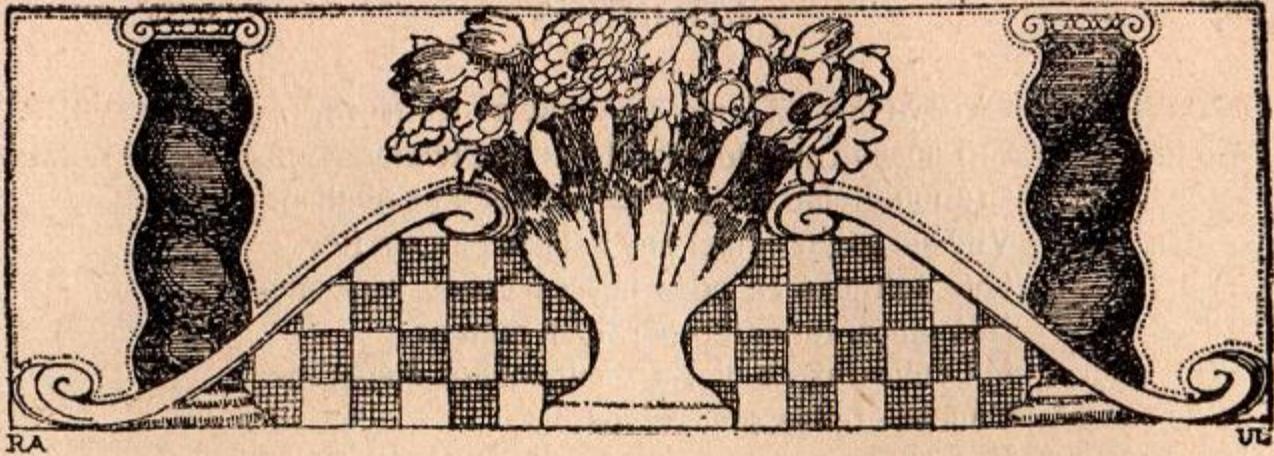
Sae-se da igreja diretamente para o cláustro, que, no dizer da crónica dos Lóios, *o Ceo aberto na Terra*, do P.^o Francisco de Santa Maria (Lisboa 1697), foi o obulo com que os senhores duques de Bragança concorreram para a obra de João Garcês, e que já devia estar terminado em 1530 ou 1531.

Que patio andaluz ou marroquino póde ter maior encanto do que esta crasta umbrosa e branca, fresca e recolhida, tão portuguesa, com a sua arcaria, já de gosto clássico, aguentando as grandes aberturas, de vergas em trave, do andar superior, o repuxo central de mármore côr de cera, e as quatro mezas de granito dos ângulos, continuando a tradição romana dos jardins!

Roseiras doidas salpicam os canteiros, abraçam amorosamente os troncos das nespereiras, dos limoeiros e das laranjeiras, concertadas como plantas de estufa.

Esquece-se o tempo olhando a obra dos homens e a da natureza . . .

VERGILIO CORREIA



Ouvindo Guerra Junqueiro

A «PÁTRIA—EXEGESE DOS TERCETOS DE NUN'ALVARES»

Foi em 1902. Era eu estudante da Universidade, quando, em Junho, um antigo curso de Direito veio a Coimbra celebrar o aniversário da sua formatura.

À porta do Hotel estavam centenaes de académicos. Os velhos quintanistas iam interrogando, quando entravam: — Quem procuram?

— Guerra Junqueiro.

A todos os potentados que passavam preferíamos o nosso príncipe dos poetas. E príncipes e duques da política sorriam um sorriso amarelo . . .

Foi uma boa lição!

Tenho idéa de que o autor da *Velhice do Padre Eterno* só veio mais tarde, à hora dos brindes.

Falou. E, severo, deve ter perturbado a digestão dos ilustres conselheiros, reúnidos sem filosóficos cuidados, em rapaziada evocativa, num restaurante estúrdio em frente à Sé Velha, todas as vísceras remoçadas por um dionisiaco passeio a Tentugal, em diálogo pagão com as netas provocantes das mais lindas tricanas de 1872.

Trinta anos! . . .

Seis anos depois de na Via Latina se separarem, já o Poeta cantava com melancólica soledade:

«Recordam-se vocês do bom tempo d'outr'ora
Dum tempo que passou e que não volta mais,
Quando iamos a rir pela existencia fora,
Alegres como em junho os bandos de pardais?»

C'roava-nos a frente um diadema d'aurora,
 E o nosso coração vestido de esplendor
 Era um divino abril radiante, ondê as abelhas
 Vinham sugar o mel nas balsaminas em flor.
 Que doiradas canções nossas bocas vermelhas
 Não lançaram então perdidas pelo ar!...
 Mil quimeras de gloria e mil sonhos dispersos,
 Canções feitas sem versos,
 E que nunca mais havemos de cantar!»

Andava nos seus vinte e oito anos Guerra Junqueiro, quando a Luis de Andrade, Pinto de Leão e Bernardino Machado, dedicando a *Musa em férias*, assim escrevia.

Mas, em 1902, trinta anos haviam já caído, florindo e nevando!

Quantas ilusões desfeitas, quantos mundos mortos! E Junqueiro atravessara um ciclo de espiritual transfiguração, poeta e filósofo, dilacerando-se através das trevas da negação para alcançar a luz da certeza, consumindo-se na refrega da dúvida para chegar à vitória da afirmação, como se para subir ao Paraíso, tivesse antes de mergulhar no Inferno.

A sua alma era a estóica alma dum cristão, com o olhar ainda absorto no doce alvor do céu da Grécia.

Cansado e envelhecido vinha?

Mas dir-se-ia que os seus dias, todos êles, lhe haviam sido propícios, como os dum contínuo triunfo. Poucos homens haverão atravessado a existência num mais vivo clarão de glória.

Aos 45 anos, no equador da vida, publicados *Os Simples* e a *Patria*, Junqueiro se levanta já entre nós, como um semi-deus. Contam-no os portugueses na pléiade dos maiores Poetas do século XIX, com Antero do Quental e João de Deus. Mas o génio nacional, florindo em lirismo e frutificando em epopeia, só nêle encontra o acento varonil, a eloquência austera, a grandeza épica, e só por êle consegue erguer, espontânea, a magnética e dominadora voz da Raça.

Junqueiro é irmão gémeo de Camões.

Mas em que candente frágua de dor acrisolaria espírito e alma para subir tão alto?

Camões não se concebe escrevendo os *Lusíadas* na fidalga cortesia dos Paços da Ribeira, nem Junqueiro o compreenderá a posteridade, rimando os tercetos de Nun'Álvares entre as suas vinhas de Barca d'Alva.

O degrêdo, a prisão, o cativo e o naufrágio, todas as agonias da miséria e do exílio, todas as sedutoras miragens do amor e todas as duras provações da guerra caldeiam em Camões, num relumbrante incêndio, uma liga de substância imortal, a força transcendente que cria Adamastor e o velho do Restelo, revive Aljubarrota, em sonho fixa a ilha dos Amores, e grava em paixão a morte da linda Inês, todo o poema trespassando, de lado a lado, o fulgor épico dos combates e o religioso assombro da crença patriótica.

Junqueiro não viveu no período áureo da nossa civilização, ao sol magnífico da grande Era das navegações e das conquistas. Viveu num período de decadência, de apagada e vil tristeza, estéril, muda e cega?

Mas a mesma scintilha divina esplende em Camões e em Junqueiro.

Que drama íntimo e profundo explicaria, no século XIX, a reencarnação da alma heróica da Pátria?

É o que em 1902 a si mesmo se perguntava o moço de 20 anos, que eu era então, quando, pela primeira vez, vi Guerra Junqueiro. Tinha êle 52 annos. Pequena estatura, andar firme e rápido, a fronte erguida. Mas, ao contemplá-lo, só vimos a sua cabeça soberana, o rosto magro, a bôca adivinhando-se imperativa entre barbas apostólicas, sob o olhar vivo e sereno. A sua palavra, vibrante e sonora, ampla e vigorosa, lembrava S. João Evangelista?

Mas a sua attitude, mais de comando que de prece, mais de chefe que de prègador, mais de profeta que de apóstolo, agitava as suas barbas revôltas na impetuosa declamação, de modo que, ao vê-lo, me recordei logo do *Moysés* de Miguel Angelo . . .

* * *

Em 90, pela crise do ultimatum, o Poeta faz no Parlamento a execução do regímen monárquico.

Fialho de Almeida comenta n'*Os Gatos* :

«Junqueiro estava pois entre um circulo d'antipatias invencíveis, de caninas dentuças, a começar pela do presidente da camara, que lhe exigia a truncatura do discurso, e a dar fim nas

dos oradores dos recados, que fulminavam cá fóra, discurso findo, a intemerata audacia do orador.

Compreende-se então o faciosíssimo desdem com que todos afectaram de sopesar a importancia politica de Junqueiro, negar-lhe auctoridade para uma execução colectiva daquela firmeza; e quasi se perdôa misericordiosamente a aviltção de muitos, que, até como artista, desde esse instante, o começaram a achar desconchavado. É vingança de escaravelhos esta picada, quando o cavador vai remover a montureira em que eles se ingorgitam.»

Metido num chiqueiro, o Poeta resolvera salvar a sua dignidade de cidadão, a sua consciência de homem livre, embora deixando um braço despedaçado na engrenagem da politica.

Os partidos atraçoavam a Pátria para salvar a dinastia. Deixando-os, condenava-os. E caminhava para o futuro.

«Apartei apenas alguns raros amigos como o Pindela, que era um nobilíssimo carátcer. Cortei com Oliveira Martins, sem sequer lhe falar. Nunca mais nos escrevemos», diz-me Junqueiro.

Estavamos conversando no Hotel Central. Dias antes dissera-me: «Espero-o. Fechei-me por dentro, e no meu quarto só entram o sol e raros amigos» . . .

— O que é a *Pátria*?

Abandonou Lisboa. E em Viana do Castelo viveu então uma vida espiritual, intensa, pura e luminosa. Lá escreveu a segunda parte d'*Os Simples*.

Neste momento Junqueiro sentia a immortalidade; o génio era nêle vivo e criador como uma fôrça da natureza.

Onipotente, a Arte guiava a sua mão, poderosa como a de um Deus.

Assim idealizou o *Caminho do Céu* . . .

O poema sublime!

Mas eis que a *Pátria* surge ao seu espírito. . . É um dever imperativo que asfixia a labareda sagrada. E em dois anos o poema vai surgindo no rescaldo fumegante do raio divino que, como um assombro, atravessara a sua alma; é nêle que são fundidas as suas estrofes de bronze.

Pátria é como a ara votiva do sacrificio . . .

E não poderia Junqueiro morrer sem alcançar a realidade tangível da sua visão transcendente, em caminho do céu?

O Poeta tem os olhos semi-cerrados; vagamente estremece. . .

Era uma vez, num país em que nada valia a arte, e só valia o ouro, um grande artista, inspirado e religioso. Nêle cantava a harmonia e fulgia a beleza, nêle vivia a Verdade eterna e o eterno Amor. Possuía um bloco de ouro que era fortuna, abundância e alegria. Nêle esculpturou Cristo, volvendo-as em nudez e em dôr. Mas, empobrecido embora, das suas mãos brotara maravilha imperecível. A sua obra genial atravessaria os séculos...

E nisto passa à sua porta um mendigo, faminto, rôto, aleijadinho e canceroso, um farrapo humano, arrastando-se gemente, o olhar tresvairado como um louco, através dos buracos da camisa, escorrente do seio, a gangrena imunda. E não tem nada para lhe dar! A piedade bate em seu coração, serena como um vôo, forte como uma alucinação.

Funde a estátua, e, remido o Cristo no sacrifício ingente, dá ao mendigo o bloco de ouro...

Perdera o Artista alguma coisa de imortalidade?

Não: a sua imortalidade seria transitória, viveria enquanto vivesse o globo, que há-de ter fim, e a imortalidade que depois ganhou foi a imortalidade divina — eterna e infinita...

«Por isso escrevi a *Pátria*» — concluiu Guerra Junqueiro.

— O começo do poema é feito de cisco humano. A sãnie e a porcaria maculam o verso perfeito. De repente aparece Portugal. É um louco? Uma fulguração! Ao fundo passa o fantasma de Nun'Álvares. Junqueiro hesita. O Poeta e o herói se fitam, e é o mesmo o seu olhar e o seu coração bate no mesmo ritmo. Num beijo de luz divina, de esperança e de resgate, as suas almas se casam.

Nasce a epopeia. Nêla, como num novo prélio espiritual, Nun'Álvares revive e se santifica. Por êle se redime e ressurgem a Pátria, em Camões e em Nun'Álvares. Mas depurada e sublimada.

O *Doido da Pátria*, quando recobra a razão, ao alvorecer do novo dia de glória, engeita da grande epopeia o crime. Portugal embarcando de novo nas caravelas do sonho das descobertas, não voltaria à chacina das conquistas: nas pelejas, dos pregos da cruz faria uma lança, e daria lançadas de luz magnânimas.

Guerra Junqueiro ergue a cabeça como ao rebate de um clarim. E logo acode, como num sonho:

— «A finalidade que dou a Portugal?

Uma Pátria de Santos. A finalidade na eternidade.» E ao cabo dum longo e meditativo silencio, como quem soluça e balbucia: «É o *Caminho do Céu* . . . »

Nêle encontrou Guerra Junqueiro a Nun'Álvares. E tudo deixou para segui-lo.

A admiração volveu-se em amor, e o amor fraternizou-os. Hora a hora, viveu com êle dois anos. E Nun'Álvares falou pela sua voz e na sua dor se redimiou.

Oliveira Martins, não sendo, como Junqueiro, um místico, criou um Nun'Álvares incompleto. Julgava que o santo vive na ilusão, e só o santo vive na realidade, na realidade eterna. Oliveira Martins está para Nun'Álvares como Renan para Jesus Cristo. . .

Foi Nun'Álvares um santo?

Guerra Junqueiro continúa: «Ele não era um santo de nascença. Santificou-se pela vontade libertadora e criadora, subjungando e eliminando as suas almas inferiores.

E explica: «A grande batalha de Nun'Álvares não é a de Atoleiros nem a de Aljubarrota; os prélios mais memoráveis passaram-se para êle no silêncio e no recolhimento espiritual: uma das maiores batalhas da sua vida é a do seu casamento. E nessa foi vencido. A batalha suprema, em que alcançou a suprema victoria, foi a sua entrada para o mosteiro.»

Ele vivera o ideal de Galaaz. Oliveira Martins julga êsse ideal da sua mocidade como a uma ilusão de natureza mística e literária. Para Guerra Junqueiro, porém, êle resulta da sua própria essência, é real e transcendente, necessario e absoluto:

Viva dentro da carne o pensamento
Na pureza da virgem confinada
Dentro da cela branca d'um convento

E a carne exultará transfigurada,
Qual a nuvem escura em céu ligeiro,
Em lhe batendo a luz da madrugada.

De tal guisa, vencendo-te primeiro,
A todos vencerás como um leão,
Formidavel e nobre cavaleiro.

E de Cristo e da Pátria em defesa
Brilhará tua lança como um raio,
Mandarás tua voz como um trovão!»

.....

E á celeste, benéfica deidade
 Jurei suas razões maravilhosas
 Puramente cumprir e de vontade.

Jurei que nunca minhas mãos culposas
 Mulher manceba haviam de tocar,
 Feita que fora de luar e rosas

Jurei, unido em Cristo á luz do altar,
 Pôr batalha de morte a meus desejos
 E meus vícios da carne assocegar.

Anos do mundo, breves ou sobejos,
 Fadigações da vida tão mesquinha,
 Com seus ais, com seu pranto, com seus beijos,

Tudo votei sem pena e bem asinha
 A' cruz do Redemptor e á cruz da espada,
 Ao meu Deus verdadeiro e á Pátria minha,

Jurando guardar sempre, e bem guardada,
 Uma alma pura em natureza pura,
 Qual em ambula de oiro hostia sagrada. ⁽¹⁾

Filho do crime, êle resgataria o crime. O pai, prior do Crato, fôra um sensual sacrílego — a sua alma sofreria o resgate, encarnada em Nun'Álvares ⁽²⁾.

A visão realista de Oliveira Martins não póde alcançar, no lance do casamento, o drama profundo e cruciante :

Ai, de mim! ai, de mim! faltei á jura!
 Ai, de mim! ai, de mim, porque uma peste
 Logo te não queimou, lingua perjura?!

Ah, donosa visão, visão celeste,
 Bem devera de ter descortinado
 Naquelas altas faias que me deste

Que eu em vício d'amor sendo gerado,
 Remiria na carne aborrecida
 Pela gran penitencia o gran pecado.

⁽¹⁾ A' *Patria* de Guerra Junqueiro — fala de Nun'Álvares — pág. 144 a 146 — 1.ª edição.

⁽²⁾ Vid. artigo de João Grave, inserto nêste n.º da *Atlantida*.

Madre senhora ! ó madre estremecida !
 Antes ficaras tu noiva e donzella,
 E eu não abrisse o olhar á luz e á vida !

Ó padre carinhoso ! ó madre bella !
 Vossa culpa cahiu no vosso fructo,
 E, com a culpa amarga, o nojo d'ella !

Queixa não hei de vós ; a mim imputo
 Lástima e dano, que me só provém
 D'este bichoso coração corrupto.

Por vós creado fui, como ninguem ;
 Vós me guiastes com suave geito,
 Desde menino a alma para o bem.

Remidor d'um pecado eu fora eleito ;
 Assim m'o disse a cândida visão,
 E m'o escreveu com lágrimas no peito.

Quando tu, padre meu, alto varão,
 Mulher me cometeste, logo ancioso
 Se me agastou, nublado, o coração.

E toda a noite o arcanjo luminoso
 Repetindo : Não deixes, filho meu,
 Gloria celestial por triste goso !

E a miseria da carne me venceu !
 Ó padres, perdoae, chorae comigo,
 Que o vosso algoz tiránico fui eu !

Eis aqui vosso algoz, vosso inimigo ;
 Por mim no purgatório estaes sofrendo,
 E eu soffro, além do meu, vosso castigo.

Oh, destino cruel ! oh, caso horrendo,
 A livrar-vos da falta me hei proposto
 E sou o Judas negro que vos vendo ! ⁽¹⁾

O herói degradou-se. O santo embrionário prevaricou. Veio o remorso pungente. Dor pavorosa ! Quando em 1383 chega a grande crise e a Pátria está em perigo, Nun'Álvares interroga-se, e julga-se indigno de salvá-la.

⁽¹⁾ *Pátria* — fala de Nun'Álvares — pág. 147 a 148 — 1.ª edição.

Como expiar o seu pecado?

Quando se dirige a Lisboa é já um penitente. E, antes de se colocar às ordens do Mestre de Avis, qual é logo o acto profundo que êle pratica? Resolve desde então cortar para sempre as relações carnis com a mulher. Recupera a virgindade espiritual. E parte para a guerra, entre a ânsia e a esperança:

«Nobres guerras, armei, como cumpria,
D'animo afoito a rudes castelhanos,
Desbaratando-os Deos por minha via.

Contra seu vão furor, contra seus danos,
Batalhei desde a alva alegradora,
Ao derribado ocaso dos meus anos.

Sangue de irmãos verti . . . Vertido fora
Novamente mil vezes, sem piedade,
Que alma não é de irmão alma traidora.

Pátria minha gostosa, quem não ha de,
Em risonho sabor, vida e fortuna
Dar por teu livramento e magestade!

Como a de fogo altíssima coluna
Vae do povo de Deos na dianteira,
A fim que se não perca ou se desuna,

Tal na frente das hostes, sobranceira,
Contra duro inimigo acovardado,
Tremeu sempre no ar minha bandeira.

É que n'ella Jesus ia pregado,
Jesus, rei das estrellas, rei do mundo,
Meu capitão fermoso e sublimado.

Ordenara, porém, o céu profundo,
Que em tal cometimento era mister
Carne sem nodoa e coração jucundo.

E estas mãos (ai do feito em que as puzer !)
Tocado haviam já, tornadas lama,
Com vil desejo, em corpo de mulher.

Fosse a Virgem Celeste a minha dama,
Se, como Galaaz, heroe invicto,
Alcançar me propunha honrada fama.

Deus castigou-me o coração maldito :
 Pois que sobre elle ainda vem pesando
 O carrego mortal do meu delicto. (1)

Atoleiros e Aljubarrota são os seus milagres, mas não resgatam ainda absolutamente Nun'Alvares das impurezas das paixões. No herói não resplandece ainda o santo perfeito, o santo immaculado. Na sua nobre altivez magnanima lampejam, por vezes impetos, de orgulho. E, tendo sido sempre ardentemente affectuoso e caritativo, amou sem dúvida, em parte da sua vida, as grandezas e os bens terrenos. Muito moço, no banquete do rei de Castela, a que assiste a côrte de D. Fernando, porque se esqueceram dêle e não encontra lugar, derruba, sôbre os convivas, a mesa posta, proferindo juras e ameaças, e abala furiosamente, deixando tudo atônito da sua indominável cólera e da sua louca audácia.

Depois de Aljubarrota D. João I quis fazê-lo conde de Ourem. Consultou-o. E o que lhe respondeu o Condestável? Que só aceitaria, se o rei promettesse não fazer outro Conde em sua vida!

Ó cidadela da pureza, quando
 Um vício te faz brecha, sem tardança,
 Prestes os mais acodem galopando.

Em minha carne, um dia honesta e mansa,
 Por onde entrou luxuria malfazeja,
 Entrou ira e soberba, entrou vingança.

Inda me sangue o peito lagrimeja
 Da boa e má tenção, que, desvairadas,
 Armaram n'elle horrífica peleja. (2)

Mas Nun'Álvares tem uma filha. É a filha do seu perjúrio, do seu grande pecado. E o que faz? Casa-a com Afonso, filho bastardo do rei. O filho do Mestre de Avis é um filho sacrilego como Nun'Álvares. O crime soma-se, o pecado multiplica-se. A casa de Bragança surge do seu horrendo conúbio.

E uma dinastia frondeja sôbre o solo de Portugal como uma árvore da maldição:

Lá d'alta estancia d'onde venho agora,
 Lá d'onde o Eterno me elegeu pousada,
 Duzentos anos grandes, hora a hora,

(1) *Pátria* — de pág. 149 a 151.

(2) *Idem* — pág. 151.

Vi eu, alma em tromento, alma calada,
Minha Patria, a meu sangue redimida,
Por meu sangue afinal desbaratada !

Por sangue do meu sangue foi trahida ;
Eu que alentos lhe dei, lhe dei nobreza,
Ao cabo lhe arranquei nobreza e vida !

Os filhos dos meus filhos, oh, tristeza !
A danaram com raiva tão medonha,
Que nem lobos a hão contra uma preza.

Descendentes da mingoa e da vergonha,
Réprobos eram, pois é justa a lei
Que do cancaro mau cria a peçonha.

Feze-os a sina herdeiros do meu rei,
Por que um a um no trono dessem conta
D'esse perdido reino, que eu livreí.

E eu lá d'aquella altura que amedronta
Sem poder abalar, correr asinha,
Vingar com mão sanhosa a dura afronta !

Em vão, oh, dôr cruel ! oh, dôr mesquinha !
Alevantava súplicas piedosas
A' dos anjos tristíssima Rainha !

Ela vertia lágrimas fermosas . . .
E nasciam estrelas como flôres,
Canteiros de boninas e de rosas . . .

Porém, Deos era surdo a meus clamores !
Mais pesavam meus crimes na balança,
Que os teus olhos de luz, ó Mãe das Dôres !

Tal um peito rasgado d'uma lança,
Que em torvação eterna agonisara,
Sem alivio, sem morte e sem esp'rança ! !

Ó filha ! ó anjo pulcro ! ó alma clara !
Antes em leda e tenra meninice
Uma víbora má te envenenara !

Antes boca de monstro te engulisse
E d'aquele erro o fructo miserando
Teu ventre criador nunca o parisse !» (1)

(1) *Pátria* — pág. 161 a 163.

— Quando é que Nun'Álvares se aproxima da santidade perfeita? Quando é que vai vencer as últimas almas inferiores que existem nêle — as almas orgulhosas que nêle sopitam? E Guerra Junqueiro responde-se: — Quando lhe morre a filha... E aos olhos do Poeta assomam lágrimas...

A dor de Nun'Álvares é a dor de Guerra Junqueiro. Não posso mais olhá-lo, rosto a rosto. Abro o poema:

«Ó lágrima de dôr, porque mistério
Súbitamente ao ánimo torvado
Me deste paz, clareza e refrigério?

Todo eu me senti purificado:
N'um ditoso sofrer e meu tromento,
N'uma pena bem-vinda o meu cuidado...

Tal o mísero rei, que vae sangrento
De perda batalha, alfim se lança
Em ditoso e profundo acostamento.

Dêscobrirá que a dôr é irmã da esperança;
E que ao alto perdão, no azul divino,
Só a humildade, a rastros, se abalança, ⁽¹⁾

O Condestável purifica-se. Despe-se de grandezas, tudo abandona, mísero como um mendigo; e, esmolando, quer ir viver por longes terras, perdido e esquecido, morto em vida. Opõe-se D. Duarte.

Obedece. E recolhe ao convento, vencido... e vencedor.

«Já liberto do espírito malino, gemendo e chorando.

De mundanarios bens facil dispuz;
Que só virtude é oiro, e a mór grandeza
Da terra são tres pregos n'uma cruz.

Dentro de mim, n'uma fogueira acesa,
Queimei gloria e valor: não ficou nada
Mais que melancolia e que tristeza.

Parti a lança; pendurei a espada;
Com bordão de pastor ou de ceguinho,
Bem andamos de noite esta jornada.

(1) *Pátria* — pag. 153.

Fama grande do mundo tão mesquinho,
Dando ás trombetas com ardôr, não vòa,
Onde vòa, cantando, um passarinho.

E onde ha, ó meu Jesus, se a dôr te crôa,
Se é teu vestido sangue e o vinho fel,
Pena digna de nós, que bem nos dôa?!

Sem escudo, sem cota, sem laudel,
Minha triste nudez arrecollida
N'uma samarra triste de burel,

Determinei findar miséria e vida,
Lá em partes inospitas, distantes,
Entre gente comum desconhecida.

Estes olhos, que arderam relumbrantes
Verteriam de dôr sangue coalhado,
Qual os olhos de Job verteram d'antes.

Estes pés que no vício hão caminhado,
Manariam gangrêna, já desfeitos,
Como os pés de Jesus Crucificado.

Estes braços, altivos dos seus feitos,
De logar em logar, côdeas de pão
Buscariam, rendidos e sujeitos.

E esta abatida alma de cristão,
No carcere da carne prisioneira,
À mingoa mór, á mór tribulação,

Gostosa sorriria e prazenteira,
Qual o bom lavrador, em velha idade,
Sorri festivalmente ao pão na eira

E, já em Deos o espírito e a vontade,
Me acolheria ás solidões d'um ermo,
Na derradeira angustia e pouquidade.

Lá houvera afinal benigno termo,
Se, em tão grande, humildosa desventura,
Prouvera a meu Jesus de conceder-m'ô.

De El-Rei me veio o embargo; e na clausura
D'A que, chorando estrellas, nos conforta,
Em silencio, escondi minha amargura.

Vida do mundo, junto d'essa porta,
Com o rouco fragor que tudo abala,
Aos pés, sem sombra vã, me cahiu morta.

Dir-se-hia que o mar perdera a fala,
E a terra se volvera em nuvensinha,
Bastando um ai de dôr a evapora-la.

Já diversa era ali a patria minha ;
Que o trono do meu rei era uma cruz,
E o chão, banhado em sangue, o da rainha.

Ó Rainha da Angustia ! ó rei Jesus !
Venha a nós esse imperio onde reinaes,
Todo amor, todo esp'rança e todo luz !

Venham a nosso peito os vossos ais !
A nossas mãos, ó Cristo, os vossos cravos !
Maria, à nossa alma o teus punhaes !

Venham a nós as chagas que são favos !
Venham tua agonia e teu madeiro,
A nós, ó rei do Céu, a teus escravos ! (1)

Mas dentro do monge dorme ainda o herói. O embaixador de Castela encontra na cela do convento, não frei Nuno de Santa Maria, mas o condestável. Sob o burel, o arnês lampeja. E o burel vai despi-lo ainda, para acompanhar a expedição a Ceuta.

— A alma de Nun'Álvares, depois da morte, foi conquistando, na vida eterna, a perfeição angélica.

O grande terremoto sôbre as suas ossadas desmorona o mosteiro do Carmo, mas um terremoto moral, de séculos, mais abalador e terrível passa sôbre a terra portuguesa que o seu valor libertara . . .

A geração de Nun'Álvares é o fruto do seu pecado. Nela expla as suas culpas. Por um momento, redivivo, passa na alma de D. Pedro V a sua alma. Vem já perto o perdão?

«Minha patria, a meu sangue redimida,
Por meu sangue afinal desbaratada
Por sangue do meu sangue foi traída.»

(1) Idem — pág. 153 a 157.

É um relâmpago de beatitude . . .
Mais alto ainda !

Já o mundo a meus olhos se adelgaça ! . . .
Montes, fragedos, tudo se evapora . . .
São nuvens . . . sonho . . . sombra vã que passa . . .

Quasi liberto já ! . . . Não tarda a hora . . .
Sorri-me a Virgem ! . . . Como vem brilhante ! . . .
Deos ! quanta luz ! . . . que mar de luz ! . . . que aurora ! . . .

Mas não só na sua família de sangue êle vive, e pelo sacrifício se redime ; na sua família espiritual, nos seus irmãos de ideal, o herói se encarna e sublima.

Assim é, emfim, na *Pátria* e em Junqueiro que Nun'Álvares chega à santificação.

Momento infinito ! . . .

Cavaleirosa espada relumbrante !
Se n'esse lodo amargo um braço existe
De profeta e de heroe, que te alevante !

Inda bem que na lamina persiste,
Em crua lembrança e galardão,
Do sangue fraternal a nodoa triste.

Descobre o gladio a quem o houver na mão,
Que ante a justiça recta e verdadeira,
Não ha padre, nem madre, nem irmão !

Porem, se a patria, já na derradeira
Angustia e mingoa onde a lançou meu dano,
Terra de escravos é, terra estrangeira,

Rutila espada, que brandi ufano !
Antes um velho lavrador mendigo
Te erga a custo do chão, piedoso e humano !

Volte á bigorna o duro aço antigo ;
E acabes afinal, relha de arado,
Pelos campos de Deos, a lavar trigo.

(Arrojando a espada a o abismo de noite) :

Deos te acompanhe ! Seja Deus louvado !

Entra no seio de Deus . . . Pela infinita dor e pelo infinito amor ascende à eterna bemaventurança.

Terminando, Guerra Junqueiro comenta :

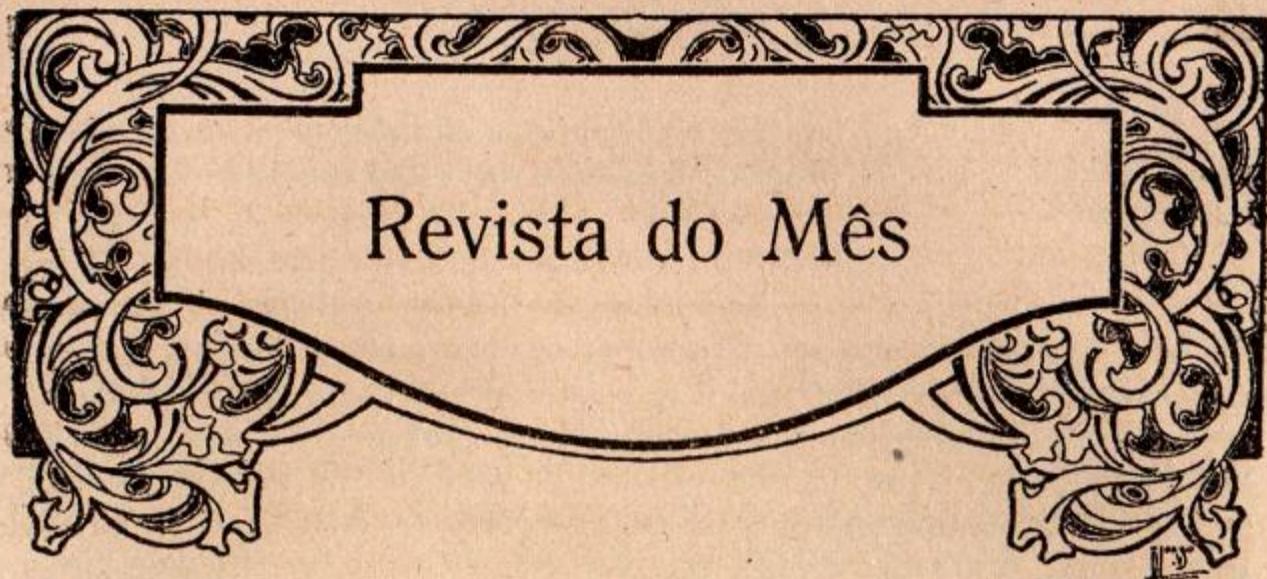
«É corrente a identificação de Nun'Alvares com Joanna d'Arc. A sua missão foi a mesma: remiram divinamente duas Pátrias. Quando chegam ao termo da jornada prodigiosa, ambas as almas são irmãs. Durante a jornada, difere uma da outra. Nun'Alvares é um heroe que se vae sublimando em santo; Joanna d'Arc, desde o principio, é quasi um arcanjo com uma espada na mão. O seu montante comanda a batalha, fulgura como um raio, mas não dá um golpe.

Fitou em mim seus olhos belos. E, voltando à fala do condestável resumiu, melancólicamente: «Todas as batalhas de Aljubarrota são brinquedos de creança perante as batalhas da consciência».

Junqueiro era por mim amado, mas só nesta hora começou a ser por mim compreendido...

«Anjos d'asas de luz resplandecentes,
Séculos dia e noite a batalhar
Com demónios, com tigres, com serpentes!»

LOPES D'OLIVEIRA



NILO PEÇANHA

A nomeação de Nilo Peçanha para o Ministério das Relações Exteriores do Brasil é um facto altamente significativo, não só para a causa dos aliados como também para a maior intensificação do intercâmbio político e intelectual luso-brasileiro. No próximo número falaremos largamente do ilustre homem público. Por hoje, queremos apenas saudá-lo com a admiração e respeito que merece a sua figura excepcional.

PORTUGAL NA GRANDE GUERRA

Quando um dia se escrever, minuciosa, imparcial e serenamente, a história da cooperação portuguesa junto dos aliados no presente conflito internacional reconhecer-se-há que as virtudes heróicas da raça, tantas vezes evidenciadas em glórias através dos séculos, de novo fulgiram em todo o seu inapagável e pristino esplendor no mais tremendo lance que registam os fastos do mundo. A imprensa britânica e a imprensa francesa romperam já o silêncio mantido durante meses sobre o concurso militar português na frente ocidental, e os jornais e as ilustrações de Paris e de Londres foram, finalmente, autorizados a inserir as notícias e os documentos fotográficos que não prejudicam os serviços que se prendem com as operações de guerra. O nome e a obra do Sr. Norton de Matos são citados com o respeito e a admiração que merecem e o enorme e dedicadíssimo esforço de Portugal está sendo acolhido com o aplauso a que tem jus.

Nos primeiros dias de Maio, mais de metade do Corpo Expedicionário Português achava-se em França, tendo feito sem precalços a arriscada e tão temida viagem marítima. Um número de homens em sucessivas jornadas, partiu para os campos de batalha, sem que nenhum incidente grave se produzisse, antes traduzindo todos êsses bravos rapazes nas suas maneiras e nas suas palavras a ânsia ardente de honrar a farda que entregam e as tradições insignes da sua terra.

Não só os ingleses apreciam com entusiasmo as qualidades dos nossos soldados, mas os próprios franceses teem tido ensejo de lhes prestar homenagem,

As notícias de França recebidas em Lisboa são de todo o ponto lisonjeiras. Escritores célebres, como Maurice Barrès e Henri Lavedan saúdam Portugal e os seus filhos em páginas eloquentes. Pessoas autorizadas depõem àcerca das tropas portuguesas, augurando-lhes brilhantes êxitos. Denys Cochin, membro do gabinete francês e da Academia de França, figura prestigiosa entre os conservadores, falando com o Dr. Baltasar Cabral, chefe de uma das mais importantes casas bancárias de Lisboa, comunicou-lhe as agradáveis impressões que recebera dos nossos soldados. Com efeito, a sua fácil adaptação, a sua índole resignada e sofredora, o seu espírito de disciplina, a sua bondade de carácter, a sua elevada noção do brio e do valor, a inteligência dos motivos por que foram bater-se, tudo isso atrai não só a intensa simpatia dos camaradas dos exércitos franco-britânicos, mas a das populações com as quais convivem.

Compreende-se que o major Norton de Matos, ministro da guerra, esteja por isso orgulhoso de uma obra que à sua iniciativa, ao seu ardor patriótico, à sua tenacidade se deve, no que ela possui de mais notável. Entre as últimas determinações do ilustre homem de Estado figura a de se organizar cuidadosamente a lista dos que em França derramarem o seu sangue e sacrificarem a sua vida pela causa da liberdade das nações, lista cuja publicidade se pede à imprensa, determinando também o ministro que às famílias dos mortos em campanha seja enviado um quadro de honra com o nome do falecido, trabalho que se confiou ao insigne artista Adriano de Sousa Lopes. A expressão «Rol de Honra», em que se designou oficialmente a lista, será correcta, exacta e portuguesa, mas sob o ponto de vista literário talvez pudesse ser mais feliz. Arquivaremos aqui os nomes dos primeiros portugueses cujo sangue se verteu pela sua bandeira no solo da França: *Morto*, Antonio Gonçalves Curado, soldado n.º 234 da 4.ª companhia do regimento de infantaria n.º 28. *Feridos*, José Maria de Sousa, soldado n.º 237 da 4.ª companhia do regimento de infantaria n.º 28; Augusto Sousa, soldado n.º 229 da 4.ª companhia do regimento de infantaria n.º 28; Arnaldo Cabral, 1.º cabo n.º 205 da 9.ª companhia do regimento de infantaria n.º 34; António dos Santos, soldado n.º 394 da 9.ª companhia do regimento de infantaria n.º 34; Fernando António, 1.º cabo n.º 235 da 9.ª companhia do regimento de infantaria n.º 34. O primeiro soldado morto — aquele a cuja memória Augusto Casimiro consagrou o seu belo poema patriótico a *Hora de Nun' Álvares* — contava 22 anos, era filho de Maria Clara Carvalheira e de José Gonçalves Curado, já falecido, nascera em Carvalhais, próximo da Figueira da Foz, e nesta cidade sentara praça em 12 de Janeiro de 1915, tendo partido para França em 23 de Fevereiro.

O movimento de assistência às famílias dos soldados mobilizados prossegue em todo o país, nas colónias e no Brasil, com uma unanimidade absoluta, assinalando-o as mais extraordinárias e comoventes demonstrações de patriotismo e abnegação. A «venda da flor» realizada em Lisboa, no Pôrto e em várias terras da província rendeu muitas dezenas de contos. O coronel Albino Costa, que em tempo ofereceu um monoplano Deperdussin ao minis-

tro da guerra, fez saber ao major Norton de Matos, por intermédio da Comissão Pro-Pátria, do Rio de Janeiro, que já entregara a esta a quantia de 400 escudos, destinados a premiar o primeiro soldado português que nas linhas de batalha arrancasse uma bandeira ao inimigo.

EMBAIXADA ESPIRITUAL

ENTREVISTA COM CARLOS MALHEIRO DIAS

O MOVIMENTO QUE RESTITUIU A UNIDADE À COLÓNIA PORTUGUESA NO BRASIL — O ORFANATO DA GUERRA — O SENTIMENTO TRADICIONAL DO BRASIL.

A amizade quer-se velha, como a madeira, para não estalar. Só amizade, que já não seja verde, resiste firmemente às estações e aos boléus das distâncias.

Muitos anos tem de colhido o tronco de oliveira que Carlos Malheiro Dias e eu afeiçoámos, meninos e moços, e que deu para toda a nossa estima de homens. Por isso, ausências longas, nem sequer regadas por cartas, a chegada a terra sem o aviso dum postal ou dum *coup-de-téléphone*, nada dêsse silêncio gelado, que faz do apartamento a sepultura da amizade, nos prendeu os braços para o amplexo fraternal da boa-vinda. Outros o veriam mais cedo, antes de nós. A observância cronométrica dos cumprimentos cabe às relações novas, como os cuidados são para os móveis recentemente adquiridos. Os amigos velhos deixam passar a cauda dos que correm para todos os modernismos e novidades, e vão quando podem e se lhes proporciona descontar alguns juro da saúde. Assim fizemos.

Depois como a *Atlântida*, convidando-nos a colaborar com uma série de entrevistas com individualidades que hajam estado no Brasil, preferisse que a primeira entrevista fôsse com Carlos Malheiro Dias, voltamos ao *Avenida Palace*. Sem esperar horas protocolares, logo que soubemos que Malheiro Dias tornara do Pôrto. Não estava. Fôra a Belém, não devia tardar. Quem esperara três anos que êle tornasse do Brasil, podia bem esperar uns minutos que êle voltasse de Belém. Foram efectivamente minutos. Ei-lo que chega. E antes que uma daquelas incessantes visitas — que exclamam a mesma frase: *Estás o mesmo! Que tempo te demoras?* — viesse interromper-nos, perguntamos-lhe:

— Que foste fazer a Belém?

A MISSÃO DE CARLOS MALHEIRO DIAS
EM PORTUGAL

Atirando com o chapéu e as luvas para cima duma mesa e atirando para uma poltrona com o corpo fatigado de um dia passado a receber gente, Carlos Malheiro Dias respondeu:

— O que fui fazer a Belém?! . . . Sim, é natural a pergunta. Fui deso-



brigar-me de parte da missão que a admirável Colónia Portuguesa no Brasil me cometeu. Como estás farto de saber, a Colónia Portuguesa nomeou a *Grande Comissão Pro-Pátria*, e esta distribuiu à Colónia Portuguesa êste simpático e patriótico papel na tragédia da guerra de Portugal com a Alemanha: adoptar, como pupilos seus, todos, mas todos os órfãos da guerra. Todos os filhos de soldados portugueses que morrerem nas trincheiras desta guerra, serão todos imediatamente socorridos, subsidiados, amparados pelos portugueses no Brasil. Mas não é um apoio que cesse com a guerra, um subsídio, uma lágrima fugaz que o sol da paz secará. Não. Eles serão todos, porque serão todos os órfãos, dos soldados portugueses mortos na guerra, mantidos, criados, educados, e o que é mais - colocados pela Colónia Portuguesa no Brasil.

— E a colónia mediu bem o encargo? Não virão a faltar fundos?

— Mediu, sim. Ora para pôr em execução esta gigantesca ideia da Colónia Portuguesa no Brasil é preciso que o govêrno informe dos orfãos que fôr havendo, duma maneira regular e precisa. Só o govêrno tem elementos para fornecer essa informação; aqui tens a primeira cousa que havia a obter do govêrno. A segunda, justíssima, é que equipare a *Obra de Protecção aos Órfãos da Guerra*, — de iniciativa meramente particular, criada, mantida e administrada pela Colónia Portuguesa e seus delegados, — às instituições de beneficência, porque esta o é, inegavelmente. E essa equiparação refere-se a certas isenções de contribuições como para aquisição de edifícios para um asilo-escola ou uma creche destinada aos órfãos da guerra, e os privilégios de uso concedidos a estas obras. Quer para obter do govêrno essa equiparação da *Pro-Pátria* aos institutos de beneficência, quer para o ministério da guerra fornecer periodicamente a lista dos órfãos, de quinze em quinze dias, talvez, era necessário dirigir-me às estações oficiais: esta é uma das minhas missões. Entre andar de ministério para ministério, e sobre-tudo entre tratar de assuntos da Colónia Portuguesa no Brasil com pessoas que a desconhecem, eu entendi preferível e mais prático procurar o Sr. Dr. Bernardino Machado que conhece a colónia portuguesa no Brasil. Eis o que fui fazer a Belém.

— E que impressões trazes de Belém?

— As que um enviado da *Commissão Pro-Pátria* pode ter de outro homem que compreendeu rapidamente o alcance da *Obra de Protecção aos Órfãos da Guerra* e o simpático, humanitário, patriótico gesto da colónia Portuguesa no Brasil.

A COLÓNIA PORTUGUESA DO BRASIL RESTITUÍDA À SUA FORTE UNIÃO

— A commissão *Pro-Pátria* já tem os seus delegados em Portugal?

— Tem. São os Srs. Cândido Soto Maior, Bento da Rocha Cabral e António Maria da Costa. E no Brasil, além da *Grande Commissão Pro-Pátria*, há hoje sub-comissões delegadas em todos os estados.

Malheiro Dias colheu uma *cigarrete*, acendeu-a, de olhos cerrados, e, dando uma volta pelo aposento, parou diante da nossa poltrona, e com um lampejo de fadiga de quem vem de assistir a uma vitória bem ganha, a testa enrugada, uma sombra de melancolia escurecendo-lhe os grandes olhos escuros, propôs esta tese:

— Não é difícil compreender-se em Portugal, neste momento político, o conagraçamento que restituiu a unidade à Colónia Portuguesa do Brasil. Para bem compreender esse fenómeno é necessário encarar o grande aglomerado de portugueses existentes no Brasil com um critério utilitário. Essa colónia é caracterizadamente comercial. Todo o português que dela faz parte, uma vez que se expatriou, por uma verdadeira selecção de aptidão do trabalho, adquiriu a consciência da sua missão.

— E essa missão é?

— Trabalhar. Tudo o que desviar o exilado dessa missão, prejudica-o. Para que se torne possível conciliar com a conservação do amor pela Pátria essa concepção utilitária da vida, é indispensável que o patriotismo se não infeccione pela paixão política. E preciso acentuar bem que o conagraçamento operado pela notícia da declaração de guerra foi um movimento sentimental desprendido de todo e qualquer cálculo, um ímpeto passional colectivo. Um ano antes do acontecimento que serviu de plataforma ao conagraçamento, já eu me animára, sem medir a insuficiência do meu prestígio, a expôr o programa que comportava o desarmamento das paixões e o regresso puro e simples à salutar forma de patriotismo que mais se ajustava aos interesses de Portugal e do Brasil e aos da generalidade dos portugueses. Essa fórmula se resumia em amar a Pátria, honrando-a e servindo-a pela coesão do imenso aglomerado de portugueses que constitui o prolongamento ininterrupto da obra gloriosa da colonização. Animava-me o convencimento, por um lado, de que um equívoco prejudicial desunia muitos portugueses que poderiam perfeitamente entender-se num terreno neutro, desbravado da erva mal sã da política, dando-se as mãos num belo gesto fraternal para o tornar menos estéril de que as suas altercações, quasi sempre destituídas de senso comum; e por outro lado me impelia o instinto de defesa contra os factores da dissolução que enfraqueciam a colónia, abalando-a, prejudicando-a na sua resistência perante a competição de outras colónias estrangeiras que naturalmente ambicionam usurpar-lhe a hegemonia.

— E esse programa utilitário foi prontamente aceite?

— Não. Pelo contrário. Foi combatido pelas vítimas da paixão política desencadeada. Não chegára ainda a hora propícia ou me faleceram os atributos necessários ao êxito de propaganda de uma tal causa. Naturalmente, ambos os motivos haviam influído no insucesso estrondoso da minha primeira iniciativa temerária. Os aplausos foram débeis. Não me faltaram os improperios. Isso, porém, não prejudicou as minhas convicções nem diminuiu a estima fraternal que sempre votei aos meus compatriotas. Esperei. Para tudo há a hora própria. Quando surgiu o pretexto, a verdade que dormia nas consciências acordou. Já se atentou em Portugal no que esse movimento electrizante, contagioso, desencadeado com um tão avassalador poder atractivo, significa? Ele consubstancia duas verdades que, como juizes togados, haviam já lavrado a sentença em cada alma: de que a união da colónia correspondia às exigências do instinto de conservação e de que a discórdia ameaçava de comprometer a hegemonia da colónia, desviando-a da sua missão natural. Discórdia porquê? Visando a que objectivo? Justificada por que interesse? O que é que separava os portugueses no Brasil? Apenas um êrro de apreciação, a obliteração incidental da consciência da sua função. Não fôra para fazer po-

litica, para criar pequenos parlamentos partidários e caricaturizar no Brasil o conflito de Portugal que tantos centos de milhares de portugueses se haviam expatriado. Ao Brasil assistia razão para estranhar que gozando por igual em toda a plenitude, da liberalidade das suas leis, e tendo tomado para com a sua hospitalidade, tácitamente, o compromisso de colaborar com o seu trabalho pacífico na sua prosperidade, os portugueses desperdiçassem energias em dissensões estéreis. Essa discórdia diminuía-nos e humilhava-nos, prejudicando-nos e debilitando-nos.

Era tempo que terminasse. Acabou. Evidentemente, nós, os portugueses de lá, não alimentamos a pretensão de servir de exemplo aos portugueses de Portugal. A nossa situação é completamente diversa. Vivemos num país, que se não é estrangeiro ao nosso sentimento, também não é o nosso. Podemos concentrar todo o nosso esforço na luta pela vida e constituir, em contraste com os portugueses de Portugal, uma sociedade utilitária e desenvolver, em contacto com os americanos, o senso prático. É a incompreensão entre a maneira de ser destes dois espécimes de portugueses — o de Portugal e do Brasil — que tem impedido certamente que a influência económica da Colónia Portuguesa não se tenha mais amplamente demonstrado pela intervenção salutar dos capitais no desenvolvimento da agricultura, do comércio e das indústrias de Portugal, ao contrário do que sucede, por exemplo, na Itália, onde o colono da América do Sul colabora preponderantemente no renascimento económico da Pátria. O auxílio que os portugueses do Brasil prestam à economia portuguesa quasi se limita às remessas de cambiais, cujo valor atinge aproximadamente 5 milhões de libras anualmente. Não há quasi vestígios de capitais *brasileiro* nas nossas empresas industriais e agrícolas.

— A causa dêsse phenómeno?

— Não deve ser procurado lá. Nós nada fazemos por atraír essa colaboração. Constantemente nos esquecemos de que possuímos no Brasil a população de uma província e — exceptuando a tentativa malograda da viagem do rei D. Carlos ao Rio de Janeiro, em 1908 — nunca premeditámos realizar um sério movimento de aproximamento e de atracção sobre uma base utilitária.

O SENTIMENTO TRADICIONAL NO BRASIL — LAURO MULLER.

— E pelo que respeita propriamente ao Brasil. O sentimento tradicional intensifica-se ou oblitêra-se?

— Desenvolve-se e progride, à medida que no Brasil se fortalece a consciencia dos seus grandiosos destinos, parallélamente elle procurará cada vez mais garantir a sua unidade geográfica pelo cultivo da tradição historica, que é o mais sólido alicerce em que se assenta a liga dos Estados que constitue a federação brasileira. Ainda recentemente, o penúltimo Director de Instrucção Pública, do Rio, o Dr. Afranio Peixoto, médico e escritor dos mais notáveis, escrevendo um livro destinado à educação do civismo, e a que chamou «*Nossa Terra e nossa Gente*», iniciava a historia brasileira com a historia de Portugal, mencionando como um patrimonio commum as façanhas gloriosas da nossa raça. O brasileiro é tanto como nós o descendente dos descobridores dos caminhos marítimos, e as nossas principais qualidades sobrevivem na constituição moral do povo brasileiro. Alimentar essa grande corrente senti-

mental é o nosso dever e é o nosso interesse. Creio que dias melhores virão para Portugal quando, de futuro, conseguirmos desviar-nos da obsessão europeia e procurarmos no Brasil o aliado natural e, mais breve do que se julga, poderosíssimo.

— É a nossa política. Assim os estadistas brasileiros vejam o problema.

— Melhor do que nós. O ex-ministro dos Extranjeiros sr. Lauro Muller, que é um dos grandes espíritos brasileiros, apesar de sua origem alemã, é da tradição portuguesa que fala, é a nossa tradição que elle reivindica para o Brasil constantemente, mas constantemente! O ex-chanceler tem sobre isso ideas muito interessantes que tenciona reduzir a livro. Talvez faça agora esse livro, elle não é mais ministro; talvez o escreva. Oxalá!

IMPRESSÃO QUE CAUSARAM NO BRASIL A REFORMA ORTOGRÁFICA E A REFORMA DA MOEDA.

— Temos uma colónia portuguesa poderosa, todos os estadistas brasileiros os temos do lado da nossa tradição, nada nos falta, senão pedir a Deus juízo, para vêr triunfar a nossa política no Brasil.

— Os escritores? Temos os escritores, e temos os cidadãos brasileiros? O que é preciso é que nós do lado de cá lhes não vamos desnaturando as nossas tradições, uma das quais — essa irremediavelmente prejudicada! — é a língua. A reforma ortográfica desfigurou-a a tal ponto que quando o livro ou o jornal chega ao Brasil exclama-se: *Mas esta não é a nossa língua*. Como se comprehende que, sendo a língua portuguesa falada por 25 milhões de almas no Brasil e dentro de meio século falada por 50 milhões, se vá fazer uma reforma ortográfica sem consultar o Brasil?! E o êrro é tão palmar como isto: Alguns brasileiros, como Medeiros e Albuquerque, pretendiam que a língua portuguesa não era já a língua falada e escrita no Brasil; que o Brasil tinha já uma língua ou pelo menos um dialecto seu. Os puristas, como Ruy Barbosa, como o Bilac, como o Netto, felizmente arreigam-se à convicção de que a a língua dêles era a língua portuguesa. Vamos nós e desfiguramos a língua, favorecendo assim talvez a sua diferenciação. Outro êrro: a reforma da moeda. Éramos os únicos povos — Brasil e Portugal — onde se contava por réis. Ninguém mais tinha essa moeda. Era ainda um *simile* tradicional. Veio a reforma, e põe-nos a contar por escudos. Leviandades sôbre leviandades. A nossa política tem de obedecer a não cortar o menor fio que nos prenda ao Brasil. O nosso cuidado deve ser acautelar o futuro da Colónia Portuguesa no Brasil preparando emigrações que acompanhem a marcha do Brasil. O Brasil vai lançar-se para o Interior, é chegada a sua hora de minerização, a sua grande hora de industrial, ferro-viária, intensamente agrícola e manufactureira. Para não ser arremessada aos mares a Colónia Portuguesa tem de acompanhar a época, ir para o Interior, tomar o seu lugar, não se deixar vencer pelas outras colonizações. Isso, e velar pela intangibilidade da tradição, tal deve ser o nosso programa político. E estreitarmos as nossas amizades. Não deixar passar um português ou um brasileiro illustre nos portos, sem o procurar, e sem o festejar. O que se fez ao Bilac é preciso fazer-se todos os dias a quantos vieram visitar-nos. É preciso que os brasileiros saibam e sintam que aqui é a casa do avô.

— E fazer com que, como todos os netos, fujam para casa do avosinho.

Lisboa — maio, 1917.

JOAQUIM LEITÃO

O MÊS ARTÍSTICO

EXPOSIÇÃO SOUSA LOPES

Se artista da falange, que vai caminhando para a consagração, merece um estudo demorado e imparcial, e resguardo, ao mesmo tempo, de juízos, êsse é Sousa Lopes. Trouxe êle a público o trabalho de mais de dez anos, circunstância só por si muito respeitável em qualquer carreira, que não sofra descontinuidade. Foi uma exposição no rigoroso sentido da palavra, não a *amostra* de quatro bugiarias, como sucede para aí, em montra de marchante ou em sala de tertúlia, de artistas ainda em cueiros, que se mirram e mirram os mais por celebridade.

Mais que Sousa Pinto, Sousa Lopes era considerado no meio artístico com particular expectativa; Sousa Pinto desconhecido, adivinhava-se; Sousa Lopes, não. No seu atelier de Paris, anos e anos foi produzindo, com pausa, alheio à preocupação tão corrente, tão viciosa entre nós, de criar nome de rompante, quasi em silêncio, se não fôra os seus envios aos *Salons*, em cuja floresta se não perdiam. E por isto, por esta lição de disciplina artística dada aos afogadiços, esta compreensão, cheia de dignidade profissional, de dar tempo ao tempo, honra lhe seja.

A sua obra ocupava as salas da Sociedade Nacional, num quantitativo que, em aparência, parecia medir com o da exposição geral desta primavera. Dispô-la Sousa Lopes — parece-nos bem — segundo o critério dum senhor de casa, na ordenação mais aprazível ao visitante, e não cronológicamente, ou por gêneros. É natural. Mas sucede daí, que, em cêrca de 300 trabalhos, é sumamente difícil seguir a evolução do artista, objectivo êste a que nos instigavam as palavras do Sr. Dr. José de Figueiredo, no prefácio do catálogo. Van Dogen no Bernheim Jeune, expôs um dia a sua obra, começando a uma ponta pela maneira do claro-escuro, toda enfeudada a Rembrandt, até terminar a outra pelos seus famosos retratos sintetizados a azul da Prússia, da última hora. Desta fórma, podia divisar-se a longa pista calcurriada pelo pintor, e a sua gradual ascensão para a individualidade. Certo é que êste sistema se pratica, sobretudo, nas exposições retrospectivas. Mas na obra tão extensa de Sousa Lopes, tão enciclopédica, o agrupamento arbitrário tolhenos de formar um conceito seguro sôbre a progressão do artista, em treze anos de actividade.

Tentou Sousa Lopes os ramos mais nobres da pintura, paisagem, retrato, género, nu, batalhas, com desigual successo. A água-forte, também, é mais uma especulação, aliás honrosa, a acrescentar ao seu espírito de variabilidade. Por via de regra, o enciclopedismo implica insuficiência, ou então um temperamento atormentado de insatisfeito, com desvairros mudos, quebrantos, mutabilidades, todos os lances de que nos dá um clarão *Le chef d'oeuvre inconnu* de Balzac. O génio, é certo, exorbita dos moldes concebidos; mas antes que o génio se reconheça, mister é buscar a explicação da obra realizada segundo as regras psicológicas dos seres e das coisas normais. Excluída a primeira hipótese, *a priori*, queda ainda temerário situá-lo no segundo caso, que na sua correcção de homem de sociedade, no seu tronco bem lançado, dá-nos êle a impressão do máximo de equilíbrio, de domínio, que a criatura pode

exercer sobre si mesmo. Insatisfeito é, sem dúvida, todo o artista digno deste nome; atormentado por tormenta dolorosa e inquieta, aquele que em suas execuções se revelar desigual, diverso, inconstante de estilo e de tema, mas sempre superior, sê-lo-há. A solução do problema virá com o tempo, se problema há, que versando Sousa Lopes todas as especialidades do óleo, é na interpelação da natureza, a rir, ao sol, cheia de graças, ou contemplativa, nas sombras da noite, que mais se lhe demora o pincel.

O resto, em que êle é manifestamente inferior, a não ser nos retratos banhados de intimidade e da luz contrastada dos aposentos, pode muito bem ser o accidental da mão forte que repousa.

Na pintura da natureza, Sousa Lopes tenteia-lhe todas as gamas, todos os estados. Será isto pecha ou virtude? Segantini, só com a pintura das montanhas nevadas, deixou um grande nome; Degas localizou a sua paleta na representação das mirabolantes, fugazes e tintamarrescas fantasmogorias dos *music-hals*; Cotet, com o seu regionalismo impregnado duma serenidade tão comunicativa, Monet, com a sua obcessão da luz, a luz, só a luz, e tantos outros, restringem o campo das suas especulações. Talvez procedam por cálculo, sem a generosidade que Sousa Lopes mostra para com a natureza em seus modos; mas pouco importa, é a maneira de, com a ajuda duma técnica própria, uma variante no estilo duma escola, se adquirir personalidade.

O pincel de Sousa Lopes transita das scenas mais assoalhadas do dia, às paisagens mais extáticas da noite; desce mesmo a interpretar o que parecia ininterpretável, um luar difuso sobre uma ponte dormindo entre casario, um trecho de cidade nocturna, sobre que pesa a solidão e a penumbra. Mercê duma técnica incomparável, o artista realiza estes prodígios; mas não será desbaratar tesouros de engenho em composições desta ordem, que nunca pela pobreza de tons, poderão marcar um grande lugar, e não passam e jámais passarão de singularidades? Nesta procura de temas excêntricos, árduos de tratar, se nota uma ânsia de granjear originalidade, e bem se pode ter como o derivativo, para mais fátuo, duma paleta que é, por ora, impessoal. Que ponto de passagem, acôrdo psicológico pode haver entre esta *Ponte Fantasma* e a *Apanha das Laranjas*? Ambos, duas telas primorosas, mas quem, ignorando sua autoria, os atribuía ao mesmo pincel? Estarão vincadas pela mesma técnica, falta-lhe porêem o *quid* impalpável, involuntário, intuitivo, que proclame a sua mesma origem. E se aqui há já falta de identidade, mais pronunciado é o afastamento de género para género, mórmente entre o pintor de batalhas e o pintor da natureza. A uma parte todo moderno, ganho pelos processos impressionistas, à outra imbuído dos preceitos da escola dos Camons, de desenho irrepreensível e intenção segura, mas duma vida mortiça e luz toda convencional.

É à obra de paisagista que Sousa Lopes consagra o seu maior affecto e foi aqui que realizou as suas melhores telas. Impressionista é-o, mas moderado como Besnard, como Mesnard. O impressionismo, na interpretação da natureza, devia forçosamente conquistá-lo, visto que a teoria da luz, e do meio, sobre que assenta aquela escola, se tornou um dogma científico na representação dos corpos, ao ar livre. A luz ambiente é um elemento fixador da forma das coisas, cuja melhor expressão detêm por ora os impressionistas, à qual foram levados pelas descobertas químicas de Chevreul. Sousa Lopes pactuou

pois, com o impressionismo, no que êle tem de sensato e estável. Alguns dos seus quadros, trechos diurnos de Veneza, de Bruges, de Portugal são preciosas e delicadas sinfonias de tons, verdes de arvoredos, ocres de casas, dourados do sol, tudo transparente, tudo justo, tudo nivelado dum grande sentimento de ternura e de suavidade. Marinhas tem que revelam mesmo o assômo transcendente do pintor à criação própria, toda pessoal.

Incontestável se nos oferece que Sousa Lopes tem o seu grande caminho na arte da paisagem. É aqui onde é mais êle, mais igual, menos versátil em influências. No retrato, aparece-nos ora inspirado pelos flamengos, ora por Columbano, por Blanche, mesmo por la Gandara, e até nêle se nos deparam vislumbres de Boldini. Mas nesta gajeria dispar, que manifestações de admirável técnica e de vigor? O seu auto-retrato, um outro retrato de dama, animado de grande placidez, são trechos inegualáveis na pintura moderna portuguesa. Razões há de ordem particular que inibem o pintor impressionista de tratar o retrato pela maneira de escola, como fizeram Manet e Renoir. O artista tem de transigir com os gostos do retratado que por via de regra são os mais clássicos na ordem da rotina. Mas nada coage o artista a transitar de escola para escola, ao saltar de género para género,

A meu ver a obra de Sousa Lopes resente se dêste culto heteróclito, e por isso não tem unidade; de influências diversas, e daí o carecer da individualidade suprema que engendra os grandes mestres; de muita prodigalidade no seu talento, e daí o ser a sua uma obra plural, de muitos pincéis que não dum pincel. Insatisfação, fase última de eclosão dum temperamento raro, desorientação? Sejam quais forem as causas, à obra de Sousa Lopes podem apresentar-se estas tachas desassombradamente, que não é a sua arte que precisa de esmolar benevolência à crítica que mira a ser sincera; o seu valor é muito para que a indulgência de não importa quem lhe seja um obséquio. A lisonja incondicional, que foi e é nociva até aos deuses, é aqui descabida.

Recapitulando: é Sousa Lopes um grande pintor no sentido técnico do termo; um artista cheio de sentimento, de encanto, de verdade, na interpretação da natureza; um hábil e seductor aquafortista; mestre no retrato, onde haja a placidez quase dolente, dos interiores; o terreno, que mais parece convir ao seu temperamento, é a natureza em repouso, trajada das louçanias duma serenidade risonha, ou de melancolia suave; e tanto nos parece superior no descritivo da natureza, como de aptidões de segunda plana no jôgo de movimentos. As suas personagens tendem todas à imobilidade, à quietude, salvando-as um desenho forte de caírem na rigidez.

Como pintor de batalhas, não cremos que Sousa Lopes alcance o nome glorioso a que as mostras do seu talento dão como tendo jus. E mal inspirado — digamos de passagem — andarâ êle aceitando a incumbência oficial ou extra-oficial de remeter à imortalidade os feitos da Legião Portuguesa na grande guerra. Não é êsse o papel do poeta sentido das calmas naturezas.

Generoso, desperdiçador, Sousa Lopes tentou uma polimorfia em arte que lhe prejudica e há-de retardar a personalidade para que cuidamos vê-lo caminhar. Disciplinando o pincel, restringindo o seu campo de acção, sacudindo influências, enveredando afoito para uma escola, e nela procurando carácter que o distinga, o artista que tomou entre os novos de Portugal a cabeça de fila, e a quem, em fôrça, só se vê um rival em Alves Cardoso, deixará nome na história da arte.

SALÃO DA SOCIEDADE NACIONAL

Mais escultura, menos pintura que o ano passado. Naquela, porém o ramo a *Esfinge* de Francisco Santos e *Pandora* de D. Maria Ribeiro. Alves Cardoso distancia-se da sua geração trôpega, a passos de gigante. O seu retrato *en rose*, primoroso; Manet assiná-lo-ia. Duas belas telas de Salgado, um *Fado* bem fadado de Malhõa, de cuja signa andante, Paris, Nova-Yorck, Buenos-Ayres, bem andou a Câmara em libertá-lo, adquirindo-o. A modorra em quasi todo o resto. No próximo número volveremos à exposição com extensão e particularidade.

AQUILINO RIBEIRO.

HOMENAGEM Á MEMÓRIA DE RIO BRANCO EXECUTADA
POR JOÃO DA SILVA E PROMOVIDA PELA COMISSÃO
DA COLÓNIA BRASILEIRA E DOS AMIGOS DO BRASIL.

A interpretação artística de um assunto histórico, a não dimanar dêle uma tão irradiante parcela de beleza ou um tão grande influxo social que o façam extravasar para além dos domínios da sua nacionalidade, é quase sempre infeliz quando realizada por estrangeiros. É feita de cabeça e de cór, sem sentimento nem freima, sem conexão intrínseca entre o caso e a obra, e esta sai, por isso, ou desapropositada, ou retórica, ou fria... Fôra petulante explicar porque succede assim e seria maçada desfiar exemplos.

Ora Rio Branco, com toda a sua pujante envergadura de estadista, não efectuou (parece me) tarefa política que o impusesse à devoção humana. Foi um grande homem de uma grande pátria. Ésse pouco!

Todavia os triunfos por êle colhidos, como brasileiro insigne, tiveram em João da Silva, artista português, uma comemoração maravilhante de beleza, no conjunto conceptivo e de realização plástica.

Desdigo-me? Ao contrário: estou ainda a dentro das balizas da coerência. Nenhum de nós os que prezamos a honrosa qualidade de portugueses — quanto mais um artista! — vemos, seja o que fôr que no Brasil se passe, com ânimo desatento ou com hirta análise. É sempre através do coração que a vida brasileira nos afecta. O Brasil é o Portugal maior que está para lá do mar...

Eis porque João da Silva não pôs a mais leve mácula de estrangeirismo no seu trabalho de escultor. Não traduziu, modelou em português, pois nem só a palavra tem cunho de nacionalismo: há em todas as fórmulas de arte uma expressão diferenciada que demarca fronteiras tão nitidamente como as literaturas.

Como português em cujo peito crepita a sagrada chama da arte soube prestar à memória de Rio Branco uma sentida e comunicativa homenagem. Tãmanha é ela, que é pena ficar asfiziada no âmbito restrito de um átrio e bem merecêra amplificar se de proporções para que, firmada na venturosa terra que Rio Branco dilatou sem golpes sanguinolentos de gládio, mas pelas conquistas mais altas do direito, se erguesse palpitante de vigor e imponente de

grandiosidade, sob a curva larga do céu e na plenitude da luz de hossana que o Brasil possui.



E agora vinha a talho descrever o *monumento* com enlêvo igual ao das horas inesquecíveis em que o contemplei, há dias, no poeirento casarão canteiro, em Paço de Arcos; mas deixei-me ficar para o fim (*cuique suum . . .*) e encontrei a *Atlântida* já cheia. De maneira que não é um estudo crítico ou sequer um artigo, esta coisa — é um telegrama.

Garatujei-o, com o nervosismo que dão o entusiasmo e a pressa, para duplamente felicitar o Brasil e João da Silva.

AUGUSTO GIL.

ATLANTIDA Encadernações e Capas

MENSARIO ARTISTICO
LITERARIO E SOCIAL
PARA
PORTUGAL E BRAZIL

(ESTÃO PUBLICADOS OS VOLUMES I, II, III E IV)

Cada capa \$45 Cada encadernação \$65
Pelo correio \$47 Pelo correio \$71

CADA VOLUME ENCADERNADO 1\$65
PELO CORREIO 1\$71

PEDIDOS À ADMINISTRAÇÃO:

Largo Conde Barão, 49 — LISBOA
e Rua Gonçalves Dias, 78 — RIO DE JANEIRO

NOTA: — A fim de evitar as despesas de cobrança, lembramos a conveniencia de fazer acompanhar os pedidos de capas ou encadernações da respectiva importancia.

SUMÁRIO DO NÚMERO 18

<i>História de uma arca de pedra e de uma madeixa de cabelos loiros</i>	Teixeira de Carvalho
<i>A insubsistência dos valores germânicos</i>	Leonardo Coimbra
<i>Amor creoulo</i>	Abel Botelho
<i>Poemas</i>	Antonio Patricio
<i>Alimentação pública. A intensificação das culturas cerealíferas em Portugal</i>	Fernando de Vasconcellos
<i>O meu entérro (conclusão)</i>	A. M. Rita Martins
<i>Contos a uma rapariga loira — As pérolas cõr de rosa</i>	Júlio Dantas
<i>As relações luso-brasileiras</i>	Lúcio dos Santos
<i>Brasil e Alemanha — A mensagem de Wilson. — Os alemães no Brasil. — Brasil e Portugal. (Entrevista com o Sr. Embaixador do Brasil).</i>	J. de B.

REVISTA DO MÊS

<i>Portugal na grande guerra.</i>	
<i>Da frente francesa</i>	Augusto Casimiro
<i>Mes literário</i>	Júlio Brandão
<i>Revista das Revistas.</i>	
<i>Crónica musical</i>	Humberto de Avelar
<i>Uma instituição académica digna de elogio</i>	Myron A. Clark
<i>A Indústria e a Arte (Cartazes artísticos)</i>	L. C.

Reproduções de: José Pacheco.

Desenhos de: Alberto de Sousa, Raul Lino, Santos Silva e João da Silva.

AGENCIA NO SUL DO BRASIL BRAZ LAURIA

Rua Gonçalves Dias, 78 RIO DE JANEIRO

CONDIÇÕES DE ASSINATURA

Um ano (12 números) 12\$000
Semestre 7\$000

Número avulso 1\$500

